



Conrado Chermut Stroligo

**Policultura no município de Nova Friburgo,
RJ: Processo de evolução e relações
sociedade-natureza**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. João Rua

Co-orientadora: Rejan Rodrigues Guedes-Bruni

Rio de Janeiro
Abril de 2016



Conrado Chermut Stroligo

**Policultura no município de Nova Friburgo,
RJ: Processo de evolução e relações
sociedade-natureza**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. João Rua

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof^a. Rejan Rodrigues Guedes-Bruni

Co-Orientadora

Departamento de Biologia – PUC-Rio

Prof^a. Rita de Cássia Martins Montezuma

Departamento de Geografia – UFF

Prof. Rogério Ribeiro de Oliveira

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Conrado Chermut Stroligo

Graduou-se em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2013, desenvolvendo sua monografia de conclusão do curso sobre a evolução da agricultura familiar e relações sociedade nature no município de Nova Friburgo-RJ.

Iniciou o mestrado, na linha de Transformação da Paisagem, no ano de 2014. Hoje em dia se dedica a prática da agrofloresta.

Ficha Catalográfica

Stroligo, Conrado Chermut

Policultura no município de Nova Friburgo, RJ : processo de evolução e relações sociedade-natureza / Conrado Chermut Stroligo ; orientador: João Rua ; co-orientadora: Rejan Rodrigues Guedes-Bruni. – 2016.

134 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2016.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Policultura. 3. Colonização. 4. Nova Friburgo. 5. Agroecologia. 6. Quintais produtivos. I. Rua, João. II. Guedes-Bruni, Rejan Rodrigues. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais Humberto Stroligo Gatto e Carla Augusta Chermut dos Santos, assim como minha avó Margarida Chermont dos Santos, pelo estímulo e oportunidade de concluir o segundo grau, e cursar uma pós-graduação, em uma das melhores universidades do país. Trajetória que em toda a minha família, apenas eu e minha madrinha Adriana tivemos a oportunidade de traçar.

Também tenho de agradecer a todo corpo do Departamento de Geografia da PUC-RIO, responsáveis pela minha formação geográfica e que sempre estiveram disponíveis para me ajudar na minha pesquisa, e na minha formação enquanto pesquisador. Evidencio a importância, sobretudo do meu orientador e mestre, professor João Rua, figura exemplar no ensino da ciência geográfica e de como viver a vida, que mesmo com todas as dificuldades vividas durante a minha orientação, sempre se mostrou solícito e presente, buscando sempre ajudar no que podia para que meu trabalho se mostrasse cada vez mais coeso e científico.

Também agradeço a todos os professores do programa de mestrado, especialmente ao professor Alexandro Solórzono, que me ajudou no início da pesquisa, e as professoras Andréa Acioli e minha coorientadora Rejan Bruni, pela atenção e contribuições em suas sinceras ponderações e indicações dos caminhos para onde meu trabalho poderia seguir.

Não posso deixar de agradecer aos entrevistados, especialmente ao meu avô, J. A., figura presente nesta pesquisa, e que sempre estimulou o meu contato com a agricultura, desde quando eu ainda era criança. Também ao amigo e mestre Ernst Götsch, e sua esposa Cimara Bittencourt, figuras que contribuem demais para a discussão acerca da agricultura de base agroecológica no país e que têm contribuído demais para a minha formação enquanto agricultor agroflorestal.

Venho também agradecer aos amigos que tive a oportunidade de conhecer e de estudar durante o programa de mestrado, assim como lembrar a importância daqueles que conheci ainda à época da graduação, mas que durante todo o percurso contribuíram para a minha formação através das vivências e discussões no âmbito da agroecologia e seu uso na Geografia. Em especial à memória do querido Miguel Yalom, que além de grande amigo, era um entusiasta da agricultura agroflorestal e sitiante em Nova Friburgo.

Também aos companheiros de CARPE Projetos Socioambientais que há cinco anos vem cultivando sonhos e solos junto comigo e aos amigos da Friburgo Orgânica que já estão colhendo os primeiros frutos de mais um projeto de produção de alimentos em sistemas agroecológicos.

Gostaria também de agradecer a CAPES, que através de seu programa PROSUP Taxas possibilitou a isenção na cobrança financeira dos meus estudos de mestrado, possibilitando com que eu pudesse cursar o mesmo em uma cidade onde o custo de vida se mostra a cada dia mais elevado.

Resumo

Stroligo, Conrado Chermut; Rua, João. **Policultura no município de Nova Friburgo, RJ: processo de evolução e relações sociedade-natureza.** Rio de Janeiro, 2016. 134p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Como se observa na história de Nova Friburgo-RJ, desde o tratado firmado entre Dom João VI e o empresário suíço Nicolau Gachet, em 1818, para a implantação da colônia, o caráter produtivo de alimentos para a metrópole do Rio de Janeiro estava prescrito. Porém, após a chegada dos primeiros imigrantes suíços em 1819, devido a problemas de adaptação cultural, econômicos e ambientais, os objetivos iniciais da colônia foram substituídos pela necessidade de sobrevivência dos colonos, o que favoreceu a miscigenação cultural entre os mesmos e lusos, e ainda, indígenas e afro-brasileiros, favorecendo a formação de uma agricultura de caráter policultural. No decorrer de seus quase dois séculos de existência, o município presenciou a produção de alimentos diversificados no chamado meio rural, quanto no seu centro urbano, onde, ainda encontram-se presentes cultivos com fins de parcial subsistência em *quintais produtivos*, mesmo que de modo “pulverizado” na paisagem *friburguense*. No presente trabalho serão rastreadas as características comuns entre os cultivos dos entrevistados, sendo quatro presentes no distrito-sede e dois em distritos “rurais” de Nova Friburgo, a fim de analisar sua relação com o processo histórico, documentado, de formação da agricultura policultural de subsistência no município. Todos os manejos possuem caráter biodiverso e policultural na produção de alimentos sem o uso do fogo com fins de fertilização de solo e nenhum tipo de agroquímico. Portanto, este trabalho visa investigar a relação destes espaços produtivos, com as práticas agrícolas historicamente evidenciadas no município, a fim de verificar a potencial existência de vínculo cultural entre os casos do passado e do presente. E é neste contexto entre o *atual* e o *pretérito*, o *novo* e o *velho*, o *interno* e o *externo* que se dá a presente pesquisa.

Palavras-chave

Policultura; Colonização; Nova Friburgo; Agroecologia; Quintais Produtivos.

Abstract

Stroligo, Conrado Chermut; Rua, João. (Advisor). **Polyculture in Nova Friburgo, RJ: evolution process and nature-society relations.** Rio de Janeiro, 2016. 134p. MSc Dissertation – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As noted in the history of Nova Friburgo-RJ since its creation through the treaty between Dom João VI and the Swiss businessman Nicholas Gachet in 1818 for the implementation of the colony, the food production regarding the supplying Rio de Janeiro city's demand was prescribed. However, after the arrival of the first Swiss immigrants in 1819, due to problems of cultural adaptation, economic and environmental, the initial objectives of the colony were replaced by the need for survival of the settlers, which favored the cultural miscegenation between them and Portuguese's, indigenous and afroamericans, favoring the formation of a polycultural character of agriculture. During nearly two centuries of existence, the city witnessed the production of diversified food types in the so-called rural areas and in its urban center, where there are still present crops with partial subsistence purposes in productive backyards, notwithstanding they are "pulverized" in Nova Friburgo's landscape. In this work we will seek to analyse the common characteristics between the crops of the enquired people, four of those living in the urban district and two in "rural" districts of Nova Friburgo, in order to analyze its relationship with the documented historical process, of polycultural agriculture subsistence emergence in the city. All managements have biodiverse character and polycultural in food production without the use of fire for fertilizing the soil neither of agrochemicals. Therefore, this paper aims to investigate the relationship of these productive areas, with agricultural practices historically evidenced in the municipality in order to verify the potential existence of a cultural link between the cases of the past and present. It is in this context between the *present* and the *past*, the *new* and the *old*, the *internal* and the *external* that the present research is proposed.

Keywords

Polyculture; Colonization; Nova Friburgo; Agroecology; Forest Gardens.

Sumário

1. Introdução – A busca da construção de um objeto	9
2. Explicação do processo histórico de evolução e fragmentação da agricultura policultural em Nova Friburgo-RJ	39
2.1. Os Primeiros Anos da Colonização – Dificuldades e Adaptações; Culturas em Miscigenação no Século XIX	43
2.2. A lógica urbano- industrial e a persistência do rural no “seio” de Nova Friburgo no Século XX	51
3. O Modelo Policultural no Município de Nova Friburgo – RJ na atualidade	59
3.1. Análise das entrevistas	65
3.2. Resultados da presente pesquisa	91
4. Considerações Finais	98
5. Referências bibliográficas	101
6. Anexos	110
6.1. Entrevista com J. A., morador do distrito-sede de Nova Friburgo, feita em Julho de 2013	110
6.2. Entrevista com C.de A., morador do distrito-sede de Nova Friburgo, feita em Abril de 2015	117
6.3. Entrevista com a. r., pequeno produtor familiar da área urbana de Nova Friburgo, feita em março de 2015	121
6.4. Entrevista com H.S., moradora do bairro Cônego, feita em Dezembro de 2015	124
6.5. Entrevista com M. H.H., realizada em Janeiro de 2015	127
6.6. Caso da Sra. S.F. e a agricultura “caipira” em Macaé-de-Cima	133

Lista de Figuras

Figura 1: Localização de Nova Friburgo no Rio de Janeiro e no Brasi	12
Figura 2: Les professions des émigrants	14
Figura 3: Colônia Suíça de Nova Friburgo	16
Figura 4: Agroecologia	23
Figura 5: Mapa dos distritos de Nova Friburgo	28
Figura 6: Imagem de satélite do eixo urbano de Nova Friburgo e adjacências	64
Figura 7: Cobertura de solo com penas de aves, efetuada pelo Sr. C. de A.	72

1. Introdução – A busca da construção de um objeto

Apesar de não ser usual a conjugação dos verbos em primeira pessoa neste tipo de documento acadêmico, utilizarei deste recurso na introdução do mesmo, a fim de possibilitar uma maior noção de onde vieram os anseios para a produção da presente pesquisa, devido à peculiaridade no envolvimento familiar que tenho com um dos atores da pesquisa, assim como com os temas da Agrofloresta, constantemente presentes no decorrer deste trabalho.

Portanto, no que tange ao meu contato com a agricultura, no ano de 2009, tive a oportunidade de ser introduzido ao universo da agroecologia, através de um curso de *Agrofloresta Sucessional*, ministrado em Itacaré - BA, pelo filósofo e agricultor Ernst Götsch. Este tipo de *Sistema Agroflorestal* (SAF) foi possibilitado por uma sistematização e evolução de antigas tradições de cultivos entre espécies e de conservação de solo, oriundas da Europa Central, em associação com antigos conhecimentos de agricultores de Florestas Tropicais “de distúrbio” na Costa Rica, Amazônia Boliviana e Brasileira e Mata Atlântica da Zona do Cacau na Bahia. Sua essência consiste no respeito e entendimento das características e dinâmicas naturais do ecossistema onde o manejo será desenvolvido.

Passada a experiência do curso, comecei a associar o quanto eram parecidos o manejo, conceitos empregados e arranjo florestal formado a partir das explanações do suíço, em relação ao terreno florestado pelo meu avô, Sr. J.A., na minha cidade natal, Nova Friburgo-RJ, e cujos subprodutos do reflorestamento sempre foram consumidos pela nossa família, sobretudo as bananas, inhame, mandioca, jabuticaba, pera-ferro e ameixa-amarela.

Após perceber uma série de semelhanças entre os sistemas observados, desde já, fazem cerca de seis anos que me dedico ao estudo, experimentação e produção de arranjos agroecológicos fundamentados nos princípios da *Agrofloresta Sucessional*. Primeiramente, a fim de descobrir um pouco mais sobre o manejo empregado pelo meu avô, fiz uma série de questionamentos a respeito da origem daquele tipo de plantio em sua vida, assim como em relação às técnicas e ferramentas utilizadas. Para a minha surpresa, as ferramentas (enxada,

enxada e facão), conceitos e estrutura (cobertura do solo com matéria orgânica, plantio de espécies de diferentes ciclos de vida, em associação, adensamento do plantio) eram praticamente as mesmas utilizados no manejo agroflorestal.

Meu avô J.A. afirmava que o plantio desenvolvido em seu terreno, a cerca de quarenta e cinco anos, era exatamente, idêntico ao plantio que aprendeu na “roça” da fazenda onde foi criado, no município de Cordeiro-RJ, onde os gêneros comerciais (araruta, mandioca, milho, feijão...) eram cultivados em associação com árvores frutíferas diversas.

Neste sentido, iniciei um processo de estudo sobre a colonização e formação da cidade de Nova Friburgo, a fim de obter subsídios que me orientassem no entendimento da evolução da agricultura praticada pelo meu avô, e logo, da sua própria história de vida. Esta pesquisa foi a base para a produção da minha monografia, ainda na graduação, intitulada: *Evolução da agricultura familiar no município de Nova Friburgo-RJ: relações sociedade natureza com base em experiências agroecológicas numa propriedade familiar.*

Durante a pesquisa, uma citação histórica me chamou atenção devido à proximidade da imagem do terreno do meu avô, J. A. com a de uma *Agrofloresta*. Em Corrêa (2009, p. 90), encontramos um relato do luterano, Pastor Sauerbronn, produzido em 1824, no qual após comentar sobre o frio e a presença do gelo sobre superfícies com água no inverno, o mesmo comenta impressionado acerca do policultivo adotado na região serrana, no distrito de Sebastiana, Teresópolis, região vizinha à Nova Friburgo:

“Vejo aqui ao lado do cafezeiro, o que pode parecer impossível, mas é a pura verdade, pés de maçã ao lado de um limoeiro, uma cerejeira ao lado de batatas, deliciosos abacaxís e bananas ao lado de laranjeiras e videiras. Todos os legumes da Europa podem ser encontrados aqui. Temos ainda os produtos que os suíços cultivaram; o milho cresce bem e alimenta homens e animais; batatas de todos os tipos, beterrabas amarelas e brancas. Vê se aqui o melhor trigo alemão, mas bem mais perfeito”

Este relato me pareceu incrível não somente pela disposição das espécies de diferentes ciclos de vida em consórcio, assemelhando-se demais ao que atualmente é chamado de *Sistema Agroflorestal*, mas, sobretudo, pelo nível de

aprimoramento do cultivo em uma região a tão pouco tempo colonizada pelo então europeu à época.

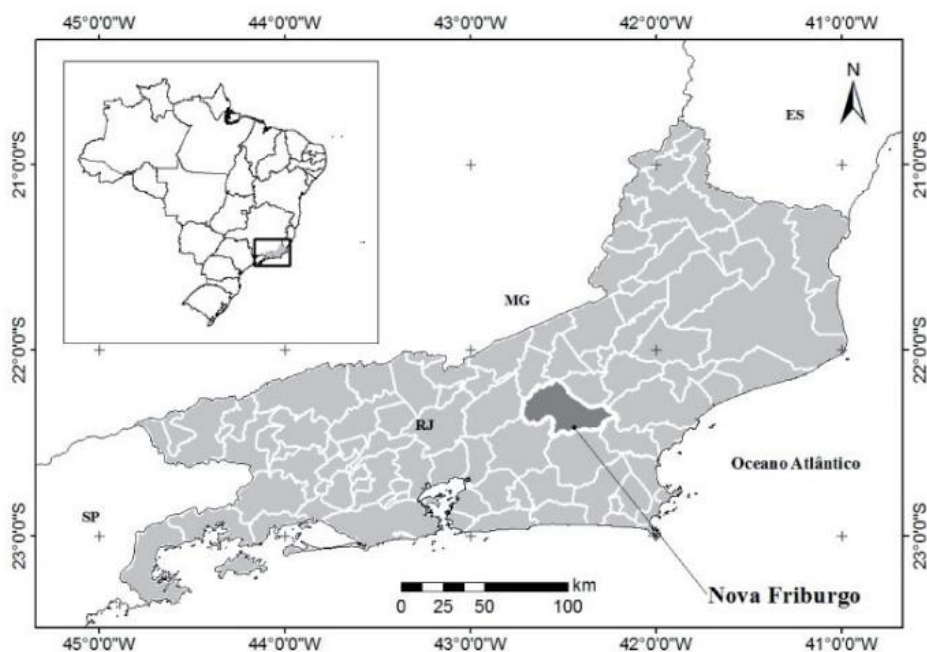
Alguns fatos que nos ajudam a compreender a evolução do sistema agrícola à época da colonização, devido a necessidade de subsistência, seja na busca por melhores terras ou pelo conhecimento dos métodos de cultivos locais, como nos lembram Nicoulin (1995), Erthal (2000) e Müller (2009), os colonos tiveram contato com agricultores locais (luso-brasileiros) e remanescentes quilombolas que os demonstraram de forma direta ou indireta os métodos de cultivos mais adaptados à realidade local. Ainda, de acordo com Erthal (2000), os chefes das famílias tiveram encontros com agricultores da região, para se inteirarem acerca das condições ambientais, características do solo, método de abertura de floresta, cultivo das espécies mais viáveis, calendário agrícola, reconhecimento de ervas medicinais, produção de queijos entre outras questões importantes para a sobrevivência na nova terra.

Porém, ao debruçar sobre a história da colonização e formação da atual cidade de Nova Friburgo, um tema me pareceu recorrente – a dispersão de parte dos colonos suíços nos primeiros três anos de colonização, em busca por melhores terras para as fronteiras do núcleo colonial, e para outras freguesias de Cantagalo, hoje municípios de Bom Jardim, São Sebastião do Alto, etc.. Notadamente devido à falta de cuidado por parte do projeto colonial na divisão dos lotes coloniais dados aos imigrantes, e posterior necessidade de subsistência, diversas famílias de colonos migraram (ERTHAL, 2000) na busca de terras mais quentes com o intuito de cultivar as commodities mais valorizadas à época, como o café, o algodão e a cana-de-açúcar.

Do outro lado deste processo, exalta-se a história dos agricultores que permaneceram ou retornaram às suas terras, e que através do cultivo de espécies presentes na dieta regional tais como mandioca, milho, feijão e inhame, assim como de determinadas culturas incentivadas pela colônia como a fava, o cânhamo e a criação de animais, obtiveram relevante sucesso no que tange à subsistência e aquisição de bens, em detrimento do cultivo dos gêneros tropicais que à época detinham maior valor comercial, porém que não produziam tão bem na região como nas chamadas “terras quentes”.

Com fins de definição do recorte selecionado, foi escolhido para a análise espacial o município de Nova Friburgo (figura 1 abaixo), palco de todo o processo de evolução da agricultura policultural apresentada, com maior ênfase nas relações ocorridas no distrito-sede, ponto irradiador da lógica urbana e industrial presente na cidade, processo iniciado em 1911 a partir da entrada do capital industrial têxtil alemão.

Figura 1: Localização de Nova Friburgo no Rio de Janeiro e no Brasil.



Org. das autoras.

Fontes: FRANCISCO, Cristiane Nunes; ALMEIDA, Cláudia Maria de. **Orbital images interpretation by means of an expert system for land cover mapping in highlands**. Sociedade & Natureza, v. 24, n. 2, p. 287, 2012.

Cabe ressaltar, que apesar da incorporação da lógica industrial no município notadamente após a primeira década do século XX, a cidade ainda mantém em diversas localidades o caráter rural, sobretudo em termos de produção de alimentos. Nestas localidades, apesar de proibida, a prática da coivara, ou plantio após derruba-queimada, estimulada ainda à época do império, ainda é uma prática presente e possível de ser detectada tanto na paisagem, quanto na memória da população. Haja vista sua proibição, seu uso ainda encontra adeptos e críticos tanto nas localidades quanto na academia, sobretudo devido a “eficiência” do método, sobretudo como ferramenta.

Portanto, referindo-nos a produção de alimentos, quanto a regeneração dos fragmentos florestais, através da técnica da coivara, sobretudo devido à “disponibilização”¹ do fósforo oriunda da queima da biomassa, o método da coivara possui uma série de defensores de seu uso, tanto agricultores como cientistas, mesmo que por diferentes óticas e perspectivas, vide os trabalhos de Fantiniii (2007), Leonel (2000), Denevan (2010), Munari (2009), Posey (1985), entre outros.

De fato esta questão ainda se mostra muito presente em determinadas localidades e distritos do município como em São Pedro da Serra e Lumiar, como atenta Carneiro (2010) marcando as paisagens através do uso da “queimada acidental” e talvez ainda pior, pelo abuso de fertilizantes químicos, herbicidas, pesticidas e toda a gama de agroquímicos industriais, fato evidenciado por Moreira et. all., 2002, p. 301), ao afirmar que “Na região da Microbacia do Córrego de São Lourenço, o consumo de agrotóxico foi estimado em 56,5kg de agrotóxico/trabalhador/ano”

A despeito das indagações geradas no processo de pesquisa, continuei a consultar fontes históricas diversas relativas à história da colonização e da agricultura no município, as quais proporcionaram informações-chave para a produção do presente trabalho. Jaccoud (2001, p.14), afirma que ainda nos primeiros anos de colonização, ou seja, no período anterior à distribuição dos lotes aos colonos, e quando os mesmos ainda viviam na vila formada, e atual centro do primeiro distrito do município, “Alguns colonos residentes nas cercanias – os mais caprichosos – cultivavam hortas e jardins nos terrenos que se situavam nos fundos de suas casas...”.

Como afirmam Grisel e Assis (2015, p.22), “Entre os imigrantes que saíram da Suíça para tentar a aventura no Brasil, 75% tinham experiência agrícola.”. De fato, como nos evidencia Nicoulin (1996, p.115), (vide figura 2, abaixo) a imensa maioria dos homens acima de vinte anos de idade eram agricultores, “*cultivateur*” em francês, e talvez por isto, mesmo morando

¹ Ver o contraponto à questão da fertilização do solo via *Coivara* em agendagotsch.com/films Vídeo: Preparo do Solo.

provisoriamente na vila colonial, já cultivavam parte de seus alimentos em seus pequenos quintais.

Figura 2: Les professions des émigrants.

Tableau 15
Les professions des émigrants

agriculture	cultivateur	164
	fruitier	2
	vigneron	1
	domestique	8
	journalier	5
	Total	180
bâtiment, carrière	maçon	21
	menuisier, charpentier	34
	Total	55
équipement, entretien	charron	4
	maréchal	10
	cloutier	11
	sellier	4
	tanneur	4
	cordonnier, sabotier	27
	potier	4
	tonnelier	9
	tailleur	9
	Total	82
alimentation, textile	meunier	15
	boulangier	2
	boucher	2
	tisserand	27
	Total	46

Fonte: NICOULIN, M. **La genèse de Nova Friburgo**. 5a ed.. Fribourg, Éditions Universitaires. Fribourg, 1988, p. 111.

Um século depois, relatos do cronista Arthur Guimarães, cujas algumas observações de sua visita à cidade constam em Corrêa (2011, p. 332), apontam que no início dos anos 20 do século XX, havia a inerente produção de alimentos com fins de complementaridade alimentar, produzidos em residências da dita área urbana do município, o que ressalta que a prática agrícola de “fundo de quintal” em Nova Friburgo é algo histórico:

“Possuíam hortas em seus quintais onde plantavam couve, vagem, alface, mostarda, acelga, salsa, cebola verde, ervilha, berinjela, jiló, maxixe, quiabo, tomate, cenoura, nabo e repolho.”

O próprio cronista chama atenção para a “falta de sortimento de legumes e verduras” na venda dos quitandeiros, o que poderia vir a ser um resultado da falta

de necessidade da compra deste tipo de alimento por parte daqueles que chamaremos de “agricultores urbanos”.

Ainda, a friburguense Sra. Yolanda Cavaliere D’oro, cujo relato é encontrado em Corrêa (2011, p. 342), afirma que em meados do século XX, a cidade:

“Era uma Nova Friburgo em que as casas tinham vastos quintais, onde todos cultivavam legumes e verduras em pequenas hortas, a exemplo de couves e cenouras, além de um pomar com jabuticabeiras e laranjeiras carregadas de frutos dourados e as casas divididas por cercas de bambu”.

Estas contribuições me chamaram ainda mais a atenção sobre a configuração da área de estudo que circunscreve esta pesquisa, sobretudo, do terreno do meu avô, atualmente, permeado pela infraestrutura urbana, e me fez questionar, se haviam mais exemplos atuais de produtores de alimentos no perímetro urbano do município.

Portanto, tendo reunido os primeiros dados históricos necessários para a pesquisa, foi dado o momento da busca por maiores exemplos de práticas policulturais em *homegardens*, e logo de compilação de dados a respeito do histórico de cada cultivo e história de vida de cada agricultor. Neste momento, ainda, sobretudo no primeiro distrito do município.

A partir disto, iniciei um trabalho de procura, e estabelecimento de contato com pequenos agricultores cujo manejo tivesse características parecidas com o manejo de agricultores tradicionais no sentido de enxergar semelhanças e divergências entre suas ideias e formas de plantio, e, sobretudo, a fim de potencialmente ter a capacidade de “rastrear” as heranças culturais (se de fato existem) de um manejo de cunho policultural, possibilitado já nos primeiros anos de colonização pela miscigenação cultural entre os suíços e os afrodescendentes (escravos e quilombolas) já presentes mesmo anteriormente da chegada dos colonos, vide o quadro de Debret denominado “Vista de Nova Friburgo” do ano de 1826 (figura 3, abaixo), e os apontamentos de Louzada (1991).

Figura 3: Colônia Suíça de Nova Friburgo



Fonte: Colônia suíça de Nova Friburgo retratada por Debret por volta de 1826. Litografia reproduzida em NICOULIN, M. **La genèse de Nova Friburgo**. 5a ed.. Fribourg, Éditions Universitaires. Fribourg, 1988 p. 218-219.

Portanto, minha busca iniciou-se através de incursões, sobretudo de bicicleta pela cidade, onde, de forma empírica, fui identificando quintais e “terreninhos” produtivos em alimentos, sobretudo, presentes no distrito-sede do município, cada um com suas peculiaridades e complexidade envolvidas em seus cultivos. No decorrer desta procura, tive a oportunidade de ser muito bem recebido por outros agricultores que pude estabelecer contato, como o Sr. C.de A., o Sr. A.R, a Sra. H.S. e Sra. M.H.H., além da Sra. S.F. cuja entrevista foi obtida através de um trabalho de campo na localidade de Macaé-de-Cima ainda no ano de 2014.

Estes pequenos espaços cultivados analisados utilizam primordialmente os recursos locais com fins de fertilização, e possuem caráter de uso intensivo do solo, com grande diversidade de espécies e adensamento entre as mesmas, devido à própria limitação do espaço. Em muitos casos, as práticas agrícolas apresentadas por estes agricultores urbanos, são bastante similares àquelas mais recentemente apresentadas sob as denominações de *Permacultura*, *Agrofloresta*, *Agricultura Biodinâmica* entre outras vertentes da *agroecologia*.

Como acreditam Aquino e Assis (2007), “A agricultura orgânica com base na agroecologia é o mote tecnológico adequado à realidade dos agro ecossistemas urbanos.” Nos casos encontrados em Nova Friburgo, nos chama a atenção a

presença deste tipo de atividade agrícola urbana, em pequenos terrenos situados nos “fundos de quintais” das residências para a produção de alimentos com fins de subsistência, em um município onde a produção voltada para o mercado possui grande importância histórica sobretudo no abastecimento da metrópole carioca. No que tange ao histórico de transformação e logo, também do uso e cultivo do solo do município, basearemos nossa pesquisa nos relatos históricos presentes nos livros escritos sobre a cidade, como na obra de Corrêa (2011), sobre a necessidade de miscigenação cultural com fins de subsistência ainda no século XIX. Também evidenciaremos a efetividade da produção de alimentos variados em quintais urbanos (ou hortos familiares), até a década de cinquenta do século XX, apontadas nos relatos históricos e em crônicas feitas à época por viajantes que estiveram no município à época, e até os dias atuais, baseando-nos nas entrevistas obtidas entre os anos de 2014 e 2016. Novamente, no que diz respeito às práticas agroecológicas de cunho policultural em “fundos de quintal”, de acordo com Engel (1992, p. 08):

“Os hortos familiares constituem uma prática agroflorestal muito antiga, utilizados para prover necessidades básicas de famílias ou comunidades pequenas, com venda ocasional de excedentes de produção.”

Ainda, caracterizam-se por sua complexidade, e normalmente com a formação de uma paisagem florestal, com a presença de:

“Muitos estratos e grande variedade de árvores, cultivos, e animais domésticos, com produção ao longo de todo o ano de frutos, legumes, fibras, madeira, plantas medicinais e aromáticas, galinhas, porcos e outros.”.

Cabe ressaltar que, segundo o dicionário *Michaelis*, policultura é uma “Forma de agricultura que consiste na exploração simultânea de vários vegetais e produtos; cultura variada.”. Haja vista a apresentação do termo, retirado de um dicionário, notadamente o mesmo começou a ser utilizado no Brasil como uma apropriação ao termo em inglês *polyculture*, sobretudo devido à emergência das questões agroecológicas e como um contraponto à ideia de monocultura, haja vista o trabalho de Hanzi (2000) neste sentido.

No esforço de compreendermos os processos inerentes às práticas sociais, apresentadas na dada pesquisa, trazemos algumas diretrizes que nos ajudarão a responder, ou melhor, compreender as questões que serão apresentadas. Neste

sentido, cabe ressaltar que, toda a percepção acerca da relação homem ou sociedade e natureza presente neste trabalho, parte das minhas interpretações e reflexões obtidas a partir das obras do filósofo e agricultor Ernst Götsch em associação com as visões pessoais que foram sendo estabelecidas a partir das minhas vivências no âmbito das práticas agroecológicas de cunho agroflorestal.

Os objetivos específicos do presente trabalho são, além de verificar a importância da agricultura policultural para as famílias produtoras e vizinhança, buscar através da análise dos dados o que há de comum na relação sociedade-natureza entre os casos pesquisados. Neste sentido, nos esforçaremos para identificar através dos dados os possíveis padrões culturais e socioespaciais observados. Tanto na origem e reprodução das práticas agrícolas, quanto na espacialização dos terrenos e questões legais inerentes aos mesmos.

Portanto, acreditamos na importância do presente trabalho, uma vez que o mesmo apresenta o potencial de produção de alimentos em pequenas propriedades em meio urbano, além de apresentar a falta de necessidade de uso de insumos químicos e uso do fogo, práticas adotadas discriminadamente no município até os dias atuais. Outro fator que justifica a escolha do tema e recortes, é avaliar a presença ou não de proximidade entre os casos estudados e a história do município, onde a policultura e agricultura urbana se mostraram eficazes e estratégicas para a própria formação de Nova Friburgo, em determinados momentos históricos.

Neste sentido, com fins de investigação, iremos aproximar determinadas ideias e conceitos da História Ambiental com o histórico de colonização do município, a fim de angariar subsídios para um maior entendimento sobre os processos de evolução da agricultura policultural e sua possível “reminiscência” presente atualmente em quintais produtivos presentes meio à malha urbana da cidade de Nova Friburgo. Portanto, traremos uma breve explanação acerca da própria história de colonização, e (trans) formação do município no decorrer dos séculos XIX e XX, notadamente no capítulo primeiro do presente trabalho.

Como poderá ser observado, a cada mudança histórica, e/ou elemento inserido, como a chegada de novos imigrantes, uso do fogo como ferramenta,

miscigenação cultural com os negros, chegada da eletricidade ou instalação das grandes indústrias de capital alemão, o *metabolismo social* da sociedade friburguense foi sendo modificado, e com isto, também a cultura, as práticas sociais, as resultantes ambientais decorrentes destas mudanças.

Foster (1999) recuperou o conceito de metabolismo utilizado por Karl Marx. O termo de origem biológica busca ilustrar o comportamento humano como parte desse mundo natural, no qual os indivíduos trocam energia e nutrientes com o sistema inserido. Neste sentido, a ideia de *metabolismo social* poderia ser utilizada para compreendermos como se davam os inputs/outputs energéticos em determinadas sociedades, de acordo com o nível de tecnologia empregada e a matriz energética utilizada.

De acordo com Rua (2007, p.11), “A principal tarefa da História Ambiental é o registro do legado da transformação humana dos ecossistemas e a procura dos signos neles impressos.” E no que tange a estes símbolos, compreendemos que a grande quantidade de espécies exóticas encontradas no município e no recorte estudado, assim como os inúmeros lotes abandonados e (mono)cultivados com *eucaliptus*, demanda das extintas indústrias têxteis de capital alemão constituem-se como representações de processos pretéritos ocorridos no município.

A forma como os seres humanos se organizam e produzem determina a forma como virão a afetar, se apropriar e transformar a natureza. Neste sentido, o metabolismo entre a natureza e a sociedade:

“Implica el conjunto de procesos por medio de los cuales los seres humanos organizados en sociedad, independiente de su situación en el espacio (formación social) y en el tiempo (momento histórico), se apropian, circulan, transforman, consumen y excretan materiales y/o energías provenientes del mundo natural”.

(TOLEDO Y GONZÁLEZ DE MOLINA, 2004, p. 04)

Portanto, trazemos de antemão a ideia de *metabolismo social*, afim de que a leitura da apresentação histórica possa ser enriquecida conceitualmente, sendo percebidas em cada mudança histórica, diferentes demandas energéticas e *arranjos espaciais*.

A apresentação histórica será efetuada em dois módulos, apresentando o primeiro, as dificuldades enfrentadas e adaptações necessárias para a subsistência

dos colonos nos primeiros anos da colonização, e conferindo a um segundo momento à apresentação da resistência do rural no “seio” urbano de Nova Friburgo, meio à emergência da lógica urbana - industrial.

O objeto da pesquisa, portanto, é a relação da agricultura policultural atualmente presente no distrito-sede de Nova Friburgo, com a história do município e com o universo da agroecologia, uma vez que os entrevistados podem possuir relação cultural com o histórico de evolução da agricultura no município, e pelo que indicam as entrevistas, também com a influência da grande mídia no que tange ao contato com as mais recentes tendências e conhecimentos atualmente vistos como *agroecológicos*.

Trazendo maiores elementos para o entendimento do que será discutido no decorrer do presente trabalho, partimos da hipótese de que os quintais produtivos com características de agricultura policultural, apresentam traços de práticas agrícolas oriundas da miscigenação cultural entre os colonos e afrodescendentes, possibilitadas ainda nos primeiros cinco anos de colonização (1819-1824). Ainda, apresentam-se, mesmo que de uma forma diferente como conceituou Santos (1996), como *rugosidades* ou *reminiscências* de práticas espaciais, notadamente quanto à produção de alimentos variados nos quintais das residências localizadas no espaço urbano friburguense, sobretudo até a década de cinquenta do século XX.

Portanto nossa questão norteadora é: Qual a relação entre os agricultores policulturais de subsistência presentes hoje em dia, com os do passado na história de Nova Friburgo? Neste sentido, espera-se verificar se de fato os casos do passado e do presente possuem relação, a partir da análise dos dados coletados através das entrevistas a respeito da história de vida de cada agricultor, suas práticas agrícolas, também evidenciadas a partir da empiria, assim como as percepções ambientais de cada agricultor e estrutura dos quintais produtivos.

As questões gerais apresentadas terão a finalidade de servir como base para o entendimento das percepções dos agricultores em relação à suas próprias realidades, e funcionaram como base para o entendimento das questões específicas apontadas. Deste modo, busca-se responder até que ponto os cultivos

policulturais possuem relação com a história de produção de alimentos e própria formação da cidade de Nova Friburgo-RJ.

Para tanto, lançaremos mão de questões como: Qual o histórico de formação de cada terreno? Através disto podemos datar o início dos manejos, além de possibilitar a captação de intencionalidades envolvidas na formação dos cultivos. Ainda, trazemos como uma possibilidade para uma análise multiescalar e multidimensional das paisagens formadas, o questionamento acerca da percepção de como o componente animal se mostra presente nos manejos adotados.

A questão que se mostra central para o presente trabalho é: Qual a origem das práticas agrícolas policulturais presentes hoje em dia no município? Esta questão se mostra desde já como de difícil resposta. Porém buscaremos identificar “um fio”, ou semelhanças entre os dados obtidos, com os relatos históricos, e análises das paisagens formadas, afim de que possamos traçar o paralelo entre as culturas do passado e do presente visando elucidar a presença ou não de um vínculo cultural entre as práticas atuais e as pretéritas. Neste sentido, buscaremos identificar onde estão os “resíduos”, ou testemunhos de processos que aconteceram no passado do município.

Portanto, para identificarmos a existência (ou não) de heranças culturais presentes entre os policultores de hoje em dia, em relação com o processo histórico de evolução/formação da policultura no município, este, o fio condutor inerente à questão geral da pesquisa, é necessário analisar as características comuns entre os arranjos atualmente observados no município, notadamente de cunho policultural, e algumas dotadas mais de aspectos de agricultura urbana do que outras, com aqueles utilizados pelos colonos na origem do atual município.

Buscando objetivar a apresentação das próximas ideias a serem desenvolvidas na pesquisa, indicamos que o capítulo de cunho histórico, presente neste trabalho, possui um caráter informativo sobre o tema a ser abordado. Desta maneira, baseado este capítulo no trabalho de historiadores tais como Müller (2009), Araújo e Mayer (2000), Barbosa (2009) e Corrêa (2011), fundamentalmente sobre a colonização e formação da cidade de Nova Friburgo, haja vista que julgamos como fundamental o embasamento histórico para o

entendimento dos processos a serem pesquisados no presente trabalho. Ainda, os relatos históricos possibilitam a confirmação de determinadas ideias que se apresentam no decorrer desta dissertação.

Haja vista a importância do referencial histórico utilizado, no que tange ao referencial teórico-conceitual e metodologia utilizada para a formulação das ideias aqui apresentadas, cabe ressaltar que para a produção desta pesquisa, partimos do princípio de que os policultivos se mostram mais oportunos e queiram chamar, ecológicos, sustentáveis, do que o modelo de produção de gêneros agrícolas em monocultivos.

Os impactos diferenciados sobre o solo (fauna edáfica, aporte de nutrientes e matéria orgânica, umidade), microclima, atração animal, entre outros fatores, expõem a assimetria no que diz respeito ao uso e criação de *externalidades* dos policultivos em relação aos monocultivos, e as diferenças entre os mesmos são visíveis a olho nu e não temos a pretensão de expor dados científicos ou debruçar profundamente sobre uma questão já tão discutida na *Agroecologia*.

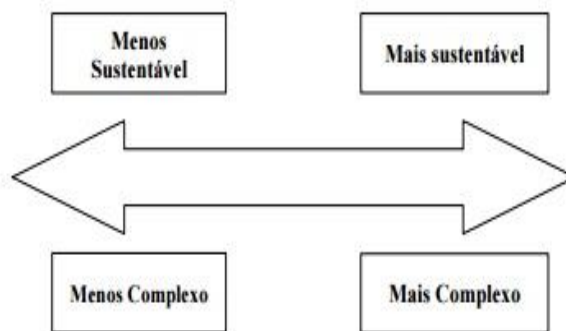
Alguns autores como Ewel (1999) e Jose (2009) apontam que as *Agroflorestas* são formas produtivas de uso do solo capazes de gerar até mesmo *externalidades positivas*, isto é, prover serviços ambientais além da produção agrícola ou florestal. Esta noção vai ao encontro à ideia de *sintropia* apresentada por Ernst Götsch, e que será apresentada mais à frente na presente pesquisa.

No que diz respeito à presença de pragas, por exemplo, Altieri (2002. p. 454) afirma que:

“Os monocultivos são ambientes mais difíceis para se induzir um eficiente sistema de controle biológico de pragas pois carecem de recursos adequados para o desempenho efetivo dos inimigos naturais”.

Caporal (2009) apresenta em um esquema simples (ver abaixo, figura 4) o entendimento na Agroecologia a respeito da complexidade envolvida nas intervenções.

Figura 4: Agroecologia.



Fonte: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDS/Embrapa, 2009.

“A partir desta compreensão se entende que sistemas agroflorestais, sistemas agrosilvipastoris [...] apresentam maior capacidade de resiliência e, portanto, maior sustentabilidade que os convencionais, da mesma forma, que os policultivos, os consórcios, os cultivos em aléas ou sistemas semelhantes também o são.”

(CAPORAL et.all, 2009, p.36)

Abstendo-nos um pouco da discussão de cunho biológico e direcionando o raciocínio para aspectos mais próximos à racionalidade geográfica, haja vista a contribuição de Rua (2002 e 2005), em seus trabalhos produzidos sobre as “urbanidades no rural” observadas a partir de transformações no eixo da rodovia Friburgo-Teresópolis, trazemos como sugestão (ou provocação), também observarmos as hortas urbanas estudadas na presente pesquisa, como *ruralidades no urbano*, ou ao menos, manifestações do rural em um espaço urbanizado, ainda, podendo ser enxergadas tanto como “reminiscências” de práticas culturais pretéritas, como processos atuais de (re) significação e (re) valorização de práticas e costumes.

Como aponta Garcia,

“Mais de 95% da população do estado do Rio de Janeiro é considerada, estatisticamente, urbana e, destes, 76% residem na Área Metropolitana (mesmo tendo reduzido ligeiramente essa participação), o que marca, em nosso estado, forte imbricação do “urbano” e do “rural”, facilitada pela mais densa rede rodoviária do país.” (GARCIA, 1998, apud RUA, 2006)

Portanto, na associação entre o urbano e o rural, assim como daquilo que é visto como *moderno*, com o outro, visto como *atrasado*, *ultrapassado*, reconhecendo o conhecimento e tecnologias da *Agrofloresta Sucessional* (PENEREIRO, 2003), sendo complementares aos da agricultura policultural em Nova Friburgo e vice-e-versa, acreditamos que a troca de conhecimentos entre “agentes do novo e do antigo” (ou como assim são vistos), pode colaborar na formação de uma cultura ecológica voltada para as características socioespaciais e morfoclimáticas do município.

De fato, como afirma Leff (2000): “Numa perspectiva cultural do desenvolvimento sustentável dos recursos, a produtividade tecnológica está associada com a capacidade de recuperar e melhorar as práticas tradicionais de uso dos recursos.”. Neste sentido, acreditamos que a tecnologia presente na *Agrofloresta Sucessional* possui potencial de associação com as práticas tradicionais muito maiores que a tecnologia presente nos pacotes tecnológicos da indústria de bioengenharia e bioquímica, cujas tecnologias empregadas, oriunda dos pacotes da chamada Revolução Verde, e suas reinvenções, se mostraram extremamente problemáticas ao meio, aos agricultores e aos consumidores por pesquisadores do âmbito da saúde pública como Gomes e Rozemberg (1999); Moreira et al. (2001); Peres et al. (2004) e Peres e Moreira (2007).

Tais pesquisadores compreendem que a adoção da tecnologia empregada ao plantio em comunidades onde o problema do analfabetismo ou falta de conhecimento acerca dos produtos utilizados, geraram sérios problemas socioambientais relacionados ao uso de agroquímicos diversos, associado ainda à falta de cuidado no manuseio e aplicação destes produtos, o que possibilitou o aparecimento de uma série de doenças, sobretudo aquelas associadas ao sistema nervoso central dos agricultores e seus familiares.

No que tange à questão da identidade dos agricultores e conceituação de suas atividades, utilizamos referências da geografia e da sociologia associadamente, na busca pelo entendimento das práticas e atividades evidenciadas na presente pesquisa. Haja vista a contribuição de Hall (2000) acerca das identidades na chamada pós-modernidade, nos parece vir à tona como se dão

as identidades destes agentes, principalmente quando no contato com os movimentos recentes da agroecologia.

Porém, antes de sondarmos os possíveis hibridismos ou miscigenações culturais, precisamos identificar a identidade dos entrevistados, que: São agricultores, mas não de profissão (exceto Sr. A.R.), pois não vivem majoritariamente da renda da terra, não possuem grandes extensões de terra (menos que 1/5 hectare, por exemplo), e normalmente exercem outras atividades com fins de remuneração. Porém, que exercem práticas agroflorestais e/ou *permaculturais*, mesmo que não havendo contato direto com os movimentos da *agroecologia*.

Como evidencia Rua (2005, p. 53),

“No estado do Rio de Janeiro observa-se uma verdadeira metropolização do espaço que imprime ao território características antes exclusivas da região metropolitana, fazendo com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares, fiquem sujeitas aos códigos da metrópole.”

Uma das indicações que podemos utilizar para saber como o poder público ordena determinada localidade é o tipo de imposto cobrado sobre as propriedades privadas. Neste sentido, nas áreas chamadas urbanas é cobrado o IPTU, ou Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana. E no caso de propriedades nas ditas áreas rurais, o ITR, ou Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Em muitas gestões municipais, caso não exclusivo ao município de Nova Friburgo, a expansão da malha viária facilitou a entrada da infraestrutura urbana em áreas anteriormente destinadas, sobretudo à produção rural em suas múltiplas formas.

Trazendo um exemplo para o município estudado, no primeiro mandato do ex-prefeito Paulo Azevedo (1989-1993), foi construída a avenida perimetral entre os bairros Olaria e Cônego, a chamada Via Expressa. Esta obra acelerou o tráfego entre os bairros do Centro e Olaria para os bairros do Cônego e Cascatinha, ambos de origem rural e de com características de relevo montanhoso, favorecendo o *espraiamento urbano* (BRUECKNER, 1983) e a *gentrificação* (SMITH, 1979), através da criação de inúmeros condomínios destinados à classe média alta e à compra de terrenos para a formação de casas de veraneio.

Atualmente, estes bairros constituem-se como um amálgama de relações, onde o *público* e o *privado*, bem como o *legal* e o *ilegal*, a *preservação* e a *destruição* coexistem entre condomínios de luxo e roças com uso de agroquímicos, parques municipais e lotes inteiros cultivados com *Eucaliptus* em monocultura, assim como concentrações de bares e restaurantes, onde nos últimos dois anos foi criado o movimento “Baixo Cônego”, seguindo uma tendência notadamente da metrópole carioca neste sentido.

Portanto, recorreremos novamente à Rua (2007), pois entendemos que os anseios públicos (e suas parcerias com o privado) para o recorte espacial analisado, possuem intencionalidades diferentes àquelas de seus moradores tradicionais, de origem humilde e agrícola. Neste sentido, os *desenvolvimentos* possibilitados pela abertura da chamada “Via Expressa”, geraram mudanças culturais e espaciais nos bairros do Cônego e Cascatinha, criando novas funções e extinguindo outras, nos espaços e população preexistentes.

Sabemos que toda transformação espacial nesta escala é gerada por fatores coercitivos e também consensuais, e neste sentido, agrada e beneficia a uns, e prejudica e desagrade outra parcela. A partir destes *desenvolvimentos* desigualmente distribuídos na nova fronteira aberta pela via expressa, *sustentabilidades* foram sendo desenvolvidas também de formas peculiares, autônomas e com diversas motivações, haja vista o caso do entrevistado Sr. C.de A.

E no bojo das relações produzidas tanto no caso dos bairros do Cônego e Cascatinha, quanto no distrito-sede de modo geral, o que é visto como sustentável para o gestor público é o mesmo que o observado pelo pequeno produtor rural, ou pelo policultor de quintal? Ou trata-se de *sustentabilidades* diferencialmente observadas e espacialmente distribuídas nestes bairros? Estas são questões que serão levadas em consideração na análise das entrevistas obtidas, na busca da percepção dos entrevistados em relação à transformação socioespacial do entorno de seus terrenos.

No que tange à metodologia adotada no presente trabalho, a identificação dos terrenos potencialmente a ser estudados se deu através de incursões de

bicicleta pelo recorte espacial escolhido. A pesquisa se deu notadamente entre os anos de 2014 e 2016, onde foi estabelecido o contato com cultivadores de alimentos variados em jardins de “fundo de quintal”. A escolha dos casos se deu pela complexidade observada previamente nos manejos, sendo escolhidos preferencialmente terrenos com interessante produção de alimentos e espécies medicinais diversos e cultivados em consórcio. Neste sentido, alguns terrenos onde o cultivo era exclusivo ao plantio de mandioca ou ao inhame, por exemplo, não foram utilizados na pesquisa, devido ao não uso das práticas policulturais que baseiam este trabalho.

A percepção empírica das paisagens formadas pelos cultivos urbanos, assim como a identificação das espécies inseridas nos manejos foi extremamente necessária, uma vez que a grande maioria dos cultivos identificados encontra-se em propriedades particulares. Portanto a identificação dos cultivos se deu anteriormente à consulta aos proprietários sobre seu histórico de formação. O único caso analisado que se difere dos outros tanto pela localização quanto pelo modo como a entrevista foi abordada, foi o da Sra. S.F., haja vista que a conversa efetuada e os dados foram coletados em um trabalho de campo produzido em maio de 2014, por professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-RIO.

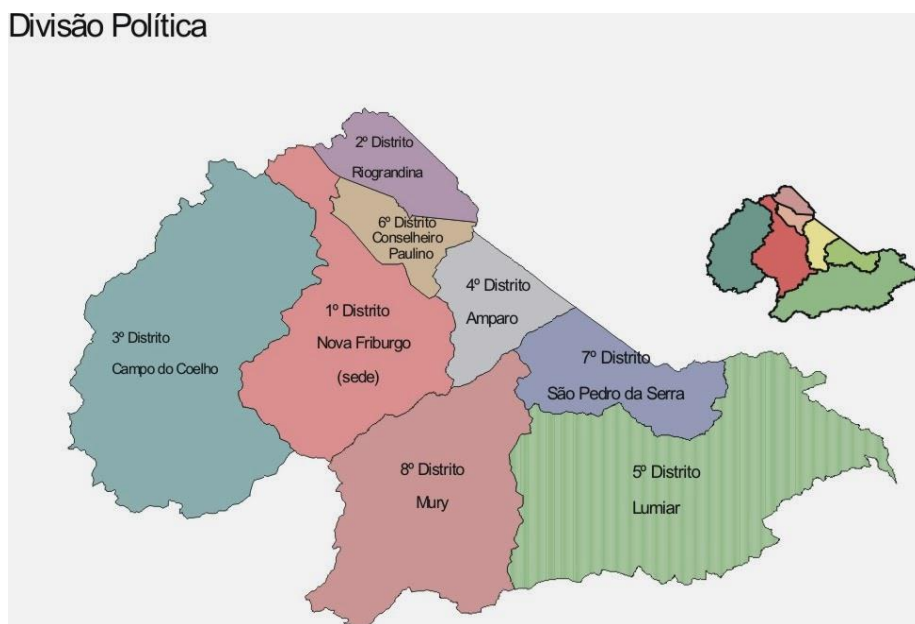
O conteúdo das entrevistas será apresentado no segundo capítulo do presente trabalho, onde serão evidenciadas as características comuns e as diferenças entre a cultura e história dos entrevistados. Buscamos neste momento relacionar as informações obtidas com o conteúdo do primeiro capítulo, notadamente histórico, a fim de investigar a potencial relação entre a cultura presente atualmente nos *homegardens friburguenses* com a evolução da agricultura policultural no município.

Haja vista o meio para identificação dos terrenos cultivados (bicicleta), inicialmente somente os cultivos possíveis de serem observados do nível da rua, foram identificados. Em um segundo momento, o auxílio da tecnologia de sensoriamento remoto se mostrou importante para a identificação de outros quintais manejados, cuja confirmação de sua produtividade de alimentos e

espécies aromáticas e medicinais (ou ausência das mesmas) se deu novamente por incursões de bicicleta e pelo contato pessoal com moradores próximos.

A obtenção das informações sobre a produção de cada horta urbana selecionada se deu por meio da produção de entrevistas semiestruturadas para com cada agricultor escolhido. Através dos dados coletados será possível a formação de um inventário do (s) tipo (s) de cultivo (s) presente (s) em cada terreno, assim como a lista de espécies encontradas em cada arranjo produtivo estudado. Cabe ressaltar que todos os entrevistados encontram presentes no primeiro, quarto e quinto distrito do município, de acordo com a divisão político-administrativa presente na figura 5 abaixo.

Figura 5: Mapa dos distritos de Nova Friburgo.



Fontes: IBGE/PMNF.

A fim de apresentar os resultados esperados para esta pesquisa, acreditamos que através da análise geográfica em associação com o conhecimento agroflorestal e histórico, podemos identificar a relação entre as hortas de atualmente presentes, com o histórico de produção de subsistência de alimentos no município, assim como apontar similaridades e diferenças entre os casos

estudados (traços culturais, manejo do solo e de espécies; discursos ambientais), pelos quais, acreditamos poder compreender a importância das hortas urbanas para os proprietários e para a população do seu entorno.

Outro resultado esperado é poder relacionar os resultados obtidos com movimentos ecológicos mais recentes (da agricultura urbana, *agrofloresta*, *eat local*, *slow food*, *agricultura sintrópica*..), proporcionando a virtual formação de um projeto que possibilite a manutenção e potenciais melhorias nos terrenos estudados, seja por meio de projetos culturais de cunho público, assim como a partir da potencial comercialização dos excedentes produtivos nas hortas urbanas do município.

Haja vista a apresentação das bases teórico-metodológicas que irão nortear as seguintes discussões, nos esforçaremos em inter-relacionar os conhecimentos geográfico e agroflorestal, buscando assim, novos paradigmas nas compreensões de paisagem e relação sociedade-natureza, temas presentes nas discussões tanto da ciência geográfica, quanto na filosofia e práticas agroecológicas.

Neste sentido, como aponta Rua (2007, p. 07),

“O estreitamento do contato da Geografia com outras disciplinas é decorrente da exigência de respostas para questões cada vez mais complexas do mundo contemporâneo.”

Acreditamos que a partir do uso da categoria *paisagem*, podemos alinhar os processos estudados com o conhecimento geográfico, sobretudo por compreendermos que tal categoria, tradicional na Geografia, nos permite a análise da relação homem-meio assim como a relação de não humanos na construção e transformação de ambientes nas múltiplas escalas possíveis de análise. Questão que se fez presente na percepção de determinados agricultores entrevistados.

Recorrendo a Berque (1988), no que se refere à ideia de paisagem como marca e matriz, a paisagem geográfica apresenta um papel fundamental na compreensão do espaço, constituindo uma marca que o homem imprime na superfície da Terra através de suas práticas espaciais. E esta marca reflete a natureza da sociedade que realiza as marcas, em seus aspectos históricos,

políticos, econômicos e sociais. Ao mesmo tempo, estas se constituem como matrizes, ou condições para a existência e a ação humanas.

Inerentes ao uso do conceito de paisagem estão suas múltiplas interpretações, possibilitadas pela revalorização do conceito no âmbito da geografia nas últimas décadas do século XX, assim como a emergência de outras ciências e campos do conhecimento na discussão sobre paisagem. Buscando uma análise integradora que abarque, porém que não se reduza às “caixinhas” de cada ciência propomos aqui o questionamento sobre a onipresença humana na transformação de paisagens abrindo novas perspectivas acerca do entendimento das relações homem-natureza.

Como ressalta Rua et. all. (2007. p.12), o

“Entendimento da relação sociedade-natureza obriga ao exercício da interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, coloca a Geografia na procura de um discurso específico centrado não apenas na “naturalidade” pura dos fenômenos, mas, fundamentalmente, em suas inter-relações com os fatos sociais.”

Partindo do entendimento de que normalmente na academia, mencionamos apenas os efeitos entrópicos da ação humana sobre o ambiente, trago como contribuição para a discussão sociedade-natureza deste trabalho a ideia de *sintrópia*², sugerida por Götsch (2000), que é o entendimento de que em uma relação animal-meio (inclusive homem-meio), existem processos de entropia, ou seja, gastos energéticos inerentes à própria sobrevivência do indivíduo. Porém, no balanço total das relações, os animais (e potencialmente, nós seres humanos), estabelecem através do cumprimento de suas funções biológicas no sistema, trocas energéticas mais próximas do *sintrópico*, ou seja, cada animal é entrópico em si mesmo devido ao gasto energético para se locomover, alimentar, etc., porém, cada um tem a função de favorecer processos *sintrópicos*, devido ao trabalho produzido, que pode conseguir gerar mais energia acumulada ou transformada do que utilizada.

Este tipo de abordagem possibilita a quebra do modo binário de se pensar o “natural” e o “social” em dissociação, algo ainda muito enraizado no

² Ver *Sintrópia* em agendagotsch.com/films Vídeo: Life in Syntropy.

conhecimento geográfico. Vejamos o exemplo da abelha citado por Ernst Götsch afim de que possamos compreender melhor a questão acerca da *sintrópia*.

“A abelha, por exemplo, que vive do néctar e do pólen, no curso de sua vida consome e metaboliza néctar e pólen por várias vezes a quantidade daquilo que ela sintetiza em seu corpo”. No balanço direto de *sintrópia* ela é negativa, quer dizer, entrópica. Considerando, no entanto, os efeitos benéficos de seu trabalho e da função que ela cumpriu - polinizar as flores de milhares de plantas, contribuindo indiretamente para a diversidade genética daquelas plantas, o que é indispensável para a sobrevivência de cada espécie - esta abelha, no balanço da vida, tem uma função altamente *sintrópica* (processo do simples para o complexo). E assim como a abelha, cada espécie é feita do mesmo conceito.”

(GÖTSCH, 2000)

Ainda ressaltando a importância ambiental das espécies de abelha, “A abelha, por exemplo, transporta o pólen retirado da flor, facilitando, assim, a sua fecundação” de acordo com Mazoyer & Roudart (2001, p.52). Porém, de fato, as questões inerentes ao trabalho intencional animal não se enquadram aos preceitos e percepções oriundas da Biologia enquanto ciência. Sobretudo no que tange ao estudo da Biologia Evolutiva dos seres, que tende a compreender a evolução de seres biológicos e vegetais a partir da ocasionalidade possibilitada pelas mutações genéticas, e possibilitando um processo seletivo de adaptações e não adaptações entre os seres e o meio.

Cabe ressaltar que a ideia de *sintrópia* apesar de estar presente na Física como *neguentropia*, não se encontra presente na linguagem biológica, em detrimento da ideia de *entropia*, base do entendimento da segunda lei da termodinâmica. Porém, como parte da evolução do conhecimento, notadamente científico, os questionamentos acerca da questão evolutiva se mostram presentes até os dias atuais, e tendo origem em múltiplas áreas do conhecimento, como afirma o renomado químico americano Skell (2009):

“É o nosso conhecimento da operacionalidade das formas de vida – e não especulações sobre a forma como elas surgiram há milhões de anos atrás – que é essencial para os médicos, veterinários, agricultores.”

Haja vista a importância que apresento da filosofia e percepções advindas da obra de Ernst Götsch, minhas percepções partem dos conhecimentos que identifico como sendo importantes, tanto advindos da Geografia quanto da *Agrofloresta Sucessional*, assim como das minhas vivências e experiências no

âmbito da *Agroecologia*. Trazemos esta discussão para a presente pesquisa devido a indicações presentes na fala de determinados entrevistados que mencionam o auxílio do componente animal das paisagens formadas em seus cultivos.

Portanto, ao observarmos uma paisagem, é inerente a este olhar a percepção, formação científica (ou não) e cultura do observador. Seu conhecimento prévio, “carga cultural” e intencionalidades irão possibilitar a leitura deste documento não literário (*paisagem*) a partir de um ponto de vista particular, ou seja, do indivíduo. Apesar de cada conceito e categoria científica possuírem sua história (sem a pretensão de ignorá-las), propõe-se aqui um exercício: Uma análise integradora da paisagem, que perpassasse não só pelo conhecimento geográfico e biológico/ecológico, mas também pelo popular, o tradicional, e o não formal (caso do conhecimento agroflorestal), contribuindo para formar uma base de pensamento crítico em que as relações entre “humano” e “não humano” sejam revistas.

Ab’Saber (2011, p.09) ao afirmar que as “paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente”, deixa explícito o caráter transformador/modelador do ser humano, possibilitado pelos avanços técnicos e científicos. Porém também deixa subentendida a noção de herança ou “legado” deixado pelo aparato visto como natural, sendo este, “fruto” das interações entre embasamento geológico, clima, flora e fauna.

Neste sentido, o que de certa maneira tende a impossibilitar ou diminuir este tipo de abordagem (integradora), é a falta de conhecimento científico produzido, ou senão, ao menos a comunicação ou aceitação entre as ciências a respeito das intencionalidades e percepções animais na co-criação de paisagens, o que normalmente leva ao entendimento simplório das interações (inter e intraespecíficas), sendo analisadas simplesmente a partir do conceito biológico de *instinto*.

Alguns trabalhos vêm sendo produzidos no sentido de demonstrar a intencionalidade animal, como os produzidos por professores da Universidade de Harvard, Waal e Tyack (2003) e Hauser (2000). Ainda, em muitas comunidades

tradicionais o conhecimento popular indica o componente animal como auxiliar no manejo de suas paisagens. Porém, estas abordagens ainda não contam com “acolhimento” deste tipo de discussão nas ciências biológica e geográfica, como exemplo.

Todavia, uma contribuição científica que podemos trazer é a obra de MAZOYER & ROUDART, 2001, denominada “História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea”, que propõe em seu capítulo “EVOLUÇÃO, AGRICULTURA, HISTÓRIA” tratar da agricultura enquanto relação entre uma espécie exploradora e espécie exploradas convivendo em um ecossistema cultivado. Como atentam os autores, as práticas de cultivo e de criação de outras espécies com fins de alimentação não restringe-se apenas ao ser humano. Dentre as espécies de formigas, por exemplo, destacam-se as “Formigas Cultivadoras” e as “Formigas Criadoras” (pgs.55 e 56).

As formigas cultivadoras preparam uma ampla rede de transporte e um leito de cultura dentro no ninho, “coletando no exterior restos orgânicos de diversas fontes”, onde são cultivados os cogumelos necessários à sua alimentação. Já as formigas criadoras, vivem em associação com alguma espécie de pulgão ou de conchonilla, criando estas de diferentes formas de acordo com cada variedade de formiga. A criação dos pulgões pode ser feita em ambiente interno, no qual a criação se alimenta diretamente da seiva das raízes de plantas, ou até mesmo em ambiente externo, quando os mesmos são transportados pelas formigas para o ar livre em direção às “melhores pastagens”. Neste sentido, estas formigas não são carnívoras, elas se alimentam dos excrementos destes animais, ricos em açúcares, depois que “acariciam com suas antenas o abdômen dos pulgões que estimulados, eliminam excreções açucaradas”, Mazoyer & Roudart (2001, p.56).

Haja vista as enormes diferenças entre os processos de artificialização entre formigas e humanos, o que nos importa neste momento da pesquisa é enfatizar a relevância da discussão acadêmica na busca pela compreensão da intencionalidade animal, no que tange à inteligência de cada espécie quanto aos recursos disponíveis, escala de atuação naquela paisagem, organização social (hierarquia, funções específicas, coletividade) e limitações físicas, características estas, não unânimes à espécie humana. Ainda quanto à resistência no meio acadêmico e

técnico-científico para aceitar o novo paradigma, como elucida Morin (1998, p. 290), para este ser aceito pela ciência, será necessária uma transformação “no modo de pensar, do mundo do pensamento e do mundo pensado.”

“Esta revolução paradigmática ameaça não apenas conceitos, ideias e teorias, mas também o estatuto, o prestígio, a carreira de todos os que vivem material e psiquicamente da crença estabelecida, aderidos ao paradigma convencional.”
(MORIN, 1998, p.293)

Continuando na questão da intencionalidade, restringindo o raciocínio apenas ao *Reino Animalia*, no que tange à questão da percepção e escala, Metzger (2001, p.09), indica que:

“Uma determinada espécie, em função de suas capacidades de deslocamento através da paisagem, de suas exigências de habitats específicos e de suas interações com outras espécies tenderia a perceber a paisagem numa determinada escala.”

Neste sentido, além de possibilitar que a ideia de percepção não se restringisse ao homem, o autor permite uma abordagem multiescalar de paisagem, no sentido de que cada espécie percebe a paisagem em relação à sua escala.

Trazendo como exemplo os animais da floresta ombrófila densa submontana, por exemplo, as maritacas possuem a capacidade de observar a paisagem florestal de uma determinada escala, identificando habitats e símbolos referentes à sobrevivência/reprodução de sua espécie, que um esquilo caxinguelê não conseguirá observar, devido à sua configuração biológica, habitat e vice-versa. Assim como a exemplo dos animais (haja vista que o homem moderno não se enxerga mais como um elemento natural, ou seja, também animal), o homem também interagiu com a paisagem e com as demais espécies na escala que seu corpo e seus olhos possibilitavam, porém, devido à sua maior capacidade laborativa, logo aos avanços culturais possibilitados pelo avanço técnico e do uso do simbólico, conseguiu observar e interferir na paisagem nas mais diversas escalas e dimensões.

Este tipo de discussão nos abre a possibilidade de pensarmos o homem e os elementos da natureza como complementares na constituição de paisagens, mesmo que havendo o discernimento de que as intensidades (ao participar dos processos) e intencionalidades são diferentes.

Neste sentido, continuando esta abordagem “mais biológica”, porém também ausente na ecologia atual, podemos questionar quando, por exemplo, uma árvore de Embaúba (*Cecropia pachystachya*) coloniza uma clareira formada meio à vegetação ombrófila (situação muito comum no Estado do Rio de Janeiro); Se havia no banco de sementes daquele recorte (clareira) as sementes da árvore, ou se no caso, o morcego (dispersor natural desta espécie) de fato “plantou” aos seus modos esta árvore na clareira, por compreender que aquela árvore que de tanto depende, se desenvolve a pleno sol, e não na sombra?

Trazendo subsídios para a continuação da discussão acerca da percepção e constituição de paisagens, cabe a esta última análise, acrescentar a ideia de fisionomia da paisagem enfatizada por Besse (2006), sendo esta, entendida não apenas como forma, mas também como expressão e impressão. Por exemplo, a fisionomia de um rosto humano demonstra a expressão sobre a forma (rosto). Deste modo, um observador experiente pode qualificar empiricamente a “saúde” do plantio, ou de determinada espécie pela morfologia da planta, sua coloração entre outros sinais bioindicadores.

Ainda neste sentido, trazendo a ideia de fisionomia, e como uma mesma paisagem pode ser observada de diversas maneiras por observadores diferentes, referindo-se a questão das chamadas espécies “invasoras” ou “pragas”. Um determinado observador pode olhar para um fragmento florestal com porções colonizadas por erva-de-passarinho (*Tripodanthus sp.*) e nem mesmo perceber. Outro observador, do mesmo local, pode perceber a presença da espécie hemiparasita e achar que a mesma deve ser retirada para que as árvores colonizadas possam continuar saudáveis. No caso de um terceiro observador com conhecimento de Agrofloresta Sucessional, compreenderia que a árvore colonizada pela erva, provavelmente já encontra-se envelhecida e/ou adoecida, e por isto, encontra-se passível de “sair do sistema” através da ação da trepadeira e do animal dispersor da mesma.

Neste sentido, de forma superficial, podemos dizer que o primeiro observador compreendeu a fisionomia daquela paisagem como estando “saudável”, o segundo como “adoecida”, e o terceiro como processo ou fluxo.

Novamente ressaltando que toda a percepção da relação homem-meio e sociedade-natureza e processos (trans) formadores de paisagens, presentes neste trabalho, vêm a partir do esclarecimento trazido por Ernst Götsch, sobretudo a partir de conversas e análises conjuntas de paisagens em ecossistemas agroflorestais, em associação com os conhecimentos da Geografia cultivados em minha caminhada acadêmica.

Haja vista a questão do uso e apropriação do termo *Agrofloresta* em relação à escala dos cultivos nos casos observados ressaltamos que dentre os entrevistados, apenas o terreno do Sr. J.A. possui características de uma floresta antrópica e produtiva em alimentos. Os demais casos estudados relacionam-se devido à outras características deste tipo de prática agrícola, como o adensamento, biodiversidade, consórcios entre espécies, cobertura do solo e não-uso do fogo.

Portanto, o que nos importa na discussão é a semelhança entre as práticas adotadas e não quanto ao seu produto final (floresta), podendo ainda, estas práticas serem caracterizadas como Sistemas Agroflorestais (SAF'S).

“Um sistema agroflorestal é, segundo Nair (1986) e Young (1991), um exemplo específico de práticas agroflorestais encontradas em uma localidade ou área, de acordo com sua composição biológica e arranjo, nível tecnológico de manejo e características socioeconômicas.”
(ENGEL, 1992, p.08)

Haja vista a discussão apontada acima sobre a questão da escala e utilidade dos conceitos da agroflorestal sucessional de GÖTSCH, acreditamos que o embasamento filosófico presente no discurso e práticas do suíço, pode contribuir para o resgate cultural da policultura em Nova Friburgo, devido às semelhanças observadas na estruturação do plantio (observado no caso do terreno do Sr. J. A., assim como nos relatos históricos).

A respeito da obra do suíço, é necessário ressaltar que se tratando de *Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais*, os exemplos práticos e científicos não se restringem somente ao trabalho de Ernst Götsch, havendo em diversos lugares, sobretudo em regiões tropicais, exemplos de sucesso no que diz respeito a práticas agrícolas associadas à reflorestamento ou melhoramento de solo, muito bem adaptados às realidades locais.

Porém, o caso de Ernst difere-se dos demais, pois além de agricultor, o mesmo é também filósofo e pesquisador, voltando o seu trabalho para a relação homem-natureza, com foco nas práticas agroflorestais em diferentes ecossistemas, sobretudo no Brasil, Bolívia, Costa Rica e Portugal.

Neste esforço, seu principal trabalho elaborado no município de Gandú-BA, iniciado em 1982, com foco no cultivo de cacau, de certo modo, diferiu-se tanto dos demais trabalhos relacionados à Sistemas Agroflorestais no Brasil, muito devido à filosofia da natureza presente e advindas das percepções do agricultor, que resolveu cunhar o termo *Agrofloresta Sucessional*, com fins de evidenciar a diferenciação dos demais trabalhos, devido à importância dada à sucessão natural em seus métodos e importância na relação homem-natureza presente em sua filosofia.

Cabe ressaltar que o conhecimento e práticas presentes na *Agrofloresta Sucessional* possuem origens muito antigas. Como contribuem Mazoyer e Roudart (2001, p.86); a respeito dos métodos de renovação de fertilidade de solos, que o princípio destes sistemas escalonados e associados de associação de arboricultura com cultivos anuais é conhecido desde o século 1 d.C., pois Plínio, em sua história natural descrevia os cultivados Oasis no sul da Tunísia desta forma:

“À sombra da orgulhosa palmeira brota a oliveira, e sob a oliveira a figueira, sob a figueira a romãzeira, e sob esta a vinha, sob a vinha o trigo, depois as leguminosas, enfim, as folhas: tudo isso no mesmo ano e todas estas plantas são alimentadas umas às sombras das outras.”

Assim como suas práticas, a filosofia presente na *Agrofloresta Sucessional* de Ernst Götsch também possui raízes históricas muito antigas, tendo origens ou “bebendo” em Heráclito de Éfeso, filósofo grego (540 a.C. - 470 a.C), em relação ao entendimento da vida como fluxo, também de Platão, Cícero, Kant, Confúcio e J. S. Bach. Portanto, como contribuem Mc Dicken e Vergara (1990):

“Agrofloresta é um sistema ancestral de uso da terra que vem sendo praticado por milhares de anos por agricultores de todo o mundo. No entanto, nos anos mais recentes, também tem sido desenvolvida como uma ciência que se compromete a ajudar agricultores a incrementar produtividade, rentabilidade e sustentabilidade da produção em sua terra.”

Após toda a apresentação dos anseios, justificativas, recorte e base teórico-metodológica do presente trabalho, com fins de iniciar a apresentação do conteúdo da pesquisa, anunciamos que o mesmo será apresentado em dois capítulos.

O primeiro, denominado de: Explanação do processo histórico de evolução e fragmentação da agricultura policultural em Nova Friburgo-RJ apresenta um panorama de como se deu o processo de colonização e formação do município, sempre com o enfoque nas questões inerentes à agricultura. O segundo capítulo, denominado: O Modelo Policultural no Município de Nova Friburgo – RJ na atualidade busca mostrar como o modelo de produção policultural encontra-se atualmente no município, relacionando a análise do momento atual com a análise das entrevistas obtidas.

2. Explicação do processo histórico de evolução e fragmentação da agricultura policultural em Nova Friburgo-RJ.

“Segundo penso, uma família de colonos, com o produto da horta, da capoeira, de uma vaca e de alguns porcos, não somente deve poder viver, mas ganhar ainda muito dinheiro, somente desbravando o terreno que lhe será concedido transformando-o em uma bela propriedade. Os que amam o trabalho não estarão a lastimar-se”

Journal du Jura, 12.8.1820, p. 224.

Durante um encontro em 1817 começou um projeto entre o Império Brasileiro a partir de Dom João VI e o Cantão de Fribourg na Suíça, através do empresário helvético, Nicolau Gachet, de implementação de um núcleo de colonização de imigrantes suíços no Rio de Janeiro (JURT, 2012, p.485), nos moldes do que já vinha acontecendo no Rio Grande do Sul, notadamente, com fins de embranquecimento da população brasileira à época, e fundado no imaginário de que os imigrantes fundariam verdadeiras colônias europeias em pleno território brasileiro.

No referido encontro, Dom João VI e Gachet iniciaram um acordo no qual estava prescrito a concessão de terras por parte do Império Brasileiro, assim como a formação de condições necessárias para a formação da colônia e o seu auto sustento, integrando campo e cidade em uma economia local. Em troca, os assentados deveriam produzir excedentes, que por sua vez, seriam levados à metrópole regional que na época já se configurava como sendo a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Côrrea (2011, p. 39 e 40).

Como apresentou Agenor de Roure³, membro do IHGB, na conferência de 19 de maio de 1918, na Câmara Municipal de Nova Friburgo, pelas comemorações do centenário da cidade:

³ Agenor de Roure. O Centenário de Nova Friburgo. Conferência proferida no IHGB em sessão solene da Câmara Municipal de Nova Friburgo, a 19 de Maio de 1918, publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro de 1938, pp. 245-65.

“A leitura dos seus decretos deixa bem claro que foi com esta louvável preocupação que D. João VI, em 1818, entrou em negociações com Sebastião Nicolão Gachet, cidadão suíço, para a vinda de cem famílias suíças, destinada à colônia do Morro Queimado, hoje cidade de Nova-Friburgo. Gachet rosava das sympathias do rei, que foi padrinho de sua filha Maria, em 1817.”

No âmbito das intencionalidades regenciais, como salientado por Corrêa (2012):

“O projeto da imigração de não portugueses para o Brasil ganha concretude, onde o projeto de colonização, baseado na imigração europeia, está inserido na busca de uma diversificação agrícola objetivando [...] bem como na formação de uma nova categoria social alternativa ao modelo dominante do período colonial, onde os elementos não europeus dominam, com a formação de uma camada populacional onde o “branco europeu” e, seus descendentes, pudessem prevalecer.”

A escolha do local para a chegada dos colonos direcionados próximos à capital do Império à época, fora uma vasta área, localizada no planalto reverso da Serra do Mar no Rio de Janeiro que compunha uma região conhecida à época como “Sertões de Macacú”. Os critérios que definiram a localização da colônia, no entendimento da presente pesquisa, foram notadamente de ordem geográfica, em detrimento do imaginário de que os suíços tenham sido levados ao local devido à “proximidade” entre as paisagens da Serra do Mar e da Suíça. A colônia encontrava-se próxima à metrópole carioca, favorecendo assim o escoamento da produção de alimentos, e ainda, localizava-se em uma região onde o contrabando de ouro proveniente das Minas Gerais supostamente era liderado por Manoel Henriques, o “Mão-de-Luva”, cujas atividades eram reprimidas pelo império à época como nos atenta Corrêa (2011, p. 28).

Antes do século XVIII este território era parcialmente habitado, por índios das tribos Coroados, que segundo Araújo e Mayer, 2000, “havia sido mais sedentários e horticultores.”, assim como pelas etnias Coroados, Purís e Coropós de acordo com Corrêa (2011, p.27).

Como indicam Grisel e Assis (2015, p.21), o processo de colonização da porção da Serra do Mar onde atualmente encontra-se o município de Nova Friburgo foi iniciado antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes suíços em 1819.

“De 1800 a 1850 ocorreram dois movimentos migratórios importantes: de um lado, o lento avanço dos brasileiros de 1800 a 1819 (descendentes de portugueses) apropriando-se de largos espaços dados pelo governo e, do outro lado, o recuo do território dos indígenas. Entre 1819 e 1850 o primeiro movimento ampliou-se devido à chegada de colonos europeus.”

De acordo com Jaccoud (2001, p. 95), referindo-se à localidade de Macaé-de-Cima, que atualmente pertence ao distrito de Lumiar:

“Não foram os suíços os primeiros a penetrarem nestes sertões que em tempos idos, antes da fundação da vila de Nova Friburgo, eram conhecidos como “Terra dos Inhames”. Quando eles aqui chegaram em 1821, estes chãos já estavam ocupados por quilombos de negros [...].No entanto, tudo faz crer que, antes dos negros, estas terras já haviam sido pisadas por índios guarulhos...”

Cabe ressaltar que as primeiras ocupações por homens brancos na região remontam à “procura do ouro nos afluentes dos rios Grande, Negro e Macuco” (CORRÊA, 2011, p.27), e onde surgirá o primeiro núcleo de povoamento da região Centro-Norte Fluminense, o arraial de Cantagalo.

Percebe-se no âmbito das intencionalidades, como evidencia Hausser (2007), em seu artigo: A Imigração como Processo Civilizatório: Pensamento Histórico e Reforma Social Durante o Período Imperial Brasileiro, que os interesses na formação da colônia existiam de ambas as partes, sendo o interesse de Gachet majoritariamente econômico e o de Dom João VI o de possibilitar com que o Brasil se modernizasse mais rapidamente através do embranquecimento da população, ideia muito difundida à época, a partir da vinda de imigrantes europeus que segundo o imaginário, possuíam maior nível de “polidez”, socialização e especialização do que os mestiços brasileiros. Ainda, de acordo com Costa (2010, p. 09),

“Para Agenor de Roure, a intenção de D. João VI teria sido a de, introduzindo colonos brancos e livres, “homens capazes”, industriais e agricultores, promover o rápido progresso do país e, com o tempo, forjar uma nova nacionalidade, com caracteres de uma “raça perfeitamente definida””

Como explica Corrêa (2011):

“O Príncipe Regente intencionava implantar um processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado na expansão das áreas de lavouras, ou seja na expansão da fronteira agrícola, que implicaria na diversificação agrícola e na expansão das áreas de produção. Seu objetivo era ocupar estes territórios com uma população livre e branca, permitindo o paulatino “branqueamento” da

população do Brasil [...] e produzindo alimentos para o abastecimento do mercado interno, problema que de longa data atormentava os governantes, com destaque para os situados nas duas mais importantes cidades – Rio de Janeiro e Salvador. “

Segundo Grisel e Assis (2015, p. 22), ainda no âmbito das intencionalidades regenciais, para além da questão do branqueamento da população e produção de alimentos variados para a metrópole carioca, “Para o rei Dom João VI, a imigração pareceu ser uma solução mais adequada para ocupar rapidamente o espaço do interior da nova colônia. Um acordo foi negociado com a Confederação Helvética para fazer uma primeira tentativa.”

Devido à necessidade de recrutamento dos cidadãos suíços, em sua maioria camponeses afetados pela crise do campesinato, ainda à “logística” necessária à época para se fazer uma viagem entre a Europa e o Brasil, a viagem apenas começaria em 1819. Segundo Seyferth (1990), a crise do campesinato influenciou fortemente na instalação das primeiras colônias de europeus não portugueses no Brasil: Colônia de Leopoldina–BA (1818) e Colônia de Nova Friburgo-RJ (1820) ambas formadas por alemães e suíços. A própria autora chega a se questionar: “Mera coincidência? Cremos que não.” Cabe ressaltar que, como resalta Fridman (2001) ao ressaltar: “Lembremos que em 1816 e 1817 na Suíça abateu-se uma grave crise alimentar com consequências trágicas.”, o que facilitou a imigração e logo, o empreendimento de empresários como Nicolau Gachet.

Contudo, as doenças na viagem e os desafios de se chegar até uma terra entremeada de montanhas e vales localizada a cerca de 1.000 metros de altitude em pleno clima tropical atlântico, fez com que muitos dos imigrantes das 261 famílias morressem durante todo o percurso; E os que resistiram, tiveram que “reinventar-se” culturalmente para conseguir sobreviver ao novo território.

De acordo com Grisel e Assis (2015, p. 22), “Foram 2006 suíços que imigraram”, porém, os mesmos autores, em Grisel e Assis (2015, p. 23), apontam que um número de “1.662 indivíduos que habitavam no local da cidade de Nova Friburgo em 1820”, ou seja, menos de um ano após a chegada dos mesmos, apontando nos números a dimensão da perda humana durante as viagens de navio, depois na locomoção majoritariamente a pé até a vila formada no reverso da Serra do Mar e no processo de adaptação.

Cabe ressaltar que apesar da forte presença indígena na região dos “Sertões do Macacú” (atual Cachoeiras de Macacú, Guapimirim, Macaé..), e também mais ao norte, em direção ao Vale do Paraíba (Cantagalo, Itaocara, Cordeiro, Madalena..), como apontam Araújo e Mayer (2003, p. 39), “No alto da Serra não há notícia de estabelecimentos indígenas”.

Nesta vasta área localizada no planalto reverso das escarpas da Serra do Mar, (AB´SABER apud ERTHAL, 2000, p. 184), sendo constituída por “maciços rochosos, com padrões desnudos (1100-1300m); morros arredondados de perfis não homogêneos, dotados de pequenos vales suspensos (925-1100m); e patamares de morros embutidos nos vales (910-870m)”, sobretudo devido à questões climáticas (temperatura, umidade..), nem mesmo povos indígenas possuíam hábitos sedentários de formação de aldeias etc., tendo sido encontrados apenas pequenos artefatos indígenas em possíveis assentamentos provisórios, como “instrumentos de pedra polida, por eles usados em Mury, Córrego D’antas, Conselheiro Paulino e São José do Ribeirão”, e ainda no Parque Sta. Terezinha, no Cônego, de acordo com Jaccoud (2006, p.74).

Por isso, neste primeiro capítulo, apresentaremos resumidamente o processo de povoamento do atual município de Nova Friburgo e como se estabeleceu o modelo policultural da agricultura nesta parte do território fluminense.

2.1.

Os primeiros anos da colonização – Dificuldades e adaptações; culturas em miscigenação no Século XIX

”Esta fazenda na mão de um agricultor experimentado e hábil, poderia produzir resultados maravilhosamente compensadores. O solo é úmido, adaptável ao plantio não só do milho, como do trigo, cevada, batatas, etc., e tão bem irrigado por numerosas correntes provindas das montanhas que as pastagens estão sempre verdejantes.”

John Mawe, 1819.

Logo após a chegada dos colonos nos limites do que atualmente configura-se como sendo a cidade de Nova Friburgo, no ano de 1819, de acordo com Araújo e Mayer (2003, p. 42), os mesmos foram direcionados para uma espécie de “vila”

criada pelo Império Português, e onde permaneceram durante um período de quatro meses sobre insalubres condições ambientais, à espera da demarcação e distribuição dos lotes de terra a serem cultivados. Neste sentido, foram sorteados os lotes que em número de cem, seriam destinados a cada família que habitava uma mesma casa na vila.

Ainda segundo relatos de Debret presentes em Nicoulin (1988), a colônia portuguesa teve o “cuidado” de enviar para a região um certo número de escravos de ambos os sexos, destinados a serem repartidos entre as famílias suíças, de certa maneira, incentivando assim o intercâmbio cultural.

Segundo Erthal (2000, p. 194) “num território bastante irregular, principalmente do ponto de vista topográfico, traçaram-se linhas paralelas horizontais e verticais.”. O terreno parece ter sido tratado como se fosse bastante homogêneo...”, não considerando encostas demasiadamente íngremes, campos de “boulders” ou matacões, e “pães de açúcar” que afloravam no relevo.

Outra grande dificuldade encontrada pelos colonos foi trabalhar com o perfil das espécies cuja colônia portuguesa na época destinou ao cultivo na região. Como fora acordado, os mesmos receberiam mais ferramentas e sementes (além das trazidas em suas malas), que deveriam ser pagas após 2 (dois) anos à administração colonial.

Devido ao imaginário de que os camponeses suíços possuíam grande aptidão à produção agrícola, mesmo que de horticultura, e obteriam o mesmo sucesso nas terras brasileiras garantindo o abastecimento de produtos diversificados à metrópole (Rio de Janeiro), foram distribuídas sementes de culturas sazonais e de clima temperado tais como a cevada, o trigo, o centeio entre outros cereais, com os quais em sua maioria, os colonos não obtiveram sucesso no cultivo, por razões climáticas, devido ao anômalo período chuvoso entre a primavera de 1820 e o verão seguinte, (JACCOUD, 2006, p. 204), e também pelo número insignificante que estas foram disponibilizadas.

Em Müller (2009, p. 81) constam relatos do colono Joseph Hecht à época da colonização, onde o mesmo afirma que o plantio da primeira safra foi feito na

época errada de acordo com o plantio na região, e que o mesmo deveria acontecer da seguinte maneira:

“Em abril e maio é feita a derrubada do mato; nos meses seguintes, junho e julho, deixa-se-o parado para secar; no outono põe-se fogo em 5 ou 6 pontos e dentro de 4 horas tudo está queimado; depois disso espera-se por uma chuva, que abate as cinzas para o chão. Então usa-se uma enxada para revolver as cinzas e descobrir um pouco o chão; depois de depositar as sementes, recobre-se novamente com o material antes removido.”

Percebe-se no relato desse colono que a técnica de plantio comumente empregada na região era a que conhecemos atualmente como “coivara”. Esta técnica de plantio sobre derrubada-queimada era efetuada há milênios por populações habitantes das florestas tropicais de todo o mundo (MAZOYER & ROUDART, 2001) e, portanto, de acordo com Adams (2000), pelos povos tupinambás que habitavam as diversas fisionomias da nossa Mata Atlântica, praticando a coivara de modo que as clareiras eram abertas com o auxílio de machadinho de pedra, posteriormente cultivadas com mandioca, milho, batata-doce... e após a colheita destas espécies de curto ciclo de vida, a parcela era abandonada para o pousio.

Esta prática agrícola mostrou-se tão eficiente e fundamental à época para a sobrevivência na floresta, de modo que indígenas conseguiram manter uma população estimada em cerca de 150 (cento e cinquenta) mil indígenas no território do estado fluminense até o ano de 1500, “mantendo de certa maneira, a estruturação e bom funcionamento no que tange à vegetação atlântica” segundo Drummond (1997, p. 55):

“a facilidade com que os portugueses adotaram ou adaptaram a ‘coivara’ nas suas culturas de exportação e de subsistência mostra, entre outras coisas, que o ‘solitário’ colono português absorveu sofregamente uma prática tecnológica dos indígenas que ele mesmo classificava de ‘selvagem’... a ‘coivara’ dos portugueses se mostrou altamente predatória para as florestas brasileiras, pois tinha uma lógica mercantilista incompatível com a capacidade de regeneração natural das florestas...”

Neste sentido, percebe-se que a coivara passada pelos agricultores brasileiros/portugueses aos colonos suíços, no contexto na qual se inseriu, havia sido apropriada e fora repassada apenas pelo viés da técnica, não dotando o manejo de uma relação íntima com o “meio”, utilizando-a com fins de subsistência e sobretudo produção de excedentes para o mercado. De acordo com

Araújo e Mayer (2000 p. 60), acerca da rápida disseminação dos “procedimentos nativos”, “O fogo transformava em brasa a vegetação cuja derrubada consumia muita força de trabalho, haja vista, o relato do colono Joseph Hech, presente em Müller (2007, p.72), no qual o mesmo afirma que em 1819, haviam somente três machados disponíveis na vila. Após a queimada, ao invés do arado, foices e enxadas concluíam a limpeza superficial do solo, “imediatamente semeado”.

Como reitera Nicoulin (1995, p. 197), em 10 de maio de 1820, Monsenhor Miranda, então inspetor-chefe da recém-formada colônia, promulgou que: “O bem-estar geral exige que o desmatamento das terras não seja mais adiado. Os colonos são convocados sem demora a dedicar-se aos trabalhos de sua fazenda.”. Ainda, Nicoulin (1995, p. 198) elucida que:

“O primeiro objetivo dos pioneiros é conquistar à floresta um pequeno espaço cultivável. Para tal, o inspetor indicou a esses camponeses vindos da Europa os dois métodos mais antigos do Novo Mundo: a derrubada e a queimada, ou seja, abater as árvores e queimá-las. Os principais instrumentos dos desmatadores são o machado e o fogo. Os colonos vão referir-se ao nascimento de suas terras pelo ferro e pelo fogo.”

Ainda, segundo Araújo e Mayer (2000 p. 61), o emprego de diversas técnicas oriundas da Europa Central, de rodízio e adubação de terras não chegou a ser difundido na colônia, em grande parte, devido à vastidão de terras brasileiras que tornava mais “prático” a adoção de práticas extensivas de usos sobre solos desmatados assim como aconteceu na então Fazenda do Morro Queimado, atual Nova Friburgo.

Como já evidenciado por Mayer (2000) e Corrêa (2011), diante do fracasso da primeira experiência agrícola em 1820, os colonos tomaram distintas atitudes, uns migraram para outros centros a fim de exercer suas profissões de origem, ou a fim de cultivar as valorizadas *commodities* da época, principalmente o café. Outros ainda, saíram temporariamente da terra exercendo atividades não agrícolas nos núcleos urbanos mais próximos entre eles a Vila de Nova Friburgo. Grisel e Assis, 2015, p.23, apontam que de “1.662 indivíduos que habitavam no local da cidade de Nova Friburgo em 1820, restaram 362, em 1930.”

Carneiro et. all. (2010, p. 12) evidenciam este processo ao afirmar que:

“Para que a Colônia do Morro Queimado não fosse um total fiasco, o governo convocou, em 1824, imigrantes alemães que já estavam em Niterói para ocuparem os lotes abandonados pelos suíços. A esses, juntaram-se também portugueses e libaneses, que se dedicaram a atividades mercantis.”

Portanto, percebe-se no âmbito das intencionalidades, que o governo à época apesar de ainda insistir na colonização dos lotes doados aos colonos, visando o interesse inicial da colônia, de produção de alimentos variados para a metrópole, pelo perfil dos imigrantes (alemães, libaneses e portugueses), de certa maneira, também apostava em outros tipos de atividades, uma vez que o número de agricultores de origem presentes entre os novos colonos era infinitamente menor à proporção de agricultores presentes no quadro dos colonos helvéticos.

Considerando o abandono dos lotes e substituição da mão-de-obra na colônia, ressalta-se aqui a atitude de determinadas famílias, constituídas segundo Araujo e Mayer (2003, p. 62), por cerca de 1.300 (mil e trezentos) colonos que permaneceram no campo, seja em seus lotes originais ou em outros lotes na gleba, alguns por não terem outra opção por serem demasiadamente pobres e outros por apostar nas possibilidades agrícolas de suas áreas, talvez porque estavam aprendendo a manejar o solo de acordo com as especificidades da região.

Distinguindo-se das famílias que migraram para o vale do Rio Macaé em 1821, a fim de obter sucesso na plantação do café, de acordo com Müller, (2009), estes colonos resistentes à fuga da terra, começaram a além de adotar praticas de manejo florestal ensinadas por agricultores brasileiros/portugueses da região como a coivara, também a iniciar o cultivo de espécies presentes na dieta regional tal como a mandioca, o milho, o feijão, o inhame entre outros tubérculos e leguminosas, além de obterem sucesso com determinadas culturas inicialmente incentivadas pela colônia como a fava, o cânhamo e a criação de animais, em detrimento dos valorizados gêneros tropicais de valor comercial, porém que não produziam satisfatoriamente na região como a cana-de-açúcar, café e algodão.

Como evidenciam Araujo e Mayer (2000, pgs. 42 e 43), à mercê das condições de difícil acessibilidade à metrópole, logo de limitadas perspectivas mercantis, “os colonos suíços foram obrigados a assimilar o modo de

sobrevivência das populações sertanejas.”. Neste sentido, a agricultura de horta típica da Europa cedeu aos “métodos tradicionais” brasileiros, como podemos conferir no relato de 1827, de Von Weech (1992);

“O arado não foi até agora utilizado para o trabalho rural, ao menos na província do Rio de Janeiro, e parece não ser muito apropriado, pois além da região ser em geral muito montanhosa, em toda a parte o solo é coberto por tocos de árvores dos mais variados tamanhos, cujas raízes fortes e compridas traziam ao arado obstáculos inconvenientes. Mesmo quando estas raízes apodrecem e paulatinamente desaparecem, não é conveniente sob este clima quente afofar o solo em demasia e expô-lo aos raios do sol, pois assim se retira toda a umidade das frágeis raízes das plantas que brotam.”

O ano de 1824 foi marcado pela chegada dos primeiros colonos alemães, tal como o Pastor Sauerbronn, que à mesma época escreveu em um relatório no qual indica que as diversas famílias que permaneceram em suas terras, resistindo ao êxodo, obtiveram segundo o mesmo, em Mayer (2003, p.199) “relativa bonança alimentar”, de acordo com o relato da disposição das espécies cultivadas pelos colonos, cultivadas em consórcio, apresentado na introdução do presente trabalho.

Novamente, no que diz respeito aos que permaneceram em suas terras, os colonos que continuaram semi-isolados continuaram a apurar suas técnicas de plantio como a rotação de terras e a policultura voltada ao auto abastecimento, portanto, já nos primeiros anos da década de 1830, segundo Raffard apud Erthal (2000), um grande número de colonos já encontravam-se em “vias de prosperidade” e a colônia começa a atingir os seus objetivos originais.

Objetivos estes, de ser uma área produtora de alimentos variados em pequenas propriedades e com base no trabalho familiar, e onde e a partir deste propósito fez com que a produção de frutas europeias e tropicais fizesse-se presente por toda parte, e aonde o milho de excelente qualidade vinha a ser a cultura principal, assim como as batatas e queijos produtivos “chegaram a gozar de certo privilégio”, de acordo com Araújo e Mayer (2000, p. 60).

Somado a este processo, como apontam Carneiro e Rocha em Cazella et.all. (2009 p. 272):

“Posteriormente, no período compreendido entre 1830 até o final do século, o desenvolvimento da monocultura do café estimulou o crescimento da produção agrícola, notadamente dos hortifrutigranjeiros, para o abastecimento das fazendas cafeeiras.”

Neste sentido, a produção agrícola voltada para a subsistência e notadamente policultural também ganhava adoção pelos colonos que buscaram melhor condições de vida em “terras quentes”, para fora dos limites da colônia inicialmente formada, mesmo que com estímulos e intencionalidades diferentes, e geralmente, entre o cultivo das valorizadas *commodities* da época como o Café, e a Cana-de-Açúcar, ambos de origem africana.

Como evidencia a historiadora Janaína Botelho, o colonizador português, que tinha como prática intercambiar produtos de suas colônias trouxe o inhame do continente africano para o Brasil. Câmara Cascudo nos informa que o cardápio dos tupiniquins constava notadamente de inhames, “bulbo substancioso que somente vieram a conhecer depois que chegaram ao Brasil” (JACCOUD, 2001, p. 69). Portanto, a raiz que alimentava o brasileiro era a mandioca, mas o inhame era igualmente apreciado.

No século XIX, Macaé de Cima era conhecida como “terras dos inhames”. Foi para lá que se dirigiram dezenas de famílias colonas suíças quando ficou evidenciado que a maior parte das terras do Núcleo Colonial era “imprópria” para o cultivo. De acordo com Nicoulin (1995, p. 222),

“A lembrança dessa expansão para o leste foi perdida. Nem a historiografia brasileira nem a suíça a mencionam. Os documentos encontrados mostram, porém, que o fato ocorreu logo no início da colonização. Já em 1822, 1823 e 1824, existem vestígios de posse de solo pelos colonos suíços.”

Até os dias de hoje, a tradição do cultivo do tubérculo se mantém na localidade. Em Rio Bonito, zona rural de Nova Friburgo, pertencente ao distrito de Lumiar, é realizada anualmente a Festa do Inhame. Essa região faz fronteira com Bom Jardim, que igualmente tem no inhame uma de suas atividades agrícolas.

De acordo com os dados obtidos no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Bom Jardim-RJ, 2013, devido à grande produção no distrito de Barra Alegre, na década de 80 do século XX, “Na década de 1980 já fora

classificado como maior produtor mundial de inhame (por hectare quadrado)” disseminando um modo de plantio que influenciou todo o país. Igualmente esse distrito organiza a “Festa do Inhame”, onde diversas iguarias são preparadas a partir do tubérculo, e onde a pesquisadora Janaína Botelho menciona em entrevista ao jornal “A voz da Serra” em 14/01/2015 que os elaboradores das receitas eram em boa parte descendentes de suíços, a exemplo dos Ouverney e Tardin.

“Essa região que hoje é Bom Jardim já foi outrora a freguesia de São José do Ribeirão, pertencente a Nova Friburgo. Por isso, o plantio do inhame, que não reconhece a fronteira geopolítica elaborada pelo homem, se encontra nesses dois municípios. Está aí a explicação histórica do porquê os distritos [...] promovem a festa do inhame. No passado, eram localidades circunscritas à mesma freguesia, cujas unidades agrícolas pertenciam a luso-brasileiros [...] paralelamente a pequena propriedade de colonos suíços. O inhame [...] se consolida na serra fluminense pelas mãos dos colonos suíços que buscam terras melhores em Macaé de Cima.”

Infelizmente, apesar do sucesso e da escala de produção do tubérculo na região, Oliveira et. all. (2005, p. 01) apontam que o cultivo do inhame atualmente “é conduzido quase que exclusivamente com o uso de herbicidas e fertilizantes sintéticos industriais.” e que na Região Serrana do estado têm-se procurado adotar no manejo tradicional do tubérculo, práticas mais agroecológicas.

Retornando à explanação histórica, no decorrer do século XIX, Nova Friburgo ainda recebeu imigrantes de diversas nacionalidades, que se dispuseram a trabalhar tanto no campo (principalmente espanhóis e italianos), quanto no centro urbano de Nova Friburgo, no comércio (sobretudo libaneses). O século também foi de grandes transformações nas conjunturas política, econômica e social no Brasil, que viu-se enquanto colônia, império e estado-nação em uma escala tão pequena de tempo, e cujo resultado e transformações no município estudado foram sobretudo o abandono do projeto de colonização e seus propósitos, e a ascendência da ideia de modernização e a valorização dos hábitos urbanos em detrimento da vida rural, evidenciado pelo abandono do meio rural por parte do poder público à época.

Referindo-se à ideia de modernização, tão incrustada no imaginário colonial desde a intenção de formação da colônia, como ainda presente até os dias atuais no município, de acordo com Carneiro et. all, (2010, p. 16), “Os lucros com a

produção do café estimularam a construção da ferrovia que ligava Cachoeiras a Nova Friburgo, em 1873.” Ainda, Carneiro e Rocha em Cazella et.all (2009, p. 272) afirmam que a mesma:

“Ajudou a dinamizar a economia, tornando-se um vetor de desenvolvimento para toda a região serrana, diminuindo distâncias, incrementando o comércio, o turismo e atraindo investimentos.”

Como pudemos perceber na afirmação das autoras, a rede ferroviária formada, de certa forma, colocou Nova Friburgo no meio do caminho entre importantes municípios produtores de café do estado, como Cantagalo e Cordeiro, e a metrópole do Rio de Janeiro. Portanto, as notícias, as inovações tecnológicas, e o dinheiro, sempre passavam por Friburgo antes de chegar aos demais municípios do entorno, que, apesar de deter o poder econômico a partir da detenção das práticas produtivas, viam-se cada vez mais atrasados em relação ao entreposto *friburguense* no que diz respeito ao âmbito das inovações e da velocidade do intercâmbio cultural.

2.2.

A lógica urbano- industrial e a persistência do rural no “seio” de Nova Friburgo no Século XX

“Em breves dias, pois, a nossa cidade experimentará pela primeira vez, a sensação de estremecimento de seu solo pela força propulsora da indústria moderna. Afigura-se-nos que o momento atual, é o início de uma nova era para nossa cidade, cremos firmemente que o espantalho plantado a sua porta não resistirá ao movimento de progresso que se opera atualmente.”

Jornal “A PAZ”, 26/01/1911.

A segunda década do século XX, notadamente a partir do ano de 1911, como apresenta Corrêa (2011) em seu livro intitulado “Histórias e memória de Nova Friburgo”, representou um momento de profundas transformações político-econômicas em Nova Friburgo, sobretudo devido à chegada dos empresários alemães Julius Arp e Maximillian Falck, responsáveis pelo início do processo de industrialização do município.

A autora relaciona que devido ao predomínio da mão-de-obra livre na formação do município, ainda que o mesmo fosse cercado por fazendas de café

sustentadas pelos braços escravos, essa peculiaridade teria estimulado a implantação de indústrias no início do século XX, notadamente financiadas por capital alemão. Carneiro et. all. (2010, p.13), afirma que:

“Como parte de um projeto modernizador, liderado por setores da elite política friburguense, foi concedida permissão para a instalação da primeira fábrica de rendas em Friburgo, do empresário Julius Arp. Essa concessão se deu em meio a uma disputa política entre os que queriam transformar Friburgo em um pólo industrial e os que defendiam os interesses da economia cafeeira e de seus fazendeiros.”

Ainda na conflitante relação entre o rural e o industrial, e pelo que vinha sendo valorizado à época, e visto como moderno e inovador em detrimento do tradicional e ultrapassado, em seu artigo presente em Cazella et.all (2009 p. 272), Carneiro (2010) ressalta que:

“Devido à sua posição geográfica, passagem obrigatória para o escoamento da produção cafeeira para a capital, Nova Friburgo foi se consolidando como importante centro comercial e prestador de serviços. A existência da ferrovia possibilitou a instalação das primeiras indústrias têxteis no início do século XX, desencadeando importante processo de transformação socioeconômica com a atração de investimentos de capital nacional e estrangeiro.”

Neste sentido, pode-se afirmar que o recorte também vivenciou a partir deste momento grandes mudanças *socioespaciais*, uma vez que se torna uma cidade de perfil também industrial, dotando-se cada vez mais de características de uma cidade moderna, e atraindo migrantes de municípios vizinhos tais como Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, e das localidades rurais de Nova Friburgo, favorecendo o êxodo rural à época.

Fazendo uma análise do espaço urbano friburguense à época e o domínio industrial na cidade, podemos traçar importantes observações às transformações espaciais, territoriais, e logo, socioambientais no recorte analisado. No que diz respeito à localização e territorialização das indústrias alemãs, o que mais chama a atenção é a organização das mesmas nas quatro “extremidades” do núcleo urbano ou central da cidade, o que possibilitava um controle estratégico sobre a população operária, concentrando-a no meio urbano em detrimento das áreas rurais mais distantes, porém dispersando-a pelo território, desfavorecendo a formação de grandes bairros operários.

De fato nas primeiras décadas do século XX, o núcleo urbano de Nova Friburgo vinha dotando-se de características cada vez mais urbanas e modernas,

porém, ainda com fortes características de sua origem rural, devido ao acelerado processo de modernização, ainda que com características muito conservadoras. Em 1916, o relato do cronista Guimarães que consta em Corrêa (2011), em sua passagem pela cidade, registrou a existência de charutarias, casas de bilhar, cinema, teatro, “rink” de patinação, fábrica de cerveja, a ferrovia. Tudo isto, meio ao transporte público ainda baseado em carroças e à presença de um “cevadouro de grandes proporções” montado por Eduardo Guinle no Parque São Clemente, onde eram criados porcos de diversas raças.

Neste sentido a dialética se faz muito presente. Apesar do intenso período de modernização, Guimarães ainda nos chama atenção para o plantio de roças de milho, feijão, batata inglesa e repolho na chamada Avenida Friburgo. Ou seja, no perímetro considerado “urbano” da cidade, e atualmente, principal via da cidade e parte da RJ-116.

Haja vista a afirmação de Oliveira (2007 p. 80), de que, “No início do século XX, a estrutura fundiária de Nova Friburgo apresentava a predominância de pequenas e médias propriedades voltadas para a produção de subsistência”, saltam-nos aos olhos as observações da Sra. Yolanda Cavalieri D’oro a respeito dos “vastos quintais, onde todos cultivavam legumes e verduras em pequenas hortas, a exemplo de couves e cenouras, além de um pomar com jabuticabeiras e laranjeiras”, e do cronista Guimarães ao afirmar que os *friburguenses* “possuíam hortas em seus quintais” onde cultivavam uma série de hortaliças variadas. Ambos os relatos evidenciados na introdução do presente trabalho, acerca da presença e estruturação das hortas com fins, senão de subsistência, mas de complementariedade alimentar, encontradas ainda em grande quantidade no centro da cidade até meados do século XX.

Portanto, percebe-se que a descrição dos quintais produtivos produzida pela Sra. Yolanda, antiga moradora do município reforça a noção da efetiva produção alimentícia no âmbito urbano de Nova Friburgo até meados do século XX.

No que se refere ao relato do cronista, a questão da falta de sortimento de legumes e verduras nas feiras, também levantada em suas observações, para além da questão do auto abastecimento, mesmo que mínimo de gêneros alimentares

produzidos nos quintais das residências, também pode ser compreendida devido a uma questão de valorização de outros tipos de alimentos, notadamente processados em detrimento dos alimentos *in natura*, pois como evidencia Carneiro et.al.(2010, p.17), à época “O consumo de produtos industrializados aumentou muito, como também a produção agrícola passou a se orientar mais para o mercado, modificando o antigo sistema de trocas”.

Haja vista o histórico e exemplos de manejos policulturais existentes nas áreas centrais do município, em termos de produção rural é quase redundante reafirmar a importância da região serrana fluminense no abastecimento de produtos variados (apesar de contermo-nos apenas aos alimentícios), para a metrópole carioca e todo o território *fluminense* de forma geral.

Como já evidenciado na pesquisa, desde a origem da colônia, havia a intencionalidade de que a produção de alimentos diversificados fosse destinada ao mercado da capital. Esta distribuição, sobretudo para a cidade do Rio de Janeiro, sempre foi estabelecida, desde quando a mesma ainda era capital do Império Português, até virar capital do Estado da Guanabara, e como ainda podemos evidenciar nos dias atuais.

Atualmente, a Região Serrana e notadamente Nova Friburgo-RJ continuam sendo reconhecidas como grandes responsáveis pelo abastecimento, sobretudo de olerícolas para a capital carioca e regiões adjacentes. De acordo com os dados de 2014 do Relatório por Grupos de Culturas do Sistema ASPA/AGROGEO, divulgado pela EMATER-RJ, Nova Friburgo é o maior produtor do Estado do Rio de Janeiro de couve-flor, beterraba, rúcula, nabo, brócolis, cenoura e morango, o segundo maior produtor de cenoura, vagem e batata inglesa, e o terceiro maior produtor de tomate do estado.

Nas últimas duas décadas, o município tem se destacado também por iniciativas de produção de alimentos orgânicos, mesmo que este tipo de produção ainda não possua nem de perto a escala da produção convencional. Neste sentido, podemos ressaltar a importância agrícola de Nova Friburgo ao afirmar que:

“O município de Nova Friburgo foi berço da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e é um dos maiores produtores de olerícolas, o maior produtor de couve-flor e o segundo produtor de flor de corte do País.”
(www.agenda21comperj.com.br)

Como ressaltam De Britto Pereira e Martins (2010, p. 06):

“As críticas ao processo de modernização da agricultura começam a ganhar força no Brasil ao final da década de 70 e início da década de 80 a partir de intelectuais e engenheiros agrônomos que contribuíram com suas publicações e práticas de manejo para o avanço da agricultura alternativa no país. Naquele momento, o município de Nova Friburgo, RJ, abrigou parcela desses precursores envolvidos com a proposta de construção de novos modos de vida e de produção agrícola.”

É interessante notar que a questão da *modernidade* fez e ainda se faz presente nos discursos adotados e nas transformações socioespaciais do município. Se por exemplo, a presença da ferrovia foi em determinado momento sinônimo de *modernidade*, em outro momento foi visto como símbolo de *atraso* e manutenção de elites rurais que deveriam ser substituídas por outras elites notadamente de origem urbana em um momento histórico do país onde as ideias de *metropolização*, *urbanização* e *progresso* estavam em voga. Portanto, devido a toda conjuntura, a suspensão do tráfego ferroviário foi ordenada pelo Decreto nº 53.896 de 27/04/1964, e efetivou-se no dia 15/07/1964, quando o trem passou pela última vez pelo seu trajeto no município e quando os trilhos foram retirados na mesma data.

No âmbito da agricultura, a ideia de *modernidade* também foi utilizada de maneira contraditória. Se após a Segunda Guerra Mundial os pacotes tecnológicos da chamada “*Revolução Verde*” eram vistos como sinal de avanço técnico e científico chegando ao campo, a partir da década de sessenta, o movimento contra cultural via seu uso como sinônimo de coerção e dominação do homem do campo, buscando, portanto a partir das práticas cada vez mais de cunho mais *agroecológico*, abrir possibilidades outras na relação da produção de alimentos.

Contraditoriamente, as chamadas práticas agroecológicas, atualmente tão valorizadas pela inserção das questões ambientais nos discursos, e do aquecimento do mercado de alimentação orgânica, e ainda, vistas como algo de vanguarda e *moderno* neste sentido, possuem forte relação, e em muitos dos casos baseiam-se e aproximam-se aos tipos de agricultura adotados anteriormente à segunda Grande

Guerra. De fato, é interessante conferir que devido às técnicas adotadas, e baixa dependência de insumos externos, todos notadamente de origem orgânica, a produção vista como *tradicional e* policultural de alimentos no município poderia ser vista, e ainda, certificada sem muitos problemas nos tempos atuais como *agricultura orgânica*.

Haja vista a apresentação do conteúdo histórico presente neste capítulo, cabe ressaltar que não temos a pretensão de dissertar sobre toda a transformação da agricultura no município no século XX, sobretudo quando da adoção dos pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde, devido às conjunturas econômico, política e sociais no município e no país como um todo. Entendemos que para isto seria necessário um estudo à parte, com foco nas questões políticas e rurais em múltiplas escalas, o que fugiria dos limites da presente pesquisa enquanto uma abordagem geográfica de processos históricos evidenciados no presente capítulo.

Porém, apenas trazendo um panorama da evolução da questão do uso dos agrotóxicos no Brasil no século XX, como ressaltam Gomes e Barizon (2014, p. 07), “A partir dos anos 70, o Brasil passou a utilizar agrotóxicos em larga escala e até o final dos anos 80, praticamente, não havia maiores preocupações com agrotóxicos em relação à presença e/ou contaminação do solo e da água...”. De acordo com Rangel et.all (2011, p. 436), “A utilização de agrotóxicos no Brasil teve início basicamente no período de 1960-70, primeiramente em programas de saúde pública, no combate a vetores e no controle de parasitas.”

Os autores ainda salientam que o seu uso na agricultura, passou a ser cada vez mais frequente à medida que aumentava a automação das lavouras com o auxílio da maquinaria pesada e utilização de produtos agroquímicos em geral. Ainda segundo Rangel et.all (2011, p. 436) “Esta nova dinâmica de produção ficou conhecida como Revolução Verde e teve no Brasil influências de interesses externos, sobretudo norte-americanos.” Em seguida, o mesmo autor afirma:

“Os agricultores tiveram também incentivos governamentais para o uso de agrotóxicos quando, em 1975, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) abriu o mercado brasileiro ao comércio desses produtos, condicionando o trabalhador a comprar agrotóxico com recursos do crédito rural”.

Neste sentido, fica evidente o papel do estado na difusão e incentivo ao uso deste tipo de produto na história do país, e que atualmente sabemos, são de alto risco para quem prepara, aplica, consome e para o ambiente de forma geral.

Ainda de acordo com Gomes e Barizon (2014, p.07), apesar da primeira legislação sobre uso de agrotóxicos no Brasil, pelo Decreto lei 24.114 do ano de 1934 com a instituição do regulamento da defesa Sanitária Vegetal, a discussão e atualização das diretrizes não foram modificadas praticamente até a edição da Lei 7.802 do ano de 1989 que abordou um maior espectro de temas relacionados ao uso de agrotóxicos como seu registro, comercialização, fiscalização e descarte das embalagens.

No período que sucedeu o evento da ECO-92, devido às questões ambientais evidenciadas, uma série de avanços foram obtidos, sobretudo no que tange à produção científica acerca do uso de agroquímicos e sua relação com os ambientes. Mais recentemente, já no século XXI, a publicação da Lei 9.974 do ano 2000 estabeleceu diretrizes para o recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos. Porém, como nos atentam Gomes e Barizon (2014, p.08), no Brasil, essa questão possui grande foco na questão da Saúde Pública, haja vista que “em 2008 o Brasil assumiu o posto de maior mercado consumidor de agrotóxicos do mundo”, e de acordo com Rangel et.all (2011, p. 436) “respondendo, na América Latina, por 86% dos produtos”, fatos que evidenciam a difusão dos métodos convencionais de cultivos e o poder do *lobby* do *agronegócio* sobre a política e seus impactos socioambientais.

No que diz respeito às histórias apresentadas no presente trabalho, presentes em livros publicados e utilizados por diversos pesquisadores como base para estudos no município, e outras obtidas a partir das entrevistas formuladas para esta pesquisa, como apresenta Chartier (2009, p.19):

"Em cada momento, a 'instituição histórica' se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não são e, portanto, são excluídos ou censurados"

Neste sentido, ressaltamos a importância das entrevistas presentes no segundo capítulo desta pesquisa, pois as mesmas podem conter elementos que

venham a comprovar ou apresentar outros pontos de vista de processos históricos evidenciados nos livros de história consultados para o presente estudo. Neste sentido, no mesmo livro, Chartier (2009, p.21), afirma que:

"O testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais", e de que, por isso também, mesmo o conhecimento histórico é possível de ser realizado."

Após esta breve explanação de determinados processos históricos, vistos como preponderantes para o entendimento dos processos que buscamos dissertar no presente trabalho traremos a análise das entrevistas obtidas com os agricultores policulturais presentes em Nova Friburgo, a fim de obter informações qualitativas, sobretudo sobre suas práticas e analisa-las de acordo com o histórico de formação do município, visando os objetivos do presente trabalho.

Tais entrevistas, embora não exclusivamente, constituem a base no próximo capítulo que apresentaremos.

3.

O Modelo Policultural no Município de Nova Friburgo – RJ na atualidade

“Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes.”

Paulo Freire

O presente capítulo tem como objetivo analisar e discutir as questões levantadas nas entrevistas efetuadas com os agricultores contatados. Ainda, trazer um panorama do uso da policultura em Nova Friburgo, buscando fazer uma relação entre os momentos históricos evidenciados no primeiro capítulo e o momento presente.

Como já evidenciado no decorrer do trabalho, a prática policultural de produção de alimentos no município, pelo menos com fins de complementaridade alimentar se fez presente desde o primeiro núcleo colonial até os dias atuais no chamado “meio urbano”, e ainda se faz presente mesmo que com maior raridade nas localidades vistas como “rurais”, principalmente nos quintais das residências e nos cultivos orgânicos, que em sua maioria tiveram origem a partir da apropriação dos discursos e conceitos mais recentes, notadamente provenientes da *Agroecologia*.

Porém, cabe ressaltar que a questão que nos norteia no trabalho é: Qual a relação entre os agricultores policulturais de subsistência presentes hoje em dia, com os do passado na história de Nova Friburgo? Portanto, buscaremos a partir da análise dos dados obtidos nas entrevistas com os agricultores e da interpretação das “entrelinhas” das conversas com os mesmos, verificar a relação entre os casos do passado e do presente se eles de fato possuem relação nos casos estudados.

De fato, com a proibição da coivara pelo decreto-lei 750, de 10/02/1993, a agricultura no município transformou-se em demasiado, incorporando notadamente os pacotes tecnológicos oriundos da chamada “Revolução Verde”, e visando cada vez mais atender a uma demanda de mercado em expansão, o que acelerou ainda mais a perda dos conhecimentos tradicionais de uso e conservação de solos, em detrimento de uma homogeneização das práticas e dos costumes de grande parcela da população rural.

Conforme apresentam Bertolino e Bertolino (2010, p. 56), a partir da proibição da coivara, os órgãos de fiscalização passaram a agir com rigor nas áreas de pousio, multando os agricultores que derrubavam as capoeiras. Para fugir da fiscalização. Devido a isto, vários agricultores vêm abandonando a agricultura migratória e se adaptando à agricultura convencional, deixando o solo descoberto e fazendo uso de queimadas (“acidentais”), capinas e aplicações frequentes de agrotóxicos e fertilizantes. Em determinadas localidades e distritos do município, além de marcar as paisagens através do uso da “queimada acidental” (CARNEIRO, 2010), haja vista a questão da legislação ambiental, como atentam Bertolino e Bertolino (2010, p. 56), em São Pedro da Serra (Nova Friburgo - RJ),

“o tempo de pousio vem sendo diminuído (com duração máxima de 3 anos) para que as árvores presentes na regeneração vegetal não ultrapassem 5 cm de diâmetro de tronco (DAP), pois este é um dos parâmetros utilizados pela legislação para que a área seja considerada intocável e de preservação .”

Ainda de acordo com Bertolino e Bertolino (2010, p. 56), anteriormente, o período de pousio era de 5 a 6 anos, tempo suficiente para a formação de uma capoeira. Enquanto no pousio de 1 ou 2 anos, forma-se apenas uma vegetação rasteira de pequeno porte, não havendo tempo suficiente para a regeneração do solo. Portanto, percebemos na modificação da prática cultural que o critério atual para o tempo de pousio não é mais o tempo natural da regeneração do solo, mas sim o tempo possível dentro dos limites da lei, e da demanda do mercado.

No que se refere ao uso abusivo dos agrotóxicos pelos agricultores do município, de acordo com Gomes e Rozemberg (1999); Moreira et all. (2001); Peres et all..(2004) E Peres e Moreira (2007), o uso indiscriminado de agroquímicos no município se mostra alarmante, acarretando em uma série de doenças de origem nervosa, ainda, incidindo sobre o numero de suicídios, nos agricultores que fazem uso destes produtos.

Para além da contaminação ao ser humano que prepara e aplica o agroquímico, estudos de Moreira et all. (2002), e o de Alves e Oliveira-Silva (2003) apontam para o impacto significativo na ocorrência e distribuição de populações animais pela dispersão de agrotóxicos no ambiente, em localidades agrícolas em Nova Friburgo, em particular nos recursos hídricos, e à detecção de concentrações de agrotóxicos anticolinesterásicos, inibidores da acetilcolina -

neurotransmissor decisivo no desempenho cognitivo, em valores até oito vezes superiores ao permitido pelas legislações vigentes no país. Tais fatos evidenciam a dimensão do problema socioambiental enfrentado no município, que extrapola os limites das áreas agrícolas, não recebendo o devido cuidado dos órgãos públicos e reguladores de tais atividades.

É importante ainda ressaltar que o uso indiscriminado de agrotóxicos no município está muito relacionado ao nível de conhecimento dos produtores rurais acerca dos riscos inerentes ao uso dos produtos químicos nos plantios. Carneiro et. all. (2010, p. 20) aponta que para a maioria dos agricultores atuais nos distritos estudados em seu trabalho (Lumiar e São Pedro da Serra), a questão do uso do veneno não recebe a importância que merece. Fato também evidenciado nos demais distritos e localidades produtoras de alimentos e flores no município, o agrotóxico é considerado um “mal necessário” pelos agricultores:

“Mas alguns agricultores acreditam que os seus efeitos negativos não são os mesmos para todos os trabalhadores, que isso depende da “natureza” de cada um: os de “natureza fraca” são mais suscetíveis e ficam doentes.”

Seguindo essa lógica, não há uma preocupação muito grande com a prevenção contra a contaminação. Os mais cuidadosos se protegem com camisa e calça compridas de seu vestuário comum, e cobrem o nariz e a boca com um pedaço de pano molhado, porque “a água não deixa passar o veneno.”

Para se ter dimensão do problema, de acordo com Carneiro e Rocha em Cazella et.all.(2009, p. 273),

“Atualmente, a região serrana tem se destacado pela horticultura para abastecimento das cidades, fazendo parte do cinturão verde do Rio de Janeiro, responsável por cerca de 90% da produção de olerícolas do estado.”

Apesar da importância da região e do município para o abastecimento alimentar do estado, nota-se no abuso dos agroquímicos a falta de preocupação na qualidade dos alimentos produzidos. Somado a esta importante questão, como é possível observar nos casos levantados, e dispor de bibliografia acerca da questão, atualmente, a população mais jovem das áreas rurais do município, de modo geral, não possui interesse pela continuidade do trabalho no campo.

A inserção das atividades turísticas e também a “diminuição das distâncias” entre o homem do campo e a cidade, processos facilitados pelo acesso aos cada

vez mais modernos meios de telecomunicação e transporte ao campo, auxiliaram na incorporação de valores e práticas notadamente urbanas nestes espaços, o que possibilitou no aumento de possibilidades profissionais das gerações mais jovens, que não somente a agricultura voltada para a produção.

Neste sentido, atualmente, a prática agrícola é dotada de um caráter que extrapola a questão da produtividade, servindo como resgate de identidades e como ponte entre o passado e o presente, como evidenciam Carneiro e Rocha em Cazella et.all. (2009, p.274):

“A diminuição do peso da agricultura como fonte de renda das famílias de agricultores. No entanto, essa atividade mantém a importante função como elemento de atribuição de identidade social, como produtora de alimentos para o autoconsumo e como estimuladora das redes de sociabilidade interfamiliares”

Neste sentido, percebemos nas entrevistas que deram base para as discussões a seguir, e que se encontram completas no anexo do presente trabalho, outras perspectivas no que tange à produção agrícola no município, que como demonstram os entrevistados, pode ser feita com eficiência, abrindo mão tanto do uso do fogo, quanto dos agroquímicos em geral.

Os entrevistados foram escolhidos, sobretudo, devido às características de seus terrenos, que, mesmo possuindo características distintas entre si, são cultivados basicamente sem o uso do fogo, com cobertura do solo e consórcio entre as espécies inseridas. Inicialmente, o agricultor J.A. foi inserido no presente trabalho devido ao estudo que venho elaborando sobre sua história e percepções desde o ano de 2010.

Os demais entrevistados foram identificados, sobretudo pela observação direta de seus cultivos normalmente localizados em “fundos de quintal”, cuja identificação fora feita, sobretudo, por incursões de campo feitas com auxílio da bicicleta como meio transporte. A característica de produção de alimentos diversificados foi um fator preponderante na escolha dos mesmos entre uma série de terrenos cultivados observados. Como já mencionado anteriormente, aqueles terrenos onde o cultivo era exclusivo ao plantio de mandioca ou ao inhame, por exemplo, não foram utilizados na pesquisa, devido ao não uso das práticas policulturais que baseiam este trabalho.

Sobre a prática comum de cultivar alimentos, temperos e ervas medicinais no entorno de suas residências, Carneiro et.all (2010, p. 19), aponta que este tipo de prática não se restringe apenas aos chamados “agricultores urbanos”, ou àqueles que possuem pequenos espaços cultiváveis no meio urbano. Ao dissertar sobre agricultores de profissão nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, notadamente rurais, a autora afirma que “No quintal de casa também se plantam os temperos e algumas verduras: couve, almeirão..” e ainda, Carneiro et.all. (2010, p. 25), “É raro fazer uma roça sem agrotóxico voltada exclusivamente para o consumo familiar, com exceção da pequena horta junto da casa..”

A exclusividade, notadamente, não se dá somente aos exemplos encontrados no município ou na região, ressalta Khatounian (2002, p. 05), chamando atenção para a importância do tema:

“De fato, mais tarde, vim a aprender que quintais semelhantes aos nossos são encontrados em toda a faixa tropical úmida do planeta e que em inglês recebem o nome de tropical agroforestry home gardens. [...] Com a preocupação com sustentabilidade que se desenvolveu nas duas últimas décadas, vários pesquisadores voltaram sua atenção para tais quintais. Sua ampla distribuição deveria estar indicando alguma coisa.”

Como apresentam Kumar e Nair (2004) *apud* Ariane Luna e Silva (2011 p. 63), um “*homegarden*” é parte integrante de um sistema de cultivo, próximo a uma casa, onde espécies de diferentes estágios sucessionais, como herbáceas, arbustos e árvores estão dispostos em associação para ser consumidos pela família e possibilitando fonte de renda na comercialização dos produtos do plantio. Os autores chamam atenção que os principais atributos para a sustentabilidade destes quintais/sistemas, são a eficiente ciclagem de nutrientes, devido à presença de muitas espécies, a conservação da diversidade biocultural, bem como outros atributos positivos de cunho social, citados em seus artigos.

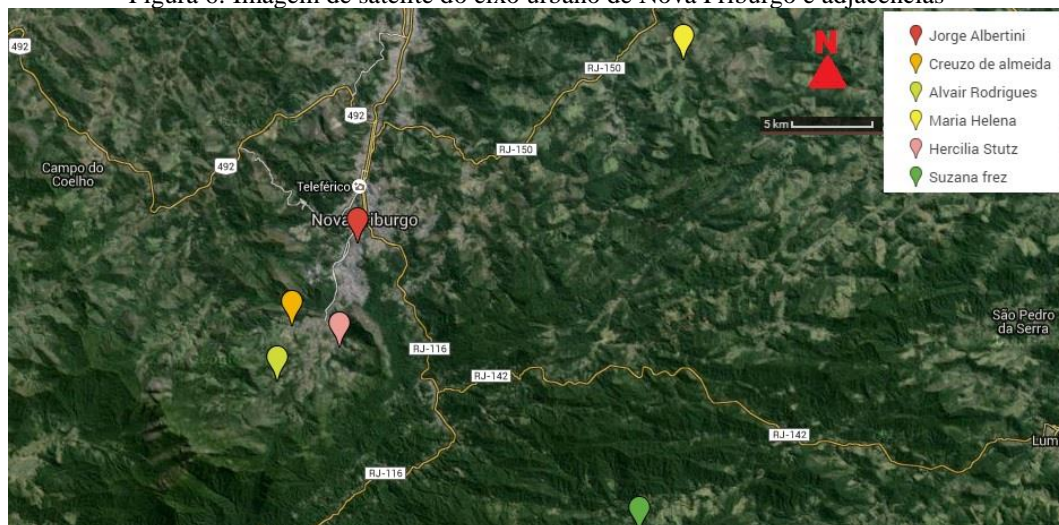
Portanto, para além da análise empírica dos cultivos, compreendemos como fundamentais para o presente trabalho, as compilação de dados obtidos através das entrevistas com os agricultores estudados, a fim de buscar maiores informações que nos ajudem a cumprir o objetivo do presente trabalho. Através da obtenção dos dados a partir de um questionário semiestruturado, podemos adquirir

informações que muitas das vezes não seriam disponibilizadas ou recolhidas através da comunicação oral em uma conversa mais informal.

A possibilidade de que os diferentes agricultores respondam as mesmas perguntas também nos facilita na identificação de similaridades entre as histórias e discursos presentes em cada um. Cabe ressaltar que devido à própria história e conhecimento de sua história de vida, ainda às limitações percebidas na transmissão oral dos fatos em determinados casos, nem todas as questões foram respondidas por todos os entrevistados, e durante as entrevistas, questões foram retiradas e/ou especificamente formuladas para cada entrevistado a fim de aproveitar determinados assuntos vistos como de maior interesse, e ainda, respeitando as limitações da comunicação oral de cada entrevistado.

Acreditamos que através da espacialização e identificação dos terrenos na imagem de satélite (figura 6, abaixo) e da compilação dos anseios, histórias e vivências obtidas por cada agricultor e espaço cultivado, poderemos potencialmente desvendar os processos inerentes à produção dos próprios terrenos, distinguindo suas origens culturais. De alguma forma, este momento poderá se aproximar do que Barrau apud Leff (2000, p.103), chamaram na *Etnobotânica* de um “estudo de sistemas de ideias, de noções e de atitudes”, neste caso, de um grupo “pulverizado” no município, a respeito das paisagens criadas, seus significados, origens e usos de seus elementos.

Figura 6: Imagem de satélite do eixo urbano de Nova Friburgo e adjacências



Fonte: Google Maps.

Portanto, trazemos a seguir a análise das entrevistas efetuadas, destacando os pontos comuns entre as informações coletadas, e traçando um paralelo entre as histórias oficiais, registradas nos livros e não oficiais, resgatadas da oralidade dos entrevistados, acerca da agricultura no município.

3.1. Análise das entrevistas

De fato, os arranjos e paisagem encontrados nos diferentes casos possuem muitas diferenças, mas também algumas semelhanças. Dentre os casos estudados, apenas as senhoras S.F. e M.H.H., são moradoras de localidades tidas como “rurais”, e não pertencentes ao primeiro distrito. Dos outros quatro entrevistados, três são do sexo masculino, uma do sexo feminino, todos moradores do distrito-sede do município, o mais urbanizado, junto ao distrito de Conselheiro Paulino, dentre os sete presentes na divisão político-administrativa do município (vide figura 5).

Apesar da não adequação dos relatos da Sra. S.F. ao questionário formulado para as entrevistas, devido à conversa com a mesma ter acontecido no período anterior à construção deste trabalho, achamos interessante o uso do seu depoimento uma vez que seu exemplo demonstra a possibilidade de uma interessante produtividade de alimentos sem o uso do fogo como instrumento, haja vista a criação de seus filhos a partir dos produtos majoritariamente obtidos da sua horta.

Um fato que nos chama a atenção inicialmente acerca dos entrevistados, é a origem dos mesmos. Três dos seis agricultores entrevistados possuem naturalidade em municípios próximos de Nova Friburgo, e migraram para a cidade na busca por melhores oportunidades de emprego, como apontam as falas do Sr. C.de A.– *“Foi ficando “espaço curto”. A gente veio procurar emprego, a lavoura não dava dinheiro. Vim em setenta (1970)”*.

O Sr. J.A. também comenta sobre a situação ao contar que *“A fazenda não queria mais ‘colono’, eu tinha vinte anos quando saí de lá. Fui morar em*

Cordeiro um tempo e depois vim para Friburgo.”, onde trabalhou “Primeiro em uma leiteria, depois na fábrica Filó e depois na fábrica de Rendas (ARP).”.

Como já evidenciado nas entrevistas, os estímulos para a produção das hortas policulturais foram distintos entre os casos estudados. O Sr. J.A. o fez devido ao vínculo com a terra estabelecido desde criança, e com fins de produzir parte de seus alimentos. A questão da legalização da terra também foi outro fator presente na formação do plantio, uma vez que o proprietário adquiriu a posse da terra devido ao chamado usucapião da mesma. O Sr. A.R. iniciou seu manejo a fim de afastar os animais indesejados do entorno de sua humilde residência construída, sobretudo com madeira, e como evidencia na entrevista, com fins de obter algum retorno financeiro.

O Sr. C.de A, de acordo com a entrevista, o fez “*de brincadeira*” e para guardar as lembranças “*da roça*”. Como pude observar, o fator da complementaridade alimentar também se mostrou de suma importância para o agricultor, assim como parece ter sido a motivação da Sra. H.S., que também ressaltou o motivo de ter os alimentos fresquinhos para quando quiser. Já a Sra. S.F. iniciou o manejo do terreninho localizado atrás de sua residência a fim de produzir alimentos para a sua subsistência e de seus filhos (como evidenciado, toda a alimentação da criação de seus filhos proveu do plantio efetuado pela mesma).

Um aspecto a ser ressaltado, e que julgo fundamental para a própria escolha do tema foi a localização dos terrenos, e, sobretudo, as características de seu entorno. Na análise da paisagem do terreno manejado pelo Sr. J.A., percebemos o nível de urbanização atingido no Bairro Bela Vista. Analisando a imagem de satélite (figura 4) podemos observar devido à “mancha” de cor cinza que permeia o terreno, que o mesmo encontra-se meio a infraestrutura urbana, notadamente com padrões de classe média baixa, com alto índice de ocupação do solo, à exceção da presença do Sanatório Naval de Nova Friburgo, um vasto terreno da Marinha, antigo pavilhão de caça do segundo Barão de Nova Friburgo, localizado próximo, à leste do terreno do Sr. J.A., no qual estão inseridas uma série de instalações militares e ampla área verde composta, sobretudo por variedades de *eucaliptus*.

Muito parecidas, são as paisagens do entorno dos terrenos do Sr. C.de A. e Sra. H.S., bastante urbanizadas e compostas por uma infraestrutura urbana com padrões de classe média, associada à presença de casas e condomínios de casas.

Dentre os casos estudados, o entorno dos terrenos de M.H.H., e do agricultor Sr. A.R. talvez sejam os que mais se diferem dos outros quatro mencionados. Enquanto no entorno do terreno de M.H.H. destaca-se em maior grau o componente produtivo e rural, a residência do agricultor encontra-se em uma rua sem saída, cujas residências do entorno são destinadas à *veranistas*, e onde, logo abaixo das mesmas encontra-se um dos maiores clubes da cidade, o Caledônia Montanha Clube. Como mencionado na entrevista, um dos limites da propriedade do agricultor é formado por um dos afluentes do Rio Cônego, e cuja margem do mesmo que não a da propriedade do Sr. A.R. é composta por uma vegetação florestal com características de vegetação secundária.

Percebe-se na imagem de satélite (Figura 4), que os terrenos dos entrevistados encontram-se dispersos no município, de certa maneira, havendo uma maior concentração no primeiro distrito, sendo que neste, em três bairros diferentes, assim como um maior distanciamento dos terrenos das senhoras M.H. H. e S.F., em relação aos demais, por serem os únicos presentes em localidades vistas como rurais.

Haja vista que a discussão acima, relativa à paisagem do entorno das propriedades, logo, entre seus agentes e atores sociais, no caso do Sr. J.A., entendemos que por não restringir a mobilidade/comunicação em seu terreno (vide o portão sempre aberto durante o dia), o entrevistado possibilita que os moradores da Rua São Paulo, notadamente aqueles que possuem maior idade, exercitem seus conhecimentos etnobotânicos, e dependam menos dos medicamentos manipulados por laboratórios farmacêuticos.

Nas falas do agricultor, percebemos também que parte dos frutos produzidos no terreno não são consumidos pelo mesmo, uma vez que moradores do entorno e funcionários da fábrica adjacente ao terreno colhem os frutos mesmo que ainda verdes, impossibilitando a colheita do próprio proprietário, como o mesmo afirma

“Eu me dou bem com todo mundo. Mesmo que o vizinho faça alguma coisa que não agrada, deixe ele bem. Eles vêm pegar “ervas” pra fazer remédio, eu vejo se têm no momento e digo: - Por sua conta; eu não digo a dosagem a ser tomada, por mais que saiba às vezes, porque pode dar problema. O pessoal da fábrica, pega bastante fruta também: Ameixa amarela, abacate, jabuticaba, maracujá doce, chuchú, pitanga, acerola.....”

O Sr. A.R. também possui problemas em relação à presença de terceiros em seu terreno. Localizado em uma área turística, sobretudo devido aos rios e cachoeiras de água limpa do entorno, é comum que jovens adentrem a propriedade (ainda não legalizada) do agricultor a fim de acessar um dos trechos de rio. Já faz cerca de dez anos que conheço a localidade, e posso contribuir que eu mesmo passei diversas vezes pela propriedade do agricultor, sendo sempre bem recebido. Porém, nos últimos tempos, Sr. A.R. têm pedido por meio de um cartaz no portão de sua propriedade a contribuição de R\$3,00 (três reais) por pessoa, uma vez que teve problemas relacionados ao furto de pertences pessoais por parte de determinados “turistas”.

As melhores relações observadas entre agricultor e moradores do entorno foram nos casos da Sra. H.S., Sra. M.H.H. e do Sr. C.de A., que estabelece uma relação de respeito mútuo com os demais, hora, doando os alimentos pedidos, hora, vendendo parte de sua produção para seus vizinhos, afirmando que *“Eles me respeita”*. *Coisa melhor que têm, o respeito. Você respeita todo mundo, e todo mundo te respeita. Muito bom..*”. Cabe ressaltar que a entrevistada M.H.H. é Presidente da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Alto do Schuenck, o que evidencia sua característica de líder local e a boa relação com os demais agricultores do entorno.

Ainda no que tange à relação dos entrevistados com o entorno de seus terrenos, durante o período da entrevista, nos chamou atenção a entrada e saída de quatro moradores do entorno no terreno do Sr. C.de A. durante o de uma hora e meia no qual a entrevista foi feita. Alguns colhiam os vegetais, pedindo permissão anteriormente, outros encomendavam dúzias de ovos caipiras.

No que se refere à paisagem formada pela colonização dos terrenos, o estado de sucessão natural encontrado atualmente no terreno do Sr. J.A., pode-se dizer que, está no patamar de uma floresta secundária, seguindo a classificação

utilizada por Ernst Götsch, já constando a presença de espécies clímax, como a palmeira Jussara (*Euterpe edulis*), nunca plantada pelo agricultor. O Sr. J.A. possui um arranjo *permacultural* interessante, no qual amontoa as folhas, sobretudo oriundas de podas das bananeiras na parte superior do terreno, ocorrendo como de acordo com o agricultor, na adubação de todo o terreno que está abaixo.

A paisagem formada pelo manejo de cerca de quarenta e cinco anos é, sobretudo, florestal, com a presença de clareiras onde são cultivadas espécies de ciclo curto como inhame, araruta e gengibre, em associação com colônias de diferentes tipos de bananeiras e árvores frutíferas diversas. Em levantamento de campo obtido em 2013, conseguimos identificar 101 (cento e uma) espécies, constando espécies nativas da Mata Atlântica e de outros biomas brasileiros, assim como originárias da África, Europa e Ásia. Como afirma Penereiro (1999), “Quintais tropicais e SAF’s complexos frequentemente se parecem com sistemas de florestas secundárias na estrutura e ecologia.”

Ainda tratando da formação da paisagem florestal do terreno do Sr. J.A., o mesmo afirma que:

“Passarinho trouxe muita semente, por exemplo a ameixa, o maracujá doce (da mata) e o pêssego. Eu plantei a condessa, jabuticaba, acerola, bananeiras, araçá, as mangueiras...”

Neste sentido, é interessante observar a percepção do agricultor a respeito das espécies que foram inseridas no terreno por animais, em detrimento da ação humana. Tal percepção se aproxima da provocação que trouxemos na introdução do presente trabalho a respeito da questão da cooperação e intencionalidade animais, na constituição e manejo de sistemas florestais. No decorrer das entrevistas, além do Sr. J.A., o Sr. C.de A., afirma que “*Animal só a erva-de-passarinho nos pés de laranja.*”. Já M.H.H. comenta:

“Aqui neste sítio muita coisa foi plantada por animais [...] O Jacú planta muita ameixa também, muita amora.... O pinhão, também, muitos foram plantados por aves. Disseram que era gralha. Os palmitos também são plantados por Jacú.”

Ainda no que diz respeito à questão da percepção ambiental, e relação com o componente animal, nos chamou atenção na fala dos entrevistados ao ser

questionados sobre as espécies animais que conviviam nos terrenos. O fato de que determinadas espécies aparecem somente em determinadas épocas do ano, e outras, sobretudo de aves, como o Jacú (*Penelope sp.*) anteriormente vistos em pequenos grupos ou populações reduzidas sobretudo pela caça ilegal, têm aparecido com maior constância em seus terrenos, e na paisagem do município de forma geral. É interessante notar que em todas as entrevistas, sem exceção a presença do Jacú é apontada como algo constante, sendo ainda mencionado na maioria das entrevistas o aumento de sua população. Como afirmam a Sra. H.S., “Agora têm Jacú, né? Tucano, agora têm sanhaço, canarinho-da-terra voltou a ter...”. O Sr. A.R. complementa, “Ouriço, gambá, jacú aumentou muito”. Ainda, o Sr. C.de A., afirma que “Jacú....têm muito... Pomba mineira, que não tinha de primeira.... Gavião muito pouco.”

M.H.H. nos apresenta uma extensa lista de animais de pequeno e médio porte, indo desde Jaguatirica, Macaco Barbado, Raposa e Tatú, até inúmeras espécies de aves, Caxinguelê, Cachorro-do Mato, etc... Por fim, o Sr. J.A. apresenta uma lista mais completa dos animais presentes em seu terreno, mesmo que totalmente permeado pela infraestrutura urbana, dividindo os mesmos em aves, mamíferos e insetos:

“De aves têm o jacú, maritaca, juriti, coruja, saracura, canários, sabiás, gavião, rolinhas. Mamíferos têm as gambás, morcegos (frugívoros).. De insetos, os besouros, cigarra, abelha mangangá, também abelhas “cachorra”, “europa” e africana. Também outros animais na época do calor, a cobra vidro, cobra-cega, também a cobra jararaca que é venenosa.”

Voltando à questão da composição da paisagem dos cultivos, no caso do terreno manejado pelo Sr. A.R., é inexistente o componente florestal no interior de sua área, sendo a propriedade composta basicamente por espécies de ciclo curto com fins de alimentação humana e animal, destacando-se os cultivos de milho, mandioca, couve, cebolinha e batata-doce, e contendo apenas árvores de maior porte nas bordas do mesmo.

A paisagem formada pelo cultivo do Sr. C.de A. é como um mosaico, onde se encontram diferentes modos de cultivo e distribuição de espécies, sendo o terreno frente a casa (e que dá caminho à rua) um grande cultivo sobretudo de variedades de couve e flores, assim como outros espaços da propriedade, que são

destinados ao cultivo de mandioca, quiabo e milho, havendo ainda outro espaço destinado sobretudo ao cultivo de hortaliças em associação com temperos, sendo ainda as grades de arame farpado que delimitam o terreno, colonizadas sobretudo com chuchu e cará.

Às margens do Rio Cônego, que também faz limite com sua propriedade, o agricultor cultiva variedades de bananeiras, e ainda possui criação de porcos “cevados”, peru, galinha, ganso, pato, marreco e galinhola, todos criados juntos no mesmo espaço, e cuja alimentação de todos os animais provém integralmente do que produzido na propriedade.

No decorrer de sua história de manejo do terreno, o Sr. J.A. chegou a criar animais, porém não houve continuidade na criação devido à presença da Vigilância Sanitária que indicou que os mesmos não deveriam ser criados em meio urbano. *“Já criei porco também, mas por causa da saúde pública parei. Tá certo né?”*. A afirmação do agricultor também ressalta a ação do poder público no sentido da coibição de determinadas práticas vistas como inadequadas para o meio urbano.

Sr. C.de A., apesar de possuir um terreno em um contexto altamente urbanizado, cria inúmeras variedades de animais sem nenhum tipo de problema. O agricultor se mostrou um entusiasta em aprender cada vez mais sobre agricultura, dizendo que aprende a cada dia mais conversando com outras pessoas e também pela televisão (Globo Rural). É notável o conhecimento do mesmo no que diz respeito à importância da cobertura do solo. Assim como o Sr. J.A., o Sr. C.de A. quando se refere à cobertura do solo, utiliza sua importância através do termo *“refrescar”* o solo. Para isto, o agricultor usa a palha do milho, os restos dos pés de quiabo, e até mesmo penas de aves como observado na figura 7, abaixo.

Figura 7: Cobertura de solo com penas de aves, efetuada pelo Sr. C. de A.



Fonte: Acervo pessoal.

No que tange à percepção dos entrevistados no que diz respeito à agricultura no município, foi notável a boa impressão que todos os agricultores, sem exceção possuem acerca do clima e solos de Nova Friburgo para o cultivo. De acordo com J.A., *“Friburgo é muito bom pra uva, lima, caqui.. Deveria ter mais incentivo para essas plantações. É uma pena...”*. C. de A. afirma que *“Pra hortalica é muito bom.”* O Sr. A.R., ainda mais confiante, diz que em *“Friburgo pode plantar o que quiser que tudo que plantar dá! Friburgo é uma região de fartura, de lavoura.”* Por fim, M.H.H. traz em sua afirmação a questão de que cultivando na época certa, consegue-se cultivar uma variedade grande de alimentos, e novamente, cita o caso da uva, cultivo pouco explorado no município e também apontado por J.A., ao afirmar que:

“O clima eu acho excelente pra qualquer tipo de cultura. Aqui você consegue colher tudo se plantar direito na época. Por exemplo, a uva aqui não dá na mesma época que no sul, mas ela dá...”

Tratando-se da agricultura de modo geral, o Sr. J. A. , ressaltou que gostaria muito de possuir uma extensão de terra de pelo menos cinco alqueires, onde afirma, poderia “plantar de tudo”. Esta afirmação demonstra a vontade de possuir um terreno maior, e o otimismo em relação às práticas agrícolas que adota.

A Sra. S. F. aponta o otimismo no tipo de prática adotada ao afirmar que criou seus três filhos com os alimentos cultivados nos fundos da residência. O Sr. C.de A. expressa seus sentimentos em relação ao manejo do terreno ao afirmar

que tudo é uma grande brincadeira! E ainda, que busca sempre estar aberto a novas informações sobre técnicas de cultivo.

Porém, dentre os demais, chama muito a atenção, o entusiasmo presente nas falas do agricultor Sr. A.R., sobretudo no que se refere à valorização necessária do próprio homem do campo consigo mesmo, e o descontentamento com o modelo empregatício convencional. Durante a entrevista o Sr. A.R. disse frases marcantes tais como: *“Só vê dinheiro hoje quem está na lavoura, porque quem têm emprego, não têm dinheiro.”* Ou ainda, *“Lavoura é que dá dinheiro, acho que é melhor que ganhar salário mínimo né?”*.

Ainda, mais reflexivo e sarcástico, afirma: *“Dizem que escravidão é pra preto. Mas pode analisar: trabalhar pra fora é escravidão”*. Ainda, *“O salário do seu patrão está desta altura (abrindo os braços). E o seu está assim, uma ameixinha!”*.

Também é notável a história da família de M.H.H. Seus pais e seus avós, assim como seu bisavô, todos formados à época como médicos e professores, sobretudo, e que preferiram a vida no campo a seguir suas profissões de origem na cidade. Para além da resolução do questionário, a mesma ainda comentou que hoje em dia a roça está cheia de espaço para plantar, e a cidade cheia de desempregado, o que para ela não faz sentido, pois os desempregados não veem a lavoura como oportunidade.

Neste sentido, as falas do Sr. A.R. nos remetem ao que Oliveira (2007 p.113) destacou, no sentido de que:

“Imaginar um novo rural, passa pelo rompimento de regras, normas e tecnologias ditadas pela racionalidade imposta pelo mundo do capital.”

Haja vista a diversidade de discussões possibilitadas pelo tema da agricultura é interessante observar em determinados casos apontados, que mesmo em um ambiente totalmente artificializado, impermeabilizado e configurado sobre a forma de uma cidade, o homem, mesmo que inconscientemente contribui para a (cada vez maior) presença do elemento vegetal na constituição das *paisagens*, mesmo que estas, urbanas.

Na busca por similaridades entre os casos observados, percebem-se características comuns aos entrevistados, principalmente no que tange às suas origens (rurais, agrárias), percepções, expressões utilizadas, oralidade, e práticas que em dados casos, configuram na formação de *paisagens* tipicamente “rurais” no seio “urbano”. É interessante notar a quantidade de espécies (e variedades) presentes nos terrenos dos agricultores entrevistados.

Cará, araruta, arará, múltiplas variedades de batatas, de mandioca, de limão, anonáceas diversas como condessa e graviola, são apenas alguns exemplos da biodiversidade presente nos cultivos destes agricultores, cujas espécies presentes no terreno apresentam-se como “raridades” em relação aos padronizados produtos encontradas nos mercados da região. Como aponta Smit (2001), entre 1978 e 1998, à medida que a agricultura urbana crescia na região metropolitana de Washington, EUA, o número de variedades de tomate disponíveis no mercado aumentou de 8 para 74. Neste sentido, a agricultura urbana ajuda a conservar e gerar biodiversidade nos cultivos agrícolas, desde os frangos até a alface.

Haja vista as diferentes espécies introduzidas, técnicas e formas de cultivo apresentadas, a questão acerca do não uso do fogo é comum dentre os casos analisados. Na sua grande maioria, durante as conversas iniciais com os entrevistados, antes mesmo que a questão fosse abordada, o não uso do fogo por parte dos agricultores apareceu no diálogo como algo que os trouxesse orgulho, apontando ainda, a não necessidade de uso do mesmo, como aponta o Sr. C.de A. em sua entrevista: *“É porque o solo fica seco né? A terra tem que ter muita umidade pra dar o produto. Se você a seca acaba o esterco da terra.”*

No questionário respondido por J.A., uma informação pareceu curiosa: o mesmo afirmava que seu pai, o Sr. L. A., possuía resistência ao uso do fogo (prática comum na região à época), e que lhe foi passado de pai para filho que não seria necessário o seu uso na agricultura. De fato, os historiadores que dissertaram sobre a formação do município, claramente fazem menção ao uso do fogo por parte dos colonos helvéticos para abertura de áreas agricultáveis, assim como dos “facilitadores” do processo de imigração, os luso-brasileiros, que por meio do uso do fogo abriram uma nova frente de expansão agrícola e civilizatória à época, com

a devastação da fazenda do Morro Queimado, meio aos Grandes Sertões do Macacú, possibilitando a chegada dos primeiros colonos no ano de 1819.

Porém, para mim, o contraponto do entrevistado se mostrou interessante, por demonstrar a possibilidade de fazer cultivos produtivos e eficientes sem o uso do fogo, ao passo que o seu uso racional, mesmo após a proibição do uso indiscriminado do fogo, pelo decreto-lei 750, de 10/02/1993 e consequentemente do plantio sobre derrubada-queimada, atividade vista como algo benéfico, tanto por parte dos agricultores do município, praticantes da chamada *agricultura caipira* (MAYER, 2003) quanto para algumas linhas da ecologia e da biologia.

Quando perguntada sobre a necessidade do uso do fogo, sob a forma da coivara, M.H.H., a mesma conta que:

“Não, não. Meu pai só queimava, até muito pouco, quando era capim gordura, pra plantar feijão. Eu acompanhei só duas ou três queimadas na vida do meu pai. E quando ele “encoivarava” ele chamava a vizinhança toda pra tomar conta e não deixar o fogo alastrar na mata. Mas ele não gostava não. Não tem necessidade de queimar nada né?”

Neste sentido, podemos compreender esta barreira ao uso do fogo por duas vias de pensamento: a primeira, relacionada à localização dos terrenos, sua maioria meio à malha urbana, e onde o uso do fogo poderia ser perigoso à vizinhança. Uma segunda explicação seria que, devido à limitação do uso do fogo nestes terrenos urbanos, os agricultores utilizaram de outras técnicas, e perceberam a falta de necessidade da queima da biomassa, percebendo até mesmo o caráter prejudicial deste tipo de prática em relação às práticas de cobertura e adubação de solo.

Acreditamos que ambas as explicações são possíveis de acontecer. Porém, o caso da Sra. M.H.H. nos aponta para a falta de necessidade do uso do fogo, com um embasamento histórico que nos remete ao período ainda de colonização do atual município, fato ainda não evidenciado nas demais entrevistas.

Sobre a questão do não-uso do fogo nos cultivos, é interessante notar que os casos apresentados diferenciam-se das práticas historicamente evidenciadas no município. Percebe-se no trabalho de pesquisadores como de Grisel e Assis, (2015), que a agricultura no município, historicamente, foi feita com o auxílio do

fogo como instrumento, e com a prática do pousio, sendo esta característica modificada, notadamente a partir da introdução dos pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde, já com o auxílio do glifosato e demais agroquímicos e com a emergência de novas culturas na região, tais como o tomate e a berinjela.

Porém, ressalto que nos casos dos agricultores entrevistados que possuem resistência ao uso do fogo, em sua grande maioria, a resistência fora anterior à proibição da coivara e não apenas devido ao caráter ilegal da prática, mas devido à percepção dos malefícios do seu uso indiscriminado.

Outro ponto em comum entre os agricultores é a não distinção no cultivo sobre a origem das espécies, se exóticas ou nativas. Somente M.H.H. comenta sobre a questão ao dissertar sobre uma variedade diferente de inhame:

“Inclusive o inhame também, que era nativo do Brasil, chamado de inhame-do-brejo. Meus parentes me falaram que era diferente desse que têm hoje em dia. Não dava “dedinho”. Era tipo um inhame selvagem...”

Porém, não se percebe a questão do uso de espécies de diferentes origens, e ecossistemas como algo danoso ao meio ambiente, aproximando a percepção dos entrevistados aos princípios da *Agrofloresta Sucessional*, onde a origem das espécies não é levada em consideração na produção do manejo agroflorestal, mas sim as funções que serão cumpridas por cada espécie, em detrimento das discussões presentes na academia, sobretudo, advindas da *Biologia* no que tange à problemática da inserção de espécies exóticas⁴ aos ecossistemas não originários.

Neste sentido, a presença de espécies exóticas, mesmo que em fragmentos florestais não formados ou diretamente afetados pela presença agrícola humana, é explicada pela função que esta espécie está cumprindo no sistema, ainda, sendo esta função compreendida, não através do conceito de competição (espécie exótica está impedindo a espécies nativas de se reproduzir ou instalar-se), mas sim através do conceito de cooperação (espécie exótica está cumprindo uma função específica para o sistema, que devido à falta de matrizes ou dispersores, ou até mesmo pelo nível de degradação do solo, determinada espécie nativa consegue mais cumprir).

⁴ Ver questão das espécies exóticas em agendagotsch.com/films Vídeo: Exóticas.

Haja vista a não distinção entre espécies nativas e exóticas, presente tanto na cultura dos entrevistados quanto na *Agrofloresta*, como apresentam Oliveira e Montezuma (2010, p. 122), mesmo que se referindo a outras questões,

“A capacidade de trabalho transformador destas populações (tradicionais) dificilmente pode ser avaliada dentro da ótica contemporânea das relações homem/floresta”.

Neste sentido, não podemos avaliar, ou se podemos, devemos dispor de bastante cuidado na análise da relação destas populações com o domínio onde se inserem, no caso, a Mata Atlântica, devido à atual difusão de múltiplas ideias (muitas delas equivocadas), relativas às questões ambientais, logo, também à produção de alimentos e manejo florestal, algumas bastante contraditórias e equivocadas sob a ótica contemporânea pela qual se enxerga as relações homem/floresta.

Dentre os casos estudados, a estrutura do fragmento florestal formado pelo Sr. J. A., assim como partes do cultivo do Sr. C.de A. e de M.H.H., são as que mais se assemelham com o que Götsch (1995) sistematizou como sendo *Agrofloresta Sucessional*, tanto no que tange à inserção de espécies exóticas e nativas, como nas ferramentas utilizadas, de origem tradicional (facão, enxada, serra de mão), como principalmente na forma como são plantadas as espécies de diferentes ciclos de vida, próximas umas das outras, de modo que um indivíduo vegetal cria condições para o desenvolvimento do outro, dentro de uma dinâmica florestal. Ou seja, onde o distúrbio é inerente e cujo na *Agrofloresta* deve ser produzido também pelo homem, através das podas, logo, aberturas de clareiras e aporte de matéria orgânica (serapilheira) no solo.

A respeito da relação entre “o velho e o novo”, no caso, entre a agricultura familiar de cunho policultural e o que atualmente chamamos de *Agrofloresta*, Carlos (2007, p. 12) elucida:

“O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo *o lugar* se apresentaria como *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento.”

Haja vista a contribuição da autora, podemos dizer que os “terrenos” analisados configuram-se como um *ponto de articulação* entre a especificidade histórica do lugar, e a “mundialidade em constituição”. Ou seja, as práticas agroflorestais, configuram com informações coletadas na entrevista, às técnicas e estruturação utilizadas na produção do espaço manejado pelos agricultores entrevistados, que são “idênticas”, como evidenciadas nos casos do Sr. J. A. e Sra. M.H.H., às produzidas pelos mesmos, quando jovens trabalhadores na “roça”.

Deste modo, acreditamos que as características do terreno do Sr. J.A., e do terreno da M.H.H. reproduzem fielmente a sucessão natural de uma área de “roça” com caráter policultural, de cerca de cerca de quarenta anos, e “trinta e poucos anos”, respectivamente.

Neste sentido, Carlos (2007, p. 14), afirma que à definição de *lugar* de Santos, “seria preciso acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar, que poderia ser visto através do evento no presente e no passado”. Ainda, seguindo a ideia da autora, de que “o sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida.” (CARLOS, 2007, p. 19).

Entendemos, portanto, que apesar de viver “na cidade”, a vida “ideal” para o senhor J.A., seria a “vida do campo”. O entrevistado, portanto, reproduz no terreno as relações estabelecidas nas suas origens, ou seja, no campo, ou como o mesmo denomina, “na roça”, afim de resguardar sua memória, em detrimento do que a autora chama de “ausência de memória”, ou a falta de identificação com o lugar. Neste sentido, podemos dizer que o Sr. J.A., assim como o Sr. C.de A., vivem de certa maneira um modo de vida tipicamente rural, com valores do rural, como a produção de alimentos, porém, no meio urbano.

Tendo em vista a nossa pesquisa, a importância dos terrenos levantados se dá por uma série de fatores como: Os mesmos constituem potencialmente em uma espécie de “*rugosidade*”, não necessariamente de acordo com a conceituação de Santos (1996, p. 140):

“Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.”

Porém, compreendemos como *rugosidade* não apenas o que “restou” materializado do passado, mas também as formas de uso do terreno, as relações e práticas ali inseridas, ou seja, à materialização deste tipo de agricultura no presente. Neste sentido, ideia de *reminiscência*, já tratada no dado trabalho pode trazer esta contribuição, haja vista as histórias de vida dos entrevistados J. A., C. de A. e M.H.H., uma vez que os terrenos cultivados são de alguma maneira “recordações do passado”, ou a materialização daquilo “o que se têm na memória”.

Nos terrenos, analisados encontram-se espécies e linhagens vegetais que estão em processo de extinção como a araruta (*Maranta arundinacea*) e/ou caíram no dê-uso/esquecimento (ao menos na região) devido à homogeneização dos produtos e hábitos alimentares humanos, assim como o maracujá doce (*Passiflora alata*), o maracujá roxo (*Passiflora edulis var. Roxa*), a condessa (*Rollinia mucosa*), a banana vermelha ou vinagre (*Musa sp.*), o araçá vermelho (*Psidium Longipetiolatum*), cabeludinha (*Myrciaria glazioviana*), pêra ferro (*Pyrus comunis*), além do cará moela (*Dioscorea bulbifera*).

Espécies pouco cultivadas no Brasil também são encontradas nos terrenos, assim como a amora-de-espinho (*Rubus sp.*) e a oliveira (*Olea europaea*), assim como uma série de herbáceas de nascimento espontâneo, que possuem propriedades medicinais ou nutricionais, de uso incomum para alimentação e não são “mato” como pejorativamente, e coletivamente tratadas.

Assim como a pluralidade encontrada na diversidade e origem das espécies cultivadas, as práticas agrícolas potencialmente possuem múltiplas origens, devido aos diferentes atores sociais, possuindo distintas formas e arranjos, e também funções (complementação alimentar, bem estar, resgate de tradições etc...).

Ainda neste sentido, entendemos que as propriedades analisadas, por serem dotadas de produtividade, ainda, fazendo um adendo com a discussão acerca da

dicotomia entre urbano e rural efetuada por RUA (2005), o qual evidenciou as “urbanidades no rural” sobretudo na região entre Nova Friburgo e Teresópolis, trazemos a provocação de que as hortas urbanas evidenciadas se configuram como uma presença de “ruralidades no urbano”. Como aponta Carneiro (1998 p. 60):

“... as noções de “rural” e de “urbano”, assim como a de “ruralidade” e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas.”

Fazendo alusão ao que a Doreen Massey chama de “geometria do poder”. Tratando-se, “também do poder em relação aos fluxos e ao movimento.”, em Massey (2000, p.179), percebe-se que neste sentido, os entrevistados gerem os espaços, porém não através da figura de “dono”, mas sim como gestores, ou até mesmo “guardiões”, permitindo a entrada de moradores do entorno para colher ervas medicinais e frutos, sobretudo. Deste modo, não exercendo controle em relação à mobilidade, ou seja, permitindo a circulação, logo, a comunicação, evidenciando o “*lugar de encontro*”, Massey (2000, p.184), entre diferentes grupos sociais, e que possuem distintas relações com os terrenos manejados.

No que diz respeito à origem de suas famílias, e logo, de seus conhecimentos e práticas, nos chamou atenção entre os demais entrevistados, o nível de esclarecimento que a Sra. M.H.H. possui em relação à história de sua família. Devido a quantidade de conhecimento que a entrevistada possui em relação aos seus antepassados, a entrevista da mesma difere-se das demais por contar histórias que ultrapassam o seu próprio tempo de vida, tendo a mesma, contribuído com histórias tanto dos seus, pais, como dos seus avós e também dos seus bisavós.

No início da entrevista, a mesma chega a afirmar que sua família possui:

“Origem de alemães, família “H”. E minha mãe é da família Schuenckln. Schuenck é a abreviação de Schuenckln, que é suíço. Meu bisavô por parte de pai era do ducado de Holsten na Alemanha. E da parte da minha mãe eu não lembro de que parte da Suíça que era. Meu bisavô era médico, veio para tratar os colonos doentes do navio e depois os que estivessem aqui.”

O nível de detalhamento contido na entrevista da mesma nos ajudou a compreender melhor determinados processos evidenciados pelos registros históricos acerca da colonização do município, evidenciando desde os motivos da vinda dos imigrantes para o Brasil, assim como os seus anseios, expectativas e conhecimento prévio

acerca da produção de alimentos e de como se configuraria seus modos de vida na colônia formada.

“Da parte da minha mãe, eles vieram no pós-guerra na Suíça, e já vieram pra Friburgo na época que já se sabia que não dava certo o café. E como eles trabalhavam com milho, batata, eles vieram plantar aqui. Eles receberam essas terras no Schuenck bem no alto, pois fugiram dos lotes que tinham recebido inicialmente. E vieram plantar inhame, cará, cana-de-açúcar, batata-doce, feijão, milho....”

Por outro lado, o Sr. A.R. não sabe nem mesmo precisar sua ascendência, porém afirma que todo seu conhecimento sobre agricultura provém de sua família que sempre trabalhou no campo. Dona S.F. possui ascendência suíça, porém como aponta na entrevista, seus métodos de cultivo se distanciaram do que aprendera durante a infância por não conseguir lidar sozinha com o fogo. A Sra. H.S., também possui ascendência suíça, e apesar dos traços físicos, também não possui grande conhecimento sobre a origem e história de seus antepassados, para além da geração do seu avô.

O Sr. C.de A, apesar do sobrenome, de origem lusitana, afirma que sua ascendência é suíça, desconhecendo outras origens de seus familiares. O mesmo apenas afirmou que sua família “A” veio de “terra quente” (termo popular utilizado para regiões dos “Sertões de Macacú”, “Arraial de Cantagalo” e Vale do Paraíba). Também não sabe precisar qual geração de sua família veio da Suíça, afirmando que seus pais e seus avós nasceram no Brasil.

É interessante notar na entrevista que na localidade onde nascera, na cidade de Bom Jardim-RJ, a população era integralmente branca (clara), de notável ascendência europeia, e que supomos, fora formada por colonos que fugiram da Freguesia de São João Batista (atual Nova Friburgo) em busca por terras mais quentes a fim de cultivar, sobretudo, o café. Como o mesmo atentou, a prática da derruba-queimada era utilizada pelos agricultores da região até os anos 60.

Tais informações se aproximaram muito dos relatos da Sra. H.S., quando a mesma afirma que a população onde nascera, no mesmo município, era composta por *“muito suíço, maioria tudo brancão. Tinha muita lavoura de café, agora diversificou.”*, e ainda, *“Teve uma época, quando eu era mais nova, que botava (fogo)... depois teve uma época que deixavam as leiras de capim pra plantar batata-doce.”*

No que tange ao desconhecimento de suas origens familiares e à história de seus antepassados, fato evidenciado nas falas da Sra. H.S. e dos Sr. A.R. e Sr. C.de A., como elucida Carneiro (1998) no que tange à formação de núcleos de imigrantes camponeses, que:

“A constante peregrinação em busca de terras mais apropriadas para a agricultura ou de melhores condições de vida fora da atividade agrícola é, a nosso ver, uma importante chave para a compreensão da maneira como se processou a formação e a manutenção desses povoados, podendo fornecer uma explicação para a ausência de uma memória coletiva ou individual sobre os antepassados e seus costumes.”

Talvez, um fato que possa explicar o nível de detalhamento das histórias contadas pela entrevistada M.H.H., baseando no raciocínio apontado acima de Maria José Carneiro, seja de que seus antepassados, apesar de terem fugido dos lotes inicialmente dados a eles, pelo que pude entender, devido a brigas entre colonos católicos e luteranos, os mesmos chegaram a região onde atualmente denomina-se como sendo a localidade do Alto do Schuenck e permanecerem ali, criando seus filhos e cultivando o solo até os dias atuais.

Outro fato que acredito contribuir em demasiado para que as histórias contadas pela entrevistada tivessem tal nível de detalhamento, é que a Igreja Luterana local, e que M.H.H. frequenta, possui um acervo com os registros históricos dos colonos alemães que chegaram a Nova Friburgo, e de toda a história do Alto do Schuenck, de modo geral.

Ainda apresentando a questão da memória, e ressaltando a importância dos exemplos evidenciados, Ricoeur (1985, p. 380), aponta que:

“Reduzidos ao estado de coleção de exemplos, as histórias do passado são esvaziadas da temporalidade original que as diferencia, são somente a apropriação educativa que as atualiza no presente. Nesse preço, os exemplos se tornam ensinamentos, monumentos. Por sua perenidade, eles são ao mesmo tempo o sintoma e a garantia da continuidade entre o passado e o presente”

E neste sentido, devido à riqueza das informações passadas por M.H.H., apesar das limitações da pesquisa na relação entre o número de entrevistados e o recorte do município, é visível como os apontamentos da entrevistada “se casam” com a história da agricultura policultural e da colonização no município, nos remetendo à ideia de “continuidade entre o passado e o presente” no que se refere

à adoção de determinadas práticas e técnicas de uso do solo e produção de alimentos em consórcio.

No caso do Sr. J.A., percebe-se que apesar de não possuir ascendência suíça ou alemã, mas sim italiana e portuguesa, sua família provavelmente aprendeu as técnicas da policultura que foram passadas aos “novos” imigrantes chegados no fim do século XIX (italianos, espanhóis...) por suíços, alemães e negros, que se encontravam na região de Cordeiro e Cantagalo, e viviam da agricultura de subsistência. O mesmo afirma que onde nascera havia “*Colono, muito colono, de origem misturada. O mais era português, italiano, espanhol. “Preto” era só empregado.*”.

Ainda,

“Quando eles vieram do estrangeiro pro ‘Brasil, vieram muito italiano, suíço... Os suíços ficaram em Friburgo... espanhol, português.... Ribeirão ficou com muito italiano que precisava na lavoura de café.... Espanhol também é muito trabalhador.”

O conhecimento do policultivo neste caso foi passado ao Sr. J.A., pelo que elucidam Araujo & Mayer (2000) e Barbosa (2009), “de pai para filho”, podendo ter sido expandido/complementado, através da vivência da família do entrevistado com colonos de diversas origens europeias e negros, na região rural onde permaneceu até a idade de 20 (vinte) anos.

Assim como no caso da maioria dos outros agricultores, o Sr. J.A. não sabe detalhar exatamente quando sua família de origem italiana e portuguesa chegou ao Brasil, evidenciando a questão da *memória genealógica* curta entre os entrevistados.

Porém utilizando-se de uma memória mais recente (início do século XX), contribui no entendimento de como era a relação entre descendentes de colonos europeus, fazendeiros e afrodescendentes nas fazendas de café nos arredores de Nova Friburgo à época de sua infância, e de seu pai, ao afirmar que os colonos empregavam os negros para cumprir determinadas atividades na lavoura “*Tinha a tabela, o dia de trabalho era um e trezentos, um e quinhentos...*”.

A entrevistada M.H.H. também contribui ricamente para a questão, ao afirmar que seus bisavôs “*chegaram até a ter escravos... Embora não gostassem, mas era da época... Inclusive quando eles chegaram, eles receberam escravos.*” A mesma, após a entrevista formal, chegou a afirmar que sua bisavó recebera uma criança negra, por parte do império, e que cuidou da mesma como uma filha, nunca a utilizando como uma escrava.

Em relação à vivência dos colonos europeus com os afrodescendentes das primeiras gerações de filhos de escravos, Lozada (1991), cujo trabalho feito sobre histórias de vida de descendentes de escravos obtido sobre a forma de entrevistas feitas no ano 1988 em Nova Friburgo, apontam para a produção com fins de subsistência por parte destes, de diversos gêneros alimentícios cultivados em consórcio, como “*arroz, feijão, milho, alho, amendoim e muito café e cana*”, “*aipim, batata doce, milho, feijão, ovos e galinhas*”. Neste sentido, acreditamos que o intercambio cultural entre as culturas de origem europeia e afroamericanas foi de suma importância para a sobrevivência dos colonos no novo território, e logo, à própria formação da atual Nova Friburgo.

Porém, a miscigenação cultural possibilitada nos primeiros anos de colonização não se baseou somente no intercâmbio cultural entre colonos e afrodescendentes, mas também entre colonos e indígenas e afrodescendentes e indígenas, como já mencionado no primeiro capítulo do trabalho. Neste sentido, em termos de dados obtidos por meio das entrevistas, somente a entrevistada M.H.H. contribuiu para este tipo de questão, ao afirmar que “*Quando os colonos chegaram era só mato praticamente, e índio*”.

Portanto, após esta afirmação, a mesma começou a dissertar sobre a presença indígena na região do Alto do Schuenck e Amparo, em Nova Friburgo, afirmando que “*Aqui no Schuenck moravam muitos índios. Acho que era Guaiacás o nome da tribo. Acho que eram três tribos.*”

De fato, a afirmação da entrevistada confere maior proximidade à presença indígena no município, fato evidenciado já em 1820:

“Pretendíamos que este local se encontrasse à grande distância dos selvagens; no entanto, há mais de seis semanas que apareceram cerca de 150 deles armados de arcos e mesmo de fuzis. Não fizeram, o bem da verdade, nenhum mal, mas serão sempre tão cordatos e pacíficos?

(Journal du Jura, 3/06/1820, p.164)

Ainda, sobre a questão da miscigenação cultural entre os colonos e indígenas, M.H.H. afirma um curioso fato acontecido na sua família.

“Inclusive meu avô se casou com uma índia. Ele pegou ela à laço! Inclusive o reverendo na época casou e tudo! Essa índia que ele pegou foi na baixada, “pra lá” de Cachoeira de Macacu. Dizem que ela era bonita...”

A respeito da história da captura da índia, então, sua avó, M.H.H. afirma que a mesma fora encontrada durante uma excursão do seu avô até o Rio de Janeiro, para onde os colonos se destinavam para comprar sal e desciam a serra em comboios ou tropas de mulas. “*E sal, eles buscavam no Rio de Janeiro uma vez por ano, desciam em comboio... pra fazer charque.*” Prática esta, que segundo a entrevistada, perdurou até a geração de seus pais.

Como apresenta Carneiro et.all. (2010, p. 16):

“Até 1870, as tropas de mulas eram a única possibilidade de transitar pelas trilhas que atravessavam as matas e correntezas entre os povoados chegando até Cachoeiras de Macacu, onde a safra de café era transportada por ferrovia até Porto das Caixas, em Niterói. “

Referindo-se à questão da diversificação cultural, agora, nas práticas agrícolas adotadas, de acordo com os dados obtidos na entrevista com J.A., era possível que os ainda chamados colonos pudessem cultivar alimentos variados meio ao plantio do café, como afirma o mesmo:

“Podia plantar milho em carreira junto, podia plantar inhame também. O café, “dava” uma parte pro fazendeiro, o milho e o feijão também, mas era uma porcentagem pouca. Era muita vantagem pro colono, porque enchia a tulha e a fazenda não conseguia mais armazenar.”

Jaccoud (2001, p. 107), reforça a ideia de que os gêneros alimentares eram cultivados em consórcio devido à prática da meação ou até mesmo a concessão para que os colonos pudessem obter parte de sua subsistência alimentar, dos cultivos obtidos meio ao cafezal. Em seu livro denominado “Os Colonos”, o autor afirma que “Com o milho plantado entre as carreiras de cafeeiros novos, engordavam porcos que, depois de bem cevados eram abatidos”.

Ainda, que o colono (JACCOUD, 2001, p. 156), “Tinha o direito de aproveitar os espaços entre as carreiras de café, com culturas de milho e de feijão, produtos que ficavam para eles.”, e com fins de registro, no mesmo livro, Jaccoud (2001, p.161), o mesmo apresenta o relato de um colono de nome Max, à época da colonização, que afirma:

“Teremos inclusive de plantar bananeiras, um pouco de cana-de-açúcar, batata-doce, mandioca, fumo e mais um mundão de coisas”, tudo, meio ao cultivo de café.”

Para além dos relatos de cultivos consorciados entre os cafezais, os relatos da Sra. M.H.H. remetem ao uso das práticas policulturais agrícolas como finalidade, e não somente como meio de sobrevivência entre o cultivo da *Rubiaceae*, mesmo que em seus relatos, também haja a presença do cafezal. Como a mesma ressalta:

“Cheguei a ajudar o meu pai no cafezal, que não era grande, só para o consumo próprio, e vendia o excedente também. Mas não era só café não. [...] Trabalhei mais na roça consorciada.”

Neste sentido, a entrevistada aponta para a produção de alimentos em sistemas de consórcios entre espécies, ou policulturais, nas chamadas “roças de subsistência”:

“Na época do meu pai e minha mãe era banana, no meio da leira se plantava milho, na borda do milho plantava abóbora. Com batata-doce eles plantavam milho, feijão no meio e quiabo também. Tudo misturado né? “

E ainda, aponta para o mesmo tipo de prática e técnicas já presentes na época de seus bisavôs:

“Na época dos meus bisavôs, era parecido como meus pais faziam. No meio dos milhos em uma certa época plantava abóbora, melancia também... E depois o feijão, na “cana” do milho.”

Quanto a efetividade das práticas de cultivos consorciados ou policulturais, apesar das práticas tradicionais evidenciadas nas entrevistas e relatos históricos, mais recentemente, estudos produzidos no município por instituições como a EMBRAPA, vem apresentando de maneira científica aos agricultores atuais outras perspectivas, que não necessariamente novas, porém que diferem-se em demasiado das práticas oriundas da chamada agricultura convencional.

O trabalho de Oliveira et.al. (2005, p. 04), por exemplo, apresenta a viabilidade do cultivo consorciado e do uso da adubação verde, notadamente do plantio do inhame em associação ao cultivo de *Crotalaria juncea*, sobre a palhada de aveia preta. De acordo com os autores e dados obtidos na pesquisa, o sistema de consorcio e adubação verde evidenciados “apresenta-se como eficaz no controle da população de ervas espontâneas na cultura do inhame.”, e ainda:

“representa um manejo adequado à produção orgânica dessa hortaliça, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, atendendo à ciclagem de nutrientes e ao aporte de nitrogênio e matéria orgânica.”

Voltando a análise das entrevistas, é interessante notar nas histórias contadas pelos entrevistados, sobretudo, dos Sr. J.A., Sr. C. de A. e da Sra. H.S., o ponto comum entre elas, sendo o trabalho em lavouras de café, e como ressaltado, o cultivo de gêneros de subsistência no meio deste cultivo.

Neste jogo de migrações e contradições, percebe-se diante do número de entrevistados que trabalharam na lavoura de café, que a parcela de moradores de Nova Friburgo, que saíram de municípios e áreas rurais do entorno à época do declínio da produção e venda da *commoditie* na região, em busca de melhores condições econômicas na chamada “cidade”, encontrando, sobretudo como oportunidade o trabalho nas indústrias friburguenses, é relativamente grande. Neste sentido, o êxodo rural foi favorecido por processos de declínio econômico da produção cafeeira e de ascensão de uma economia tipicamente urbana e industrial.

Como evidencia Carneiro et. all. (2010, p. 16)

“A lavoura do café foi a principal fonte de renda agrícola até os anos de 1930, quando o governo brasileiro exigiu a erradicação dos pés de café. Essa época é lembrada como de muita tristeza, por ter levado à falência vários produtores.”

Complementando a afirmação da autora, o entrevistado J.A. contribui ricamente para o entendimento do processo ao acrescentar que:

“Quando eu fui embora da roça, 99 % já tinha “rancado” o café e “botado” tudo em pasto. Na nossa região né? A região tinha tanto café, o estado do Rio, que Getúlio Vargas cismou de queimar o café pra dar preço, no exterior e aqui mesmo. Produzia tanto café que era vendido só no ano que vem, no mesmo ano não vendia porque o estoque era muito, tinha “tulha” pra guardar café.”

Haja vista o processo de desvalorização comercial do cultivo, muitos agricultores ainda seguiram cultivando o café como principal produto, ou ainda com fins de autoabastecimento. Nas roças de café, como historicamente sabemos o uso do fogo com fins de limpeza do terreno ou renovação do cafezal velho era uma prática comum e estimulada pelos costumes da época.

Portanto, em relação ao aprimoramento das técnicas adquiridas pelos colonos do século XIX na região, percebe-se no primeiro capítulo que os primeiros colonos perceberam os problemas oriundos do uso indiscriminado do fogo tanto para a abertura como para a “limpeza” do terreno, sendo esta prática contestada por alguns colonos agricultores mais recentes como o Sr. L.A., pai do Sr. J.A., pois o entrevistado menciona que *“Tinham colonos que queimavam, que não entendiam das coisas, mas papai não gostava não.”*

Aproximando-se muito deste relato, e possivelmente à mesma época (primeira metade do séc. XX), M.H.H. confirma o uso do fogo como ferramenta, porém, também o seu descontentamento, e de seu pai, com seu uso, possivelmente com fins agrícolas diretos, ao afirmar que:

“Meu pai só queimava, até muito pouco, quando era capim gordura, pra plantar feijão. Eu acompanhei só duas ou três queimadas na vida do meu pai. E quando ele “encoivarava” ele chamava a vizinhança toda pra tomar conta e não deixar o fogo alastrar na mata. Mas ele não gostava não. Não tem necessidade de queimar nada né?”

Nos relatos da Sra. H.S. e da Sra. M.H.H., constam indicações de práticas oriundas do entendimento do manejo de solo e substituição das práticas de queima, por práticas de aporte de biomassa. Em determinado momento da história de vida da entrevistada H.S. foi observado pela mesma que a roça manejada com o crescimento do capim em leiras entre o cultivo do café, apontava uma diferenciação nos padrões de manejo do cafezal, talvez, por perceberem os ainda chamados “colonos” que o uso indiscriminado do fogo fosse danoso ao solo ou ao cultivo em si, fazendo o uso, portanto do que atualmente chamamos de adubação verde.

A mesma percepção parece constar nos relatos de Sra. S.F., que diferentemente do modo como historicamente são produzidas as roças na

localidade de Macaé-de-Cima, as fez sem o uso do fogo, produzindo o inhame para subsistência e para a venda, ainda, aipim, milho e feijão. A entrevistada diz que decidiu não usar o fogo devido à legislação ambiental, trabalhando, portanto em capoeiras mais “finas”, “quebrando a palharia com o tempo”, e efetuando o plantio entre julho e outubro.

Neste sentido, e baseando-se em um comentário de Oliveira (2007, p.27):

“A transição cultural de uma sociedade rural se apresenta como uma decomposição da tradição, pois aquilo que se mostrava como fixo, coerente e estável se desloca pela experiência da dúvida e da incerteza.”

Porém, diferentemente do autor, que coloca a questão da incerteza acerca das práticas tradicionais, relacionando com as práticas vistas como mais modernas, ou recentes, percebemos nas falas dos entrevistados M.H.H., H.S. e J.A., que os elementos de suas culturas (ou da região) foram modificados por seus antepassados, talvez pela percepção acerca do poder destrutivo do uso indiscriminado do fogo. Porém, entendemos que neste caso, a “transmutação” das práticas não seguiu em nenhum sentido o que se levava em consideração como moderno, porém como o que era necessário.

Muito pelo contrário, a farta cobertura do solo com serapilheira parecia ser abominada tanto pelos cultivadores do café à época, como pelos colonos da região, que queimavam o excesso de folhagem acumulada. Assim, como continuou sendo desprezada na agricultura convencional, e até hoje se encontra à margem das tendências paisagísticas de origem e reprodução dos ambientes urbanizados.

Ainda na relação entre o tradicional e a evolução da policultura no município, é notável perceber o nível de aprimoramento das técnicas e conhecimento de determinados agricultores entrevistados. Além do tipo de cobertura feito pelo Sr. C.de A. com penas de aves, já ilustrada na figura 6. Em determinado momento da entrevista, M.H.H. afirma que em relação “As datas, por exemplo, alho, cebola é no dia de São José, 19 de Março.”, mesma afirmação que o Sr. J.A. havia feito em uma conversa informal. Neste sentido, percebe-se a

atuação do conhecimento tradicional, e até mesmo a importância do uso da simbologia religiosa na relação com a agricultura.

O mesmo Sr. J.A., por ser contrário ao uso do fogo em seu terreno, diferentemente da cultura local, caipira, de limpar as folhas e todo tipo de “lixo” orgânico através da combustão, busca lidar com a matéria vegetal de outra maneira:

“De 8 (oito) em 8 dias eu limpo as bananeiras e vou “amontoando” pra fazer adubo. E as árvores “muda” de folha, caem e eu não queimo nada, continua tudo ali. Têm tanta folha de bananeira no chão, que têm que “amontoar” em um lugar só. Normalmente no pé das bananeiras mesmo. A terra aqui está bem adubada mesmo, pretinha.”

Por fim, em relação à questão da conservação dos solos pelos agricultores entrevistados, mesmo compreendendo que nenhum dos terrenos cultivados está localizado nas principais áreas atingidas pelo megadesastre ambiental de janeiro de 2011, é relevante apontar que nenhum dos entrevistados mencionou quando perguntado sobre qualquer problema referente à erosão ou até mesmo perda de cobertura do solo em seus cultivos.

Tal fato se mostra interessante, pois mesmo que o principal eixo de destruição tenha sido a bacia hidrográfica do Rio Grande, em todo município foi relatado, sobretudo na madrugada do dia 13 de janeiro de 2011 uma quantidade anômala de chuva e de raios. De acordo com o CLIMANÁLISE - Boletim de Monitoramento e Análise Climática do INPE/CPTEC, Vol. 26, Número 01, 2011, p.13:

“Nos dias 11 e 12, a estação do INMET registrou 166 mm em Nova Friburgo-RJ, o que corresponde a mais que 70% do valor médio histórico para janeiro (232,1 mm).”

Ainda, foram detectados problemas de inundação e/ou erosão de solo em locais próximos aos terrenos cultivados, porém, como nos aponta M.H.H., “*Aqui nós tivemos deslizamentos de terra sem afetar residências. Ninguém perdeu nem galinha... Aqui no terreno, nada.*”.

Haja vista a apresentação das entrevistas e a análise das mesmas, na sua interrelação, reiteramos que as mesmas constituem-se como fundamentais para o

entendimento da evolução da agricultura de cunho policultural no recorte estudado, por evidenciarem a relação das práticas desenvolvidas atualmente, com o histórico de uso do solo e produção de alimentos no município pelos colonos helvéticos e alemães. Após esta apresentação do conteúdo das entrevistas e dos comentários produzidos, apresentaremos os resultados obtidos até o momento da presente pesquisa.

3.2. Resultados da Presente Pesquisa

Quando fazemos referência à localização dos terrenos/casos no território friburguense. Notadamente, dentre os cinco casos melhor analisados, três (Sr. J.A. e Sr. C.de A. e Sra. H.S.) estão localizados no distrito-sede do município, meio à infraestrutura urbana do principal eixo de urbanização da cidade distantes cerca de cinco quilômetros um do outro, ficando um dos exemplos (Sr. A.R.) localizado em um dos limites periurbanos desta área, cerca de dois quilômetros a montante da bacia de drenagem do Rio Cônego em relação ao terreno do Sr. C.de A.

Os exemplos apontados, que não se encontram no distrito-sede do município, são os da Sra. S.F., que reside na localidade de Macaé-de-Cima, localizada no distrito de Lumiar, e da Sra. M.H.H., que reside na localidade do Alto do Schuenck, pertencente ao distrito de Amparo, onde a economia baseia-se na agricultura familiar.

Podemos perceber que 4 entre 6 entrevistados usam a cobertura do solo com matéria orgânica a fim de “refrescar” e adubar o solo. Um total de 5 entre 6 cultivam espécies alimentícias em consórcio com arbustos e árvores, e 3 entre 6 agricultores levam em consideração para a produção do plantio ou podas o respeito ao calendário lunar ou às estações do ano.

Um número de 4 entre 6 dos entrevistados possuem descendência suíça ou alemã, apontando para uma continuidade das práticas agrícolas do passado com as atuais. Porém, por outro lado 2 entre 6, apesar de não possuírem a descendência direta, também cultivam de técnicas e práticas parecidas, evidenciando que talvez

pela questão da subsistência, colonos de diferentes origens tiveram de adaptar suas culturas para sobreviver no novo contexto.

Um total de 5 entre 6 entrevistados trabalharam em indústrias da cidade de Nova Friburgo em busca por melhores oportunidades de emprego, apontando motivações diferentes para o êxodo rural, porém normalmente por ordem econômica ou social para a busca por novas oportunidades, e não por verem o trabalho na lavoura como algo degradante ou extremamente pesado.

Todos os entrevistados (6/6), sem exceção, apontam o clima e solo de Nova Friburgo como sendo muito bons para o plantio. Neste sentido, apesar de diferenciações entre os microclimas e solos entre os locais de cultivos estudados, acreditamos que todos os entrevistados fizeram este tipo de apontamento por garantirem a efetividade de suas técnicas no contexto onde estão inseridos.

No que tange a obtenção de dados provenientes da análise das entrevistas, podemos afirmar que de um modo geral, a discussão acerca da não utilização do fogo, se mostrou evidente na fala dos entrevistados, haja vista que nenhum deles utiliza este recurso, e até mesmo fertilizantes químicos ou minerais com fins de adubação do solo. Portanto, é evidente tanto a capacidade de fertilização através dos subsídios locais, sobretudo a partir de galharias, acúmulo de folhagem, plantio e manejo de leguminosas, e seus diferentes modos de utilização. Quanto à percepção dos agricultores em relação à qualidade do solo e dos cultivos estabelecidos, mesmo sem o uso do fogo, e deparando-se com a resistência da cultura local, notadamente *caipira*.

De acordo com os dados coletados, e evidenciando o cumprimento dos objetivos específicos do presente trabalho, podemos afirmar que foi observada a importância da agricultura policultural, ou seja, do cultivo consorciado de espécies vegetais, nos casos estudados, tanto no que se refere à questão técnica de produção de alimentos e uso e conservação de solos, quanto em termos de produtividade efetiva, possibilitando complementariedade e subsistência alimentar, como evidenciado na história de vida da entrevistada Sra. S.F.

Referindo-se à relação da agricultura policultural atualmente presente em Nova Friburgo, com a história da agricultura e à própria formação do município, e de acordo com o que foram traçados como objeto, justificativa e questão norteadora da pesquisa, apesar do pouco número de entrevistados, acreditamos na relação cultural dos casos evidenciados no trabalho com o histórico de evolução da agricultura no município, uma vez que traços culturais evidenciados nas práticas atuais também são encontrados nos relatos históricos, tanto documentados como obtidos através das entrevistas.

Neste sentido, podemos dizer que os casos evidenciados, assim como, certamente, tantos outros não presentes na pesquisa, constituem-se de certa forma como heranças culturais de processos evolutivos na agricultura praticada no município, sobretudo no século XIX até meados do século XX, e que por questões políticas, econômicas e sociais foi sendo desvalorizada em detrimento da agricultura monocultural, quimificada e desconectada da realidade local.

Diante da importância ressaltada das práticas observadas nos diferentes casos analisados, é possível afirmar que os casos abordados contém em suas práticas, em diferentes níveis, o histórico da policultura no município. E mesmo que em sua maioria, encontrando-se na área urbana do mesmo, estes exemplos potencialmente podem auxiliar no processo de resgate deste tipo de prática no município, enquanto os agricultores presentes no “meio rural” de modo geral, não conseguem fazê-lo por imposição, sobretudo, do mercado.

Neste sentido, percebe-se a importância da revalorização e da manutenção e divulgação das práticas mais racionais de uso e conservação do solo, apresentadas, uma vez que os órgãos públicos parecem desconhecer este histórico de evolução e atual presença da policultura, principalmente em terrenos de “fundo de quintal”, espalhados pelo município.

A organização dos cultivos, técnicas e práticas adotadas nos casos observados nos remetem a práticas agrícolas pretéritas no município, sobretudo no meio urbano, cujos alguns exemplos se encontram aqui melhor analisados. Neste sentido, ressalto a importância da inserção do conteúdo da colonização e formação do município, com foco na questão da produção policultural, uma vez que, não

somente em Nova Friburgo, mas de modo geral, verifica-se uma demanda crescente por melhoria da qualidade de vida, nas cidades, bem como a necessidade de alimentar adequadamente uma população cada vez mais distanciada da produção de alimentos. É neste sentido que se percebe atualmente a oportunidade de que os espaços urbanos sejam (re) valorizados como áreas destinadas a uma produção de alimentos para autoconsumo e eventuais excedentes para comercialização, como diversas experiências com agricultura urbana ao redor do mundo têm demonstrado. A partir destas experiências, percebe-se o importante papel que a produção agrícola urbana pode representar na melhoria qualitativa da dieta das famílias envolvidas (soberania), aliado à (re) inserção social de populações marginalizadas, bem como melhorias nas condições ambientais urbanas. Cabe ressaltar que 4/6 dos entrevistados na presente pesquisa, pagam IPTU, não vivem majoritariamente da renda da terra, não possuem grandes extensões de terra (menos que 1/5 hectare, por exemplo), e normalmente exercem outras atividades com fins de remuneração, tendo a prática agrícola apenas como diversão e complementaridade alimentar. Os casos obtidos para além do distrito-sede servem para demonstrar que os processos evidenciados encontram-se na escala do município e não somente remanescentes aos quintais urbanos.

Haja vista a presença de habitantes no meio urbano que possuem alto nível de conhecimento acerca da produção de alimentos variados, utilizando os recursos locais existentes, e ao acesso cada vez mais fácil aos meios de comunicação, acreditamos que estes conhecimentos, associados à conhecimentos da *agroecologia*, da *agrofloresta*, *permacultura* e *agricultura biodinâmica*, podem favorecer a produção de sistemas de produção mais adequados à realidade dos agroecossistemas urbanos. Pois, como nos elucida Oliveira (2007 p.114);

“As novas ruralidades recuperam imagens do passado reconduzindo e adaptando as necessidades do presente daquilo que ainda se encontra retido na memória ou recuperando e refazendo a própria memória”.

Neste sentido, no que se refere ao melhor aproveitamento de resíduos orgânicos urbanos, e o seu uso com fins de fertilização, é necessário também mudar as percepções/conceitos da própria população no que tange ao uso de insumos orgânicos, afim de que a utilização de tecnologias de *vermicultura* com fins de transformação de resíduos orgânicos diversos como restos de alimentos e

fezes, vide o exemplo de sucesso da adoção deste tipo de política de governo em Rosário, Argentina (SPIAGGI, 2005), assim como o beneficiamento e utilização de urina, entre os outros dejetos humanos e urbanos possam ser utilizados sem nenhum tipo de preconceito, em detrimento dos insumos químicos e minerais cujo uso ainda encontra-se amplamente difundido mesmo na agricultura dita orgânica.

Por fim, destaca-se ainda a necessidade de desenvolver articulações entre os atores e agentes da agricultura policultural, afim de que haja conhecimento da diversidade e quantidade destes atores, possibilitando a formação de um movimento que justifique e pleiteie o apoio do poder público, com políticas e ações que visem a promoção deste tipo de agricultura no município com fins de melhorias socioambientais. Portanto, é fundamental ressaltar que a eficiência das iniciativas do poder público, neste sentido, é em muito potencializada quando se dá junto a iniciativas da sociedade mobilizada e organizada.

No que se refere aos futuros desdobramentos do presente trabalho, como o mesmo apresenta uma das ideias fundamentais, a questão da subsistência alimentar, sobretudo gerada devido às dificuldades de adaptação dos primeiros colonos suíços, acredito que ainda podemos utilizar futuramente para desdobramentos desta pesquisa, alguns temas da abordagem ecológico cultural de Steward (1955), como a análise da relação entre sistemas de subsistência e o ambiente; os padrões de comportamento associados a determinada tecnologia de subsistência; assim como verificar até que ponto os padrões de comportamento envolvidos em determinado sistema de subsistência afetam outros aspectos da cultura, no caso, dos colonos helvéticos inicialmente e atualmente, de modo parcial nos quintais produtivos.

Concluimos através da análise espacial das localidades visitadas e pesquisa histórica, que, não generalizando, a maioria dos agricultores presentes nas áreas ditas rurais, ou maior produtoras de alimentos no município, possuem uma relação com a produção de alimentos, com um viés muito comercial, utilizando-se de recursos em demasiado “artificiais” na busca pela constante e cada vez maior produtividade.

Cabe, portanto, aos ditos agricultores urbanos, muitos destes, vindos de áreas rurais da cidade e de municípios do entorno, a formação de arranjos produtivos cuja finalidade se dá basicamente por dois fatores: resgate cultural

através da (re) produção de sua própria cultura, na forma do plantio/criação animal, e também associado ao prazer do indivíduo em “lidar” com a agricultura. Outro fato apontado foi a obtenção de complementaridade e busca por uma soberania alimentar a partir dos cultivos obtidos. Fator este, muito associado à soberania, ou seja, à qualidade dos alimentos produzidos.

Ainda tratando do que tange à questão do resgate cultural, e como podemos observar nas histórias de vida dos senhores C.de A. e J.A., e Sra. H.S.:

“Significativa parcela das populações residentes nas periferias das grandes metrópoles brasileiras é oriunda dos intensivos processos de migração campo–cidade ocorridos nos últimos 40 anos. Ao se estabelecerem no meio urbano, as famílias de antigos agricultores se viram obrigadas a desenvolver modos de vida muito diferentes daqueles regulados pelos ciclos da natureza a que estavam habituadas.”

(MONTEIRO E MENDONÇA, 2004, p. 01)

Neste sentido, na busca por um relacionamento pretérito com a natureza e seus ciclos, reminiscências de suas vidas no campo, a prática agrícola em pequenos espaços, como os “fundos de quintais”, se mostra oportuna, com fins de resgate da memória e identidade destes chamados *agricultores policulturais*, que podem ser vistos como urbanos ou não.

Dentre os entrevistados, 4 entre 6 afirmam que trabalharam diretamente em cultivos de café, onde consorciavam a produção de alimentos com fins de subsistência ao plantio da *Rubiaceae*. Moreira *apud* Silva (2008, p. 34), ao dissertar sobre a produção de alimentos básicos dentro de agricultura de *commodities*, processo citado pelos agricultores J.A. e C.de A. e H.S., no caso do cultivo do café, ressalva que:

“Essa origem da produção de alimentos no interior da grande produção no Brasil levou a produção de alimentos a ser tratada como sendo uma produção de subsistência e os agricultores familiares a ela vinculados – moradores-parceiros – acima referidos e a pequena produção de alimentos realizada por produtores independentes, por posseiros etc. – a ser denominados de agricultores de subsistência. Dada tal origem e tal localização ideológica esses agricultores e seus herdeiros históricos – as atuais formas sociais de agricultura familiar no Brasil – são vistos na ideologia dominantes como incapazes do progresso econômico e social.”

(MOREIRA, 2003, p.130).

Porém, será que o são? Os exemplos dos agricultores analisados, na relação com as pessoas do entorno do seu terreno pode ser compreendido como progresso social, assim como o que o agricultor/filósofo Ernst Götsch demonstra a partir da *Agrofloresta* que é possível enriquecer tanto solos, florestas quanto obter renda econômica. Neste sentido, se estes exemplos são vistos pela ideologia dominante como incapazes do progresso econômico e social, podemos dizer que os parâmetros sobre o que é, ou mesmo o paradigma de progresso pelas classes dominantes, deve ser reformulado, haja vista o sucesso obtido e percebido nestes casos.

Portanto, novamente ressaltamos a relação dos casos estudados com a agricultura praticada pela miscigenação cultural dos colonos suíços e alemães com afrodescendentes e indígenas. De fato, devido à inutilização do fogo, sobretudo, podemos dizer que os casos evidenciados possuem maior relação com a história da evolução deste tipo de agricultura, já em um momento onde os agricultores percebiam que o uso direto do fogo não era necessariamente benéfico e necessário aos seus cultivos.

4. **Considerações Finais**

De acordo com os dados obtidos, fica evidente a importância da valorização e legitimação das práticas agrícolas evidenciadas na presente pesquisa, haja vista a desconexão existente atualmente no município e Região Serrana como um todo, na relação de produção de alimentos e sua geomorfologia, pedologia e clima, trazendo apenas estas dimensões como exemplo.

Mesmo que alguns casos analisados e ainda, os não presentes na pesquisa não apresentem relação direta com o histórico de formação e evolução da agricultura policultural no município, em todos os casos evidenciados são encontrados traços culturais de atividades agrícolas já desenvolvidas no município, e que em muitos aspectos assemelham-se em maior ou menor grau ao que atualmente reconhecem-se como arranjos agroecológicos.

Neste sentido, primeiramente, ressaltamos que a presença de traços culturais comuns pode evidenciar, tanto a possível origem comum da cultura dos entrevistados, quanto à percepção dos agricultores (e possivelmente seus antepassados) acerca da necessidade de transformação das práticas preexistentes, visando maior efetividade na produção de alimentos, a partir do estreitamento do homem do campo com o meio onde se insere.

Ainda, devido ao nível de aprimoramento de determinadas práticas observadas, por se aproximarem com o que atualmente reconhecemos como práticas agroecológicas, acreditamos na necessidade de maiores estudos tanto no âmbito da história, quanto da geografia, da antropologia e agroecologia, afim de obter maiores subsídios acerca da importância das práticas desenvolvidas, para a Região Serrana de modo geral, assim como a relação dos casos atuais com a história da colonização no município.

Apesar dos casos não possuírem reconhecimento e efetividade em termos de políticas públicas, acreditamos que os mesmos se apresentam como interessantes exemplos de uso racional do solo, em um município que sofre com a erosão e impermeabilização do mesmo, o que fica evidenciado nas enchentes e desmoronamentos ocasionados normalmente nos períodos chuvosos.

Portanto acreditamos na importância da difusão e estímulo a este tipo de uso de solo, sobretudo no meio urbano friburguense, tão afetado pelas históricas e constantes enchentes e mais recentemente por umas das maiores catástrofes climáticas já registradas no país.

Ainda, os casos estudados se apresentam, mesmo que não intencionalmente, como contrapontos à lógica do mercado. Ou seja, aos modelos mercadológicos de produção de alimentos, notadamente oriundos dos pacotes tecnológicos do que chamamos de *Revolução Verde*, uma vez que o uso de agroquímicos não foi evidenciado por nenhum entrevistado, e em contraponto, pelo interessante grau produtivo de alimentos em espaços tão reduzidos e normalmente adubados com os recursos locais.

Portanto, afim de que possamos analisar com maior cuidado os discursos acerca da dependência do homem do campo em relação aos insumos modernos e às práticas oriundas dos pacotes modernizantes, uma questão se mostra evidente: Mesmo tendo em mente o limite dos exemplos apresentados em relação à escala do município, será que os casos estudados podem ser usados como sugestão ao modelo imposto pelo mercado?

Neste sentido, podemos afirmar que pela interpretação dos dados das entrevistas e pela análise empírica da produtividade dos manejos, que há aplicabilidade de determinadas práticas, técnicas, “desenhos *permaculturais*” e conceitos utilizados nos casos analisados, à produção rural no município.

Porém, devido à necessidade de se estabelecer uma resposta que possua legitimidade no meio científico, tendo claros os limites da presente pesquisa como as análises das paisagens e das entrevistas só teremos a resolução para este tipo de indagação no momento em que pudermos produzir um estudo mais pragmático, com a obtenção de dados científicos, referentes ao solo, valor nutricional dos alimentos, sucessão ecológica, identificação de todas as espécies cultivadas etc...

Porém, ao menos no âmbito legal já podemos afirmar que aparentemente, no caso da transposição de determinadas técnicas observadas sobretudo de adubação de solo e adensamento de espécies em consórcios, para uma escala maior, de produção de alimentos, o sucesso seria efetivo, haja vista a presença de práticas evidenciadas na pesquisa, que constam na LEI Nº 10.831, DE 23 DE

DEZEMBRO DE 2003, de adequação à produção orgânica de alimentos, por exemplo.

Também fica explícita a importância da difusão da história agrícola do município, evidenciando a importância da miscigenação cultural e formação de um modelo de produção de alimentos de caráter policultural, em uma cidade onde o “Mito da Suíça Brasileira” ainda encontra-se muito presente no discurso político e mercadológico, e onde o cultivo monocultural é o *modus operandi* da parte majoritária dos agricultores.

Neste sentido, acreditamos que o reconhecimento de um processo evolutivo e diferenciado na agricultura da região, traçando paralelos com modelos valorizados de cultivos agroecológicos possa ajudar a combater o ainda constante êxodo rural, sobretudo da população mais jovem, e trazer a valorização e ressaltar a importância das práticas agrícolas, sobretudo em contexto onde a cultura recebe o cunho pejorativo de *caipira*.

Trago como indicação que este trabalho de resgate cultural e revalorização da cultura agrícola, sobretudo de base policultural, deverão ser estimulados também através da inserção do tema aqui apresentado, no currículo escolar das instituições de ensino do município, sobretudo nas disciplinas de história e geografia.

Devido a toda discussão apresentada no trabalho, evidencia-se também a importância de maior incorporação das práticas evidenciadas no ambiente agrícola comercial, haja vista os grandes problemas observados no município no que refere-se ao mal uso do solo e à quimificação dos recursos naturais e dos alimentos produzidos em Nova Friburgo, de modo geral.

Finalizando a presente pesquisa, acreditamos na relevância de que maiores pesquisas em outras áreas do conhecimento sejam produzidas a fim de que o tema e demais casos existentes possam ser estudados por outras óticas, contribuindo para o entendimento da evolução da agricultura policultural no município e enriquecendo assim o olhar sobre origem, estrutura e espacialização das práticas elucidadas.

5. Referências bibliográficas

AB'SABER, A. N. 2003. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê Editorial, São Paulo.

ADAMS, C. "As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: Uma Revisão". *Interciência* 25 (3): 143-150. (2000).

ALTIERI, M. A. **Agroecologia - A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 110

ALVES S. R.; OLIVEIRA-SILVA, J. J. **Avaliação de ambientes contaminados por agrotóxicos**. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Org.). *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora. Fiocruz; 2003. p. 137-156.

AQUINO, A.M de. **Agricultura urbana de Cuba: análise de alguns aspectos técnicos**. Série Documento N0 160, Embrapa Agrobiologia, 2002. 25 p.

AQUINO, A.M. & ASSIS, R.L. **Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia**. *Ambiente & Sociedade* 10: 137-50. 2007.

ARAÚJO, J.R. & MAYER, J.M. **Teia Serrana**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2000.

BARBOSA, V. **Meeiros de café: Gente e ocupação da zona proibida do Caparaó**. Editora Revan , Rio de Janeiro, 2009.

BERQUE, A. **Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. En *Paisagem, Tempo e Cultura*, ed. Z. Rosendahl y L. Corrêa, 84-91. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1988.

BERTOLINO, A. V. F. A.; BERTOLINO, L. C. **Agricultura migratória e seus efeitos sobre o solo**. *Agricultores e Território: Práticas e Saberes*. 1a ed. Rio de Janeiro: Trasso Comunicação, v. 1, p. 51-72, 2010.

BESSE, J. M. 2006. **A fisionomia da paisagem, de Alexander Von Humboldt a Paul Vidal de La Blache**. In: *Ver a Terra, seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia*, ed. J. Besse, 61-74. São Paulo: Perspectiva.

BRUECKNER, J.K.; FANSLER, D.A. **The economics of urban sprawl: Theory and evidence on the spatial sizes of cities**. *The Review of Economics and Statistics*, 1983.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDS/Embrapa, 2009.

CARLOS, A.F.A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec. 1996.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11, outubro de 1998.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.) **Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional**. In: Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores e território: práticas e saberes** / Maria José Carneiro, Ana Valéria Freire Allemão Bertolino, Luiz Carlos Bertolino. - Rio de Janeiro: Trasso Comunicação/CNPq/Faperj, 2010

CARNEIRO, Maria José. **Descendentes de suíços e alemães de nova Friburgo: de "colonos" a "jardineiros da natureza"**. In Gomes, Ângela de Castro (org). Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

CAZELLA, Ademir A. BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil** / - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORRÊA, Heloísa B.S. **Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930)**. Dissertação de mestrado em História (Niterói: UFF). 1985

CORRÊA, L. S. **As transformações no sistema colonial e suas repercussões: a colonização alemã na Bahia do século XIX**. In: XII coloquio internacional de geocrítica, 2012, bogotá/colômbia. XII coloquio internacional de geocrítica independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos xix-xx, 2012.

CORRÊA, M. J. B. **Histórias e Memória de Nova Friburgo**. Editora Universitária Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, R.G.. **Da “Suíça Brasileira” ao “Paraíso Capitalista”: A construção da hegemonia burguesa em Nova Friburgo**. 2010.

DE BRITTO PEREIRA, M.C.; MARTINS, A.L.B. **Impasses da modernidade e busca por novos modos de vida a partir da terra: história da agricultura orgânica em Nova Friburgo, RJ**. Revista de Geografia (Recife), v. 27, n. 3, p. 6-16, 2010.

DENEVAN, W.M. **Machados de pedra versus machados de metal: a ambiguidade da agricultura de coivara na amazônia pré-histórica.** *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 2, n. 2, p. 314-326, 2010.

DRUMMOND, J.A. **Devastação e preservação ambiental:** os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

ENGEL, V.L. **Sistemas Agroflorestais: Conceitos e Aplicações.** 1992. In: Seminário – Sistema Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável, 2003, Campo Grande. Anais... Campo Grande: Seminário – Sistema Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável, 2003. CD-ROM.

ERTHAL, R. **A dispersão dos Imigrantes Suíços e Alemães da Área Colonial de Nova Friburgo: Uma Abordagem Geográfica.** Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2000.

EWEL, J.J. **Natural systems as models for the design of sustainable systems of land use.** *Agroforestry Systems*, v.45, p.1-21, 1999.

FANTINILL, A. S. A. C. **Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina.** *Ciência Rural*, v. 37, n. 3, 2007.

FOSTER J.B. **Marx's ecology. Materialism and nature.** Nova York, Monthly Review Press. 1999.

FRANCISCO, Cristiane Nunes; ALMEIDA, Cláudia Maria de. **Orbital images interpretation by means of an expert system for land cover mapping in highlands.** *Sociedade & Natureza*, v. 24, n. 2, p. 283-302, 2012.

FRIDMAN, F. **De núcleos coloniais a vilas e cidades: Nova Friburgo e Petrópolis,** in Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, volume 2, 2001.

GOMES, M.A.F.; BARIZON, R.R.M. **Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011.** Embrapa Meio Ambiente, Documentos 98, 2014.

GONZÁLES NOVO, M.; MERZTHAL, G. Y. **Agricultura urbana orgânica: um esforço real em Havana.** *Revista de Agricultura Urbana. RUAF* (Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas). América Latina e Caribe. 2007. p. 4.

GÖTSCH, E. **Homem e natureza: cultura na agricultura.** Recife: Centro Sabiá, 2000.

GÖTSCH, E. **O renascer da agricultura.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 24 p. (Série Cadernos de TA, 17).

GRISEL, N.P; ASSIS, R.L. de. Dinâmica agrária da Região Sudoeste do município de Nova Friburgo e os atuais desafios de sua produção hortícola familiar. Documento 299. Seropédica:Embrapa Agrobiologia, 2015.

HANZI, M. 2000. **Polycultures in the Brazilian drylands: A new version of an old tradition**. Aridlands Newsletter, No. 48, November/December.

HAUSER, M. **Wild Minds** - Penguin Books, 2000.

HAUSSER, C. **A Migração como Processo Civilizatório: Pensamento Histórico e Reforma Social Durante o Período Imperial Brasileiro**. Cadernos de Estudos e Pesquisas / ano xi / nº 25, Cadernos de Estudos e Pesquisas, Universidade Salgado de Oliveira, 2007.

HOLZER, W. **Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico**. In Z. Rosendahl e R.L. Corrêa .(Org.) Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.p.149-168.

JACCOUD, Raphael Luiz Siqueira. **História, contos e lendas da velha Nova Friburgo**. Nova Friburgo,RJ, Edição independente, 2006.

JACCOUD, Raphael Luiz Siqueira. **Os colonos**. Editora Múltipla Cultura, 2001.

JOSE, S. **Agroforestry for ecosystem services and environmental benefits: an overview**. Agroforestry Systems, v.76, p.1-10, 2009.

JURT, J. **O Brasil: um Estado-nação a ser contruído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República**. Mana, v. 18, n. 3, p. 471-509, 2012.

KHATOUNIAN, C. A. **O quintal agroflorestal**. Agroecologia Hoje, ano 3, n.15, p.5-6, 2002.

LEFF, E. Capítulo 3 **A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos**. In: Ecologia, Capital e Cultura. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LEONEL, Mauro. **O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura**. Estudos Avançados, v. 14, n. 40, p. 231-250, 2000.

LORENZI H, BACHER L, LACERDA M, SARTORI S. **Brazilian Fruits & Cultivated Exotics**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda; 2006.

LOUSADA, G. **Presença Negra: uma nova abordagem da história de Nova Friburgo**. Niterói: EDUFF, 1991.

LOZADA, Gioconda. **Presença Negra: uma nova abordagem da história de Nova Friburgo**. Universidade Federal Fluminense, EDUFF, Editora Universitária, 1991.

MASSEY, D. (1991) **Um sentido global do lugar**. In: Arantes, O. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MAYER, J. M. **Raízes e Crise do Mundo Caipira: O Caso de Nova Friburgo**. Tese (Doutorado). Niterói: Programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2003.

MAZOYER M; ROUDART L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Mc DICKEN, K. G. & VERGARA, N. T. **Agroforestry: classification and management**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1995.

METZGER, J. **O que é ecologia de paisagens?** Biota Neotrópica 1. 2001.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. **Quintais na Cidade: a experiência de moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro**. Agriculturas – Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 29-31, 2004.

MOREIRA, C. J. et al. **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ** – Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

MÜLLER, A. L. – Joseph Hecht. **A Imigração Suíça no Brasil 1819-1823 (descrito por um participante)**. Independente, 1ª edição, 2009.

MUNARI, L. C. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local**. 2009.

NICOULIN, M. **La genèse de Nova Friburgo**. 5a ed., Fribourg, Éditions Universitaires. Fribourg, 1988.

OLIVEIRA, F. L. de, et.al. **Plantio direto do inhame na palhada de aveia preta e cultivo consorciado com Crotalaria juncea**. Comunicado técnico, 78. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005.

OLIVEIRA, V. P. **Repensando o Rural sob o Prisma das Urbanidades, em Nova Friburgo, RJ**. – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado, UFF – 2007.

PEIXOTO, A.L. & SILVA, I.M. (Org.) **Saberes e usos de plantas: legados de atividades humanas no Rio de Janeiro** (Rio de Janeiro: Editora PUCRJ, 2011), 228 p.

PENEIREIRO, F. M. **Fundamentos da agrofloresta sucessional**. II Simpósio sobre Agrofloresta Sucessionais. Embrapa/Petrobrás. Sergipe, 2003.

PENEIREIRO, F. M. **Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: Um estudo de caso.** MSc. Thesis, University of São Paulo, Piracicaba. 1999.

PERES F et al. **Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo.** Rio de Janeiro, Brasil, 2004.

PERES F, MOREIRA J.C. **Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um pólo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil,** 2007.

PEREZ-VAZQUEZ, A, ANDERSON S, ROGERS AW: **Assessing benefits from allotments as a component of urban agriculture in England.** In Agropolis: the social political and environmental dimensions of urban agriculture. Edited by: Mouget LJA. London: Earthscan and IDRC; 2005:239-266.

POSEY, D. A. **Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapo Indians of the Brazilian Amazon.** Agroforestry Systems, v. 3, n. 2, p. 139-158, 1985.

PREMAT A. 2005. **Moving between the Plant and the Ground: Shifting Perspectives on urban Agriculture in Havana, Cuba.** In JA Mougeot (ed) 2005. AGROPOLIS: The Social, Political and Environmental Dimensions of Urban Agriculture. London: Earthscan.

QUIJANO, A. 2000. **Colonialidad Del Poder, Eurocentrismo Y América Latina.** Em Lander,E (compilador). La Colonialidad Del Saber – eurocentrismo Y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas. (Buenos Aires: Clacso-Unesco).

RANGEL, C.de F.; ROSA, A.C.S.; SARCINELLI, P.de N. **Uso de agrotóxicos e suas implicações na exposição ocupacional e contaminação ambiental.** Caderno saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, 2011.

RICOEUR, P. 1985. **Temps et récit le temps raconté.** Paris, Seuil.

ROZEMBERG, B e GOMES, A. A .**Condições de vida e saúde mental na zona rural de Nova Friburgo – RJ** ,1999.

RUA, J. **Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis – Nova Friburgo.** In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, I. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 1 CD-ROM, 2005.

RUA, J. **Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades.** In: RUA, João (Org.). Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

RUA, J. **Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades.** In: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev., 2006.

RUA, J. **Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro**. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (Org.). Estudos de geografia fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SANSOLO, D.G. **Significados da paisagem como categoria de análise geográfica**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 7. Anais. Niterói (RJ): UFF, 2007.

SANTOS, M. [1996]. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. Ed 7ª reimpressão, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978, 236 p.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração, colonização e estrutura agrária. Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 69-150, 2004.

SILVA, C. M. A. **Relações de trabalho no espaço rural friburguense: pluriatividade e complexificação das relações sociais de produção**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, J. C. **Alto Curso do Rio Macaé: Conhecimento, Resgate de Valor e Conservação**. Trabalho Final Curso de Especialização em Análise e Avaliação Ambiental. Pontifícia Universidade Católica - PUC-RIO, 2003.

SMIT, J. **Agricultura Urbana y Biodiversidad**. *Revista Agricultura Urbana, Quito*, n. 1, p. 11-12, 2001.

SMITH, N. **Toward a theory of gentrification a back to the city movement by capital, not people**. *Journal of the American Planning Association*, v. 45, n. 4, p. 538-548, 1979.

SOFFIATTI, A.: **‘Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história’**. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. IV(2): 309-327, jul.-out. 1997.

SPIAGGI, E. (2005). **“Urban Agriculture and Local Sustainable Development in Rosario, Argentina: Integration of Economic, Social, Technical and Environmental Variables”**. En *Agropolis: The Social, Political and Environmental Dimensions of Urban Agriculture*, Luc J. A. Mougeot (Editor): 187. Londres Inglaterra: International Development Research Centre.

STEWART, J. H. Capítulo 2 **“The concept and Method of Cultural Ecology”**. In: *Theory of Culture Change: the methodology of multilinear Evolution*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press. Originally published in 1955.

STEWART, J. H... Capítulo 1 “**Multilinear Evolution: evolution and process**”. In: Theory of Culture Change: the methodology of multilinear Evolution. Urbana and Chicago: University of Illinois Press. Stewart, Julian. H. 1972. Originally published in 1955.

TOLEDO, V. M. & GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza**, 2004. 23p. (Disponível em www.pronaf.gov.br).

WAAL, F. & TYACK, P. **Animal Social Complexity** - Harvard University Press, 2003.

YOUNG, A. **Agroforestry for soil conservation**. Wallingford: CAB International, 1991, 275p. (ICRAF Science and Practice of Agroforestry, n.4).

Webgrafia

<http://agendagotsch.com>

<http://envolverde.com.br/ambiente/agricultura> 18/07/2011

<http://m.oglobo.globo.co/mundo> 22/12/2014

http://www.agenda21comperj.com.br/diagnosticos/resultado?tid%5B%5D=342&tid_1=369

<http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/semendo-agroecologia-nas-cidades/agricultura-urbana-ecologica-cuba>

<http://www.clubedejardinagem.com.br/index.php/jardinagem-paisagismo/32-o-jardim-egito-babilonia-persia-grecia-e-roma-antigas>

<http://www.ecodebate.com.br2014/02/26>

<http://www.jardimdeflores.com.br/paisagismo/a05daniel.htm> : Uma viagem pela história dos jardins, Daniel Camara Barcelos.

<http://www.livinghistoryfarm.org>

<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-L-Schramm.pdf>

Iñame, igrname, yame: a festa do inhame, Janaína Botelho.
<http://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/iname-igrname-yame-a-festa-do-inhame>

The Dangers of Overselling Evolution; Forbes magazine. Philip Skell,
 23/02/2009.

Periódicos e Revistas

Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola - ASPA, Estado do Rio de Janeiro, 2014. SISTEMA AGROGEO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro– EMATER – RIO/CPLAN/NIDOC. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Bom Jardim-RJ, 2013.

CLIMANÁLISE - Boletim de Monitoramento E Análise Climática do INPE/CPTEC, Vol. 26, No 01, 2011, p.13.

Journal du Jura – 12/8/1820, p. 224

Journal du Jura – 3/6/1820, p. 164

6. Anexos

Entrevistas com os agricultores analisados

6.1.

Entrevista com J. A., morador do distrito-sede de Nova Friburgo, feita em Julho de 2013.

Desde pequeno sempre tive relação direta com o terreno do meu avô, Sr. J.A. Foi ali que tive minha primeira experiência com a agricultura, ainda na pequena infância, e de onde pude retornar a este tipo de prática tão incentivada quando pequeno, pelo meu avô, e que durante toda minha juventude abandonei, voltando a ter contato com este conhecimento já na fase adulta.

O terreno manejado pelo Sr. J.A. possui cerca de 1600m² e localiza-se no distrito sede do município, como podemos observar no Mapa dos Distritos de Nova Friburgo.

Portanto, em nível de exposição do quanto encontra-se permeado pela infraestrutura urbana o chamado “terreno”, o mesmo está localizado no principal eixo de urbanização da cidade, sendo este o 1 ° Distrito da cidade, onde praticamente abrange toda a bacia hidrográfica do Rio Bengalas.

1) Quando e onde o senhor nasceu?

- Eu nasci no dia 06 de abril de 1936 na Fazenda Ribeirão Dourado região de Cordeiro-RJ.

2) Qual a origem dos seus familiares?

- Meu pai é de origem italiana, família “A” e minha mãe de origem portuguesa, família Barros.

3) Sabe quando chegaram ao Brasil?

- Não sei. Vovô e vovó da parte do meu pai nasceram lá (na Itália) e vieram de navio. Da parte da minha mãe era família Barros, portugueses. Àquela época, “exportava” muita gente de lá pra trabalhar. Precisava de gente pra trabalhar e não tinha.

4) Seus parentes tiveram contato com os colonos suíços e alemães?

- Quando eles vieram do estrangeiro pro Brasil, vieram muito italiano, suíço... Os suíços ficaram em Friburgo... espanhol, português.... Ribeirão ficou com muito italiano que precisava na lavoura de café.... Espanhol também é muito trabalhador.... Ficou muito “crioulo” perdido nas fazendas porque eles “gostavam” de ser empregados, de um e de outro, preferiam ser empregados de colono. Empregados de fazendeiros, só aqueles que tratavam de cavalo, boi....

5) Como os colonos pagavam os negros?

- Tinha a tabela, o dia de trabalho era um e trezentos, um e quinhentos... Uma prata de “um real”. Vovô tinha dinheiro, quando morreu deixou 60 contos de réis, um dinheiro que dava pra comprar 150 alqueires de terra, 400 mil réis o alqueire. Mas naquele tempo só podia deixar no nome de um, e ele deixou no nome do caçula, e ele não dividiu não. Deu uma briga danada!

6) Como era conhecida a região onde o senhor nasceu?

- Eu nasci na fazenda Ribeirão Dourado. “Tá” lá ainda.

7) Como era a população da região? (etnia, economia...)

- Colono, muito colono, de origem misturada. O mais era português, italiano, espanhol. “Preto” era só empregado, servia pra trabalhar de enxada aqui e ali. Coitados né? O pessoal plantava milho, feijão, arroz, batata, café, pra viver. Naquele tempo tinha muito café nas fazendas.

8) As classes econômicas e etnias se misturavam?

- Não discriminava não. Mas fazendeiro ainda batia nos empregados, nos negros, nos colonos “entendidos” não. Nos campos de futebol “se” reuniam, todo domingo tinha jogo, fazia casado contra solteiro, time de uma fazenda jogava com de outra fazenda. Mas não era qualquer filho de fazendeiro que jogava futebol com a gente não.

9) Como foi o seu primeiro contato com a agricultura?

- Eu fui nascido e criado na “roça”, meus pais nasceram lá. Com 10 (dez) anos de idade eu já trabalhava na “roça”.

10) Como era o plantio? O que plantavam?

- Plantávamos milho, feijão, arroz, inhame chinês, abóbora....

11) E como era a alimentação?

- Não comprávamos nada, tudo era plantado. Comíamos banana d’água, jaborandí, mexerica do mato. A manga, na época, dizia-se que matava a pessoa.

12) O senhor chegou a trabalhar na lavoura de café? Se sim, o que plantavam junto?

- Já, já trabalhei. Eu entendo muito de plantação de café também, mas quando eu fui embora da roça, 99 por cento já tinha ``rancado`` o café e ``botado`` tudo em pasto. Na nossa região né? A região tinha tanto café, o estado do Rio, que Getúlio Vargas cismou de queimar o café pra dar preço, no exterior e aqui mesmo. Produzia tanto café que era vendido só no ano que vem, no mesmo ano não vendia porque o estoque era muito, tinha ``tulha`` pra guardar café. Tulha são aqueles quartos grandes, tipo senzala.

Podia plantar milho em carreira junto, podia plantar inhame também. O café, ``dava`` uma parte pro fazendeiro, o milho e o feijão também, mas era uma porcentagem pouca. Era muita vantagem pro colono, porque enchia a tulha e a fazenda não conseguia mais armazenar.

13) Porquê veio pra cidade (Nova Friburgo) ?

- A fazenda não queria mais ``colono``, eu tinha vinte anos quando saí de lá. Fui morar em Cordeiro um tempo e depois vim para Friburgo.

14) as vocês foram expulsos?

- Não, não. Tinha fazendeiro da região que derrubou casa de ``colono``, mas na fazenda que eu morava derrubaram depois que já tínhamos ido embora. Se meu pai ``levasse`` pra justiça, tinha direito a um pedaço de terra, mas ficava feio né? O dono da fazenda era padrinho de casamento do meu pai e meu padrinho de batismo.

15) E no que o senhor trabalhou na cidade?

- Primeiro em uma leiteria, depois na fábrica Filó e depois na fábrica de Rendas (ARP).

16) Como era o trabalho na indústria dos alemães?

- Dentro da fábrica? Serviços gerais, eles ensinavam trabalhar em uma máquina e outra, nunca na mesma máquina. Se quiser aprender a trabalhar, trabalha pra

alemão. Eles eram legais, mas não aceitavam sair da sua máquina pra conversar com outro, senão eles vinham perguntar o que estávamos conversando. Alemão é durão, não gosta que brinca....

17) Como começou a história do “terreno”?

- O terreno estava abandonado atrás de casa. Eu cerquei e comecei a plantar e hoje têm essas frutas todas.

18) Quantos anos já têm este plantio?

-Eu planto aqui no terreno já têm uns 40 (quarenta) anos.

19) E como o senhor começou o plantio?

- O terreno era um “cascalho”, só barro vermelho e cascalho. Tinham animais que pastavam e eu nunca queimei nada. Criava árvores e às vezes cortava pra fazer “esterco”.

20) Esse plantio do terreno era diferente do plantio na “roça”?

- Não, a mesma coisa.

21) Mas na roça também não “queimavam”?

- Não. Tinham colonos que queimavam, que não “entendiam das coisas”, mas papai não gostava não. O problema na roça era que os fazendeiros não faziam reunião com os colonos, dizendo que não era pra “queimar”. Tanto que hoje em dia não pode não.

22) Porque o senhor começou a plantar no terreno?

- Porque eu gosto de fazer plantação. Já criei porco também, mas por causa da saúde pública parei. Tá certo né?

23) Conheceu outras pessoas que fizeram plantio em um terreno na cidade como o senhor?

-Não, conheci muita pessoa da roça que foi para o Rio de Janeiro mesmo, para Cordeiro....

24) Não conhece ninguém que possua um “terreninho” parecido com o seu então?

- Este ficou especialmente pra mim. A sorte reservou!

25) E como é a sua relação, e do terreno com o entorno?

- Eu me dou bem com todo mundo. Mesmo que o vizinho faça alguma coisa que não agrada, deixe ele bem. Eles vêm pegar “ervas” pra fazer remédio, eu vejo se têm no momento e digo: - Por sua conta; eu não digo a dosagem a ser tomada, por mais que saiba às vezes, porque pode dar problema.

O pessoal da fábrica (pequena fábrica de cintos de couro anexa ao terreno), pega bastante fruta também: Ameixa amarela, abacate, jaboticaba, maracujá doce, chuchú, pitanga, acerola.....

26) Você plantou tudo ou os animais ajudaram também?

- Passarinho trouxe muita semente, por exemplo a ameixa, o maracujá doce (da mata) e o pêssego. Eu plantei a condessa, jaboticaba, acerola, bananeiras, araçá, as mangueiras...

27) Quais as ferramentas o senhor utiliza?

- Foice, enxada, cacumbú (enxada) e facão.

28) O que o senhor leva em consideração para fazer um plantio?

- O tipo de ferramenta, forma do terreno, quarto (fase) da lua, temperatura (estação do ano) e o período chuvoso. Porque no interior o pessoal acompanhava muito isso, o sertanejo. Porque não tinha previsão do tempo, mas eles sabiam. Minha mãe dizia quando ia chover e chovia mesmo.

29) No “megaevento” de 2011, aconteceu alguma coisa com o terreno?

- Nada, a terra continuou coberta.

30) O que o senhor acha importante para a manutenção do terreno?

- De 8 (oito) em 8 dias eu limpo as folhas das bananeiras e vou “amontoando” pra fazer adubo. E as árvores “muda” de folha, caem e eu não queimo nada, continua tudo ali.

Têm tanta folha de bananeira no chão, que têm que “amontoar” em um lugar só. Normalmente no pé das bananeiras mesmo. A terra aqui está bem adubada mesmo, pretinha.

31) Em relação ao plantio em Friburgo (qualidade das terras, clima) o que o senhor acha?

- Friburgo é muito bom pra uva, lima, caqui.. Deveria ter mais incentivo para essas plantações. É uma pena...

32) O que o senhor mais colhe aqui?

- A fruta que mais colho é banana, “cachos” de mais de 30kg (trinta quilos). Depois a acerola, limão galego, pêssago, maracujá (mas as maritacas e o empregados levam tudo!). É a defesa da maritaca, falta comida.

33) O que já colheu bastante, mas hoje em dia por causa da “sombra” não consegue mais plantar?

- Milho, feijão, abóbora, porque hoje têm muita árvore e muita sombra.

34) E quais animais silvestres o senhor mais vê no terreno?

- De aves têm o jacú, maritaca, juriti, coruja, saracura, canários, sabiás, gavião, rolinhas (espécie não nativa). Mamíferos têm as gambás, morcegos (frugívoros).. De insetos, os besouros, cigarra, abelha mangangá, também abelhas “cachorra”, “europa” e africana. Também outros animais na época do calor, a cobra vidro, cobra-cega, também a cobra jararaca que é venenosa.

6.2.

Entrevista com C.de A., morador do distrito-sede de Nova Friburgo, feita em Abril de 2015.

Sr. C.de A., pedreiro de profissão e agricultor urbano por hobby, possui um dos cultivos mais produtivos entre os demais casos abordados, cultivando vegetais e criando animais com fins de complementaridade alimentar, em seu terreno de cerca de 6000m².

1) Quando e onde o senhor nasceu?

- Em 1946, Bom Jardim-RJ.

2) Qual a origem dos seus familiares?

- Suíços.

3) Sabe quando chegaram ao Brasil?

- Foi descendência já.

4) Como era conhecida a região onde o senhor nasceu?

- Barra Alegre.

5) Como era a população da região? (etnia, economia...)

- Na minha época de novo, 14, 15 anos, lá “era café” (colonos). Tudo claro, preto só apareceu uma vez lá, ficamos todos admirados!

6) As classes econômicas e etnias se misturavam?

- Nós “era” colono, plantávamos às “terça”. Dávamos 30% pro patrão. Café era “meia”.

7) Como foi o seu primeiro contato com a agricultura?

- Desde criança.

8) Como era o plantio? O que plantavam?

- Era café, milho, feijão... Não tinha nada de variedade, era só “coisa bruta”. Era mais pro consumo.

9) E como era a alimentação?

- Angú, aipim, feijão... “vez em quando” arroz, ”vez em quando” mulato velho (peixe), carne de porco.

10) O senhor chegou a trabalhar na lavoura de café? Se sim, o que plantavam junto?

- Café era 4x4 (metros). No meio das carreiras plantávamos aipim, feijão, coisas variadas...

11) E porquê veio pra cidade (Nova Friburgo) ?

- Foi ficando “espaço curto”. A gente veio procurar emprego, a lavoura não dava dinheiro. Vim em setenta (1970).

12) E no que o senhor trabalhou na cidade?

- Colégio Nossa Senhora das Graças, serviços gerais. Agora, têm 37 anos que eu trabalho de pedreiro... e lavrador!

13) Como começou a história do “terreno”?

- Foi o seguinte... Tava com um terreno arrendado lá em Vargem Alta (zona rural). Aí o sogro do meu filho (Sr. João Baroneck) morreu, aí eu arrendei isso aqui.

14) Quantos anos já têm este plantio?

- Têm 10 anos comigo. Mas “Seu” João já plantava aqui. Plantou cinquenta e poucos anos, sem usar fogo. Plantava um “quadrim” de milho, “quadrim” de feijão.

15) E como o senhor começou o plantio?

- Fui limpando, fui fazendo, e hoje chegou no que tá!

16) Esse plantio do terreno era diferente do plantio na “roça”?

- Sim.

17) Mas na roça também não “queimavam”?

- Não. Fazia queimada só pra derrubar mata e plantar milho. Depois da queimada da mata, aí não queimava mais. Plantava milho e depois o feijão.

18) Porque o senhor começou a plantar no terreno?

- Porque não tinha outro lugar antes de vir pra cá. Foi criado “por acauso”. É uma lembrança (da roça), brincadeira.

19) Conheceu outras pessoas que fizeram plantio em um terreno na cidade como o senhor?

- Não, aqui dentro da cidade é difícil, só no interior.

20) E como é a sua relação, e do terreno com o entorno?

- Muito boa! Alimento, uma coisa ou outra eu vendo...(cerca de 4 pessoas entraram no terreno no decorrer da entrevista).

21) Mas nunca houve furto?

Eles “me respeita”. Coisa melhor que têm, o respeito. Você respeita todo mundo, e todo mundo te respeita. Muito bom...

22) Você plantou tudo ou os animais ajudaram também?

- Não, a gente plantou. Animal só a erva-de-passarinho nos pés de laranja.

23) Quais as ferramentas o senhor utiliza?

- Enxada, foice, “anchinho” (ancinho)

24) O que o senhor leva em consideração para fazer um plantio?

- Produzir.... uso muito adubo orgânico. Esterco de vaca, esterco de galinha.

25) No “megaevento” de 2011, aconteceu alguma coisa com o terreno?

- Aqui foi pouco, só caiu uma barreirinha aqui no entorno, no alto. Lado de cá, essa área aqui (plantio), não deu nada.

26) O que o senhor acha importante para a manutenção do terreno?

- Cuidado.

27) Em relação ao plantio em Friburgo (qualidade das terras, clima) o que o senhor acha?

- Bom. Pra hortaliça é muito bom...

28) O que o senhor mais colhe aqui?

- Aipim, bananas (prata, maçã e d’água), alface, cebolinha, couve...

29) E o que já colheu bastante, mas hoje em dia não consegue mais plantar?

- Nada. Raridade (diferente) aqui é a graviola, que não dá em clima frio e esse ano colhi mais de trinta! Dá três vezes por ano!

30) E quais animais silvestres o senhor mais vê no terreno?

- Jacú....têm muito... Pomba mineira, que não tinha de primeira.... Gavião muito pouco.

31) O que você acha sobre o uso do fogo no plantio? Porque não o usa?

- É porque o solo fica seco né? A terra têm que ter muita umidade pra dar o produto. Se você a seca, acaba o esterco da terra.

6.3.**Entrevista com a. r., pequeno produtor familiar da área urbana de Nova Friburgo, feita em março de 2015**

O Sr. A.R. é proprietário de um pequeno terreno (cerca de 3000m²), cuja particularidade entre os demais é que a renda obtida pelo agricultor vêm da produção oriunda do terreno, principalmente ovos de galinha e de pato.

Apesar de reconhecer que não tem mais tempo e energia para cultivar hortaliças sobretudo, O Sr. A.R. admite que possui interessante renda a partir da venda de ovos de galinha e pato, cujos, orgulha-se nunca alimenta-los com ração, e somente com o milho e couve cultivados.

1) Quando e onde o senhor nasceu?

- Em Friburgo, 1951 aqui no Cascatinha (Bairro do distrito-sede). Sempre morei em sítio.

2) Qual a origem dos seus familiares?

- De Friburgo. (Não sabe a ascendência de sua família)

3) Seus parentes tiveram contato com os colonos suíços e alemães?

- Sempre viveram da lavoura, devem ter tido.

4) As classes econômicas e etnias se misturaram no decorrer do tempo aqui pela redondeza?

- Muita gente veio do Rio (de Janeiro) pra cá. As lavouras acabaram, ninguém quer mais viver da roça. Os que ainda vivem da terra, muitos viraram jardineiros...

5) Como foi o seu primeiro contato com a agricultura?

- Sempre mexi. Já criei boi, trabalhei com criação.... E com lavoura né?

6) Como era o plantio? O que plantavam?

- Meus parentes (mais antigos) faziam plantio grande, eram lavoureiros. Isso aí (terreno) não é nada né?

7) E no que o senhor trabalhou na cidade?

- Não, nunca ocupei emprego não. Sempre trabalhei assim (“na roça”), pois tinnha muita despesa, filho pra criar.

8) Como começou a história do “terreno”?

- Era tudo mato (capoeira). Rocei e plantei.

9) Quantos anos já têm este plantio?

- Seis anos.

10) Porque o senhor começou a plantar no terreno?

- Mais pra “limpar” o terreno (não-regularizado, onde já havia a residência), por causa de bicho. De cobra, rato, ouriço...

11) Conheceu outras pessoas que fizeram plantio em um terreno na cidade como o senhor?

-Têm um velho lá em cima que têm um sítio. “Seu Antônio”. Bom, o sítio dele é grandão.

12) Não conhece ninguém que possua um “terreninho” parecido com o seu então?

- Conheço o “Seu Antônio”. (Segundo o entrevistado, ele também conhece o Sr. C.de A. do bairro do Cônego).

13) Você plantou tudo ou os animais ajudaram também?

- Não tenho visto não. (em conversa posterior à entrevista, o agricultor afirmou que a presença de jacús estava sendo mais constante)

14) Quais as ferramentas o senhor utiliza?

- Facão, enxada, enxadão e foice.

15) O que o senhor leva em consideração para fazer um plantio?

- As luas, as estações.... Crescente; a melhor lua pra lavoura!

16) No “megaevento” de 2011, aconteceu alguma coisa com o terreno?

- Tiveram problemas nos vizinhos, no terreno aqui não. (Porém, o agricultor me leva até a margem da propriedade dele para com o rio, me indicando que teve de desassorear bastante sedimento vindo de um afluente do Rio Cônego)

17) O que o senhor acha importante para a manutenção do terreno?

- Usar esterco (apontando para o esterco de pato junto com esterco de galinha). O que segura a lavoura é o esterco.

18) Em relação ao plantio em Friburgo (qualidade das terras, clima) o que o senhor acha?

- Friburgo pode plantar o que quiser que tudo que plantar dá! Friburgo é uma região de fartura, de lavoura...

19) O que o senhor mais colhe aqui?

- Milho, couve, mandioca... (mas também existe plantio de batata-doce e cebolinha em menor escala no terreno)

20) E quais animais silvestres o senhor mais vê no terreno?

- Ouriço, gambá, jacú (aumentou muito)

21) O que você acha sobre o uso do fogo no plantio? Porque não o usa?

Se você colocar fogo, meu amigo... acabou a terra. Porque quando você roça um capoeirão e bota fogo, isso cozinha a terra. Mata as iscas. Outra coisa, se tirar o mato, a chuva traz a lama toda. Um senhor aqui botava fogo anualmente no pasto, até que não conseguiu nascer nem mais capim.

6.4.**Entrevista com H.S., moradora do bairro Cônego, feita em Dezembro de 2015.**

A entrevistada chamou a atenção para a pesquisa devido ao tamanho de sua área de cultivo e relação com o entorno. À primeira vista é possível observar pés de couve à altura do olhar do pedestre. A moradora também possui uma pequena estufa em seu quintal, para o cultivo de orquídeas e outras espécies paisagísticas.

1) Quando e onde a senhora nasceu?

- Barra Alegre (distrito de Bom Jardim), em 31/01/1954.

2) Qual a origem dos seus familiares?

- Acho que é suíço e alemão.

3) Sabe quando chegaram ao Brasil?

- Não sei não.

4) Seus parentes tiveram contato com os colonos suíços e alemães?

- Acho que sim. O meu avô era dono de fazenda, chegou a ter escravo. Ainda tenho primos lá ainda.

5) Como era conhecida a região onde o senhor nasceu?

- Barra Alegre, Perto do Raul Emerick. Na Fazenda Santa Rita.

6) Como era a população da região? (etnia, economia...)

- Têm muito suíço, maioria tudo brancão. Tinha muita lavoura de café, agora diversificou.

7) Como foi o seu primeiro contato com a agricultura?

- O meu pai tinha recebido herança do meu avô, aí ele tinha um armazém, mas começou a vender fiado e acabou. Aí eu e minha irmã ficamos com ele na lavoura. Plantávamos tomate, quiabo, pimentão, aipim, inhame.... Com agrotóxicos...

8) Como era o plantio? O que plantavam?

- Plantávamos separados (monoculturas) – doávamos o terço.

9) E como era a alimentação?

- Tudo da roça. Porco, galinha, conservados na gordura. Não tinha pão, era inhame, aipim, não tinha farinha. Éramos 10 irmãos.

10) O senhor chegou a trabalhar na lavoura de café?

- Não, o pessoal já estava arrancando.

11) E porquê veio pra cidade (Nova Friburgo) ?

- Aconteceu um acidente com meu pai, então tivemos que vir embora...

12) E no que o senhor trabalhou na cidade?

- Com plantio de flor no Sítio São Luiz (localidade), depois na Fábrica Filó. Trabalhei também em casa de família, mas fui muito mal tratada...

13) Como era o trabalho na indústria dos alemães (Filó)?

- Preferia a roça do que a fábrica...

14) Como começou a história do ``terreno``?

- Isso eu comecei a plantar pra às vezes na hora do almoço ter algo mais fresquinho....

15) Quantos anos já têm este plantio?

- Deve ter um ano e pouco.

16) E como o senhor começou o plantio?

- Tinha só gramado e um pé de coqueiro que tiramos....

17) Esse plantio do terreno era diferente do plantio na ``roça``?

- Lembra um pouco da roça. Descansa a cabeça.

18) Na roça vocês ``queimavam`` pra plantar?

- Teve uma época, quando eu era mais nova, que botava (fogo)... depois teve uma época que deixavam as leiras de capim pra plantar batata-doce.

19) Conheceu outras pessoas que fizeram plantio em um terreno na cidade como o senhor?

- Conheço a Sra.Romilda. Mas têm mais gente ali no Sítio São Luiz.

20) E como é a sua relação, e do terreno com o entorno?

- Tenho boa relação. Eles vêm pedir muda, trazem uma coisa ou outra...

21) O que o senhor leva em consideração para fazer um plantio?

- Mais mesmo a terá, se é forte ou não. Coloco casca de batata...boto pra fazer composto e jogo.

22) Em relação ao plantio em Friburgo (qualidade das terras, clima) o que o senhor acha?

- Ah, é bom...

23) O que o senhor mais colhe aqui?

- Couve, acerola, alecrim....

24) E quais animais silvestres o senhor mais vê no terreno?

- Agora têm Jacú, né? Tucano, agora têm sanhaço, canarinho-da-terra voltou a ter...

6.5.**Entrevista com M. H.H., realizada em Janeiro de 2015.**

Obtivemos contato com M.H.H.devido a um trabalho de produção de alimentos orgânicos que estamos contribuindo, no Alto do Schuenck, localidade do distrito de Amparo, Nova Friburgo. A entrevistada se mostrou muito solícita e disposta a contribuir para a pesquisa, por além de dispor de muitas informações relevantes o histórico de colonização e evolução da agricultura, enxergar a importância no resgate das práticas aqui evidenciadas.

1) Quando e onde a senhora nasceu?

- Alto do Schuenck, 14 de fevereiro de 1964.

2) Qual a origem dos seus familiares?

- Origem de alemães, família “H”. E minha mãe é da família Schuenckln. Schuenck é a abreviação de Schuenckln, que é suíço. Meu bisavô por parte de pai

era do ducado de Holsten na Alemanha. E da parte da minha mãe eu não lembro de que parte da Suíça que era. Meu bisavô era médico, veio para tratar os colonos doentes do navio e depois os que estivessem aqui.

3) Sabe quando chegaram ao Brasil?

- Meu bisavô por parte de pai (“H”) quando chegou no Brasil, foi pra Petrópolis... Não gostou de lá e veio pra Friburgo porque aqui precisava mais de médicos... O ano que chegou eu não sei mas tem ali na Igreja Luterana têm todos os dados...

Da parte da minha mãe, eles vieram no pós-guerra na Suíça, e já vieram pra Friburgo na época que já se sabia que não dava certo o café. E como eles trabalhavam com milho, batata, eles vieram plantar aqui. Eles receberam essas terras no Schuenck bem no alto, pois fugiram dos lotes que tinham recebido inicialmente. E vieram plantar inhame, cará, cana-de-açúcar, batata-doce, feijão, milho....

4) Seus parentes tiveram contato com os negros e indígenas?

- Tiveram contato sim. Pois chegaram até a ter escravos... Embora não gostassem, mas era da época... Inclusive quando ele chegaram, eles receberam escravos. Mas a batata-doce e a mandioca já tinham aqui antes dos escravos, pois tinham os índios. Inclusive o inhame também., que era nativo do Brasil, chamado de inhame-do-brejo. Meus parentes me falaram que era diferente desse que têm hoje em dia. Não dava “dedinho”. Era tipo um inhame selvagem...

Aqui no Schuenck moravam muitos índios. Acho que era Guaiacás o nome da tribo. Acho que eram três tribos. Inclusive meu avô se casou com uma índia. Ele pegou ela à laço! Inclusive o reverendo na época casou e tudo! Essa índia que ele pegou foi na baixada, “pra lá” de Cachoeira de Macacú. Dizem que ela era bonita...

5) Como era conhecida a região onde o senhor nasceu?

- Antigamente era chamado Alto do Amparo. Essa região “já foi” Refúgio, depois Amparo. Também chamaram de Sossego. Inclusive o primeiro Centro Espírita do Brasil foi fundado aqui pois aqui agregou-se católicos, luteranos e espíritas....

6) Como era a população da região? (etnia, economia...)

- Quando os colonos chegaram era só mato praticamente, e índio.

7) As classes econômicas e etnias se misturavam?

- Tinha escravidão. Mas os luteranos, católicos e espíritas conviviam bem. Lá pro lado do Centro de Friburgo e lá no Curuzú, em Varginha não se davam não.

8) Como foi o seu primeiro contato com a agricultura?

- Foi desde que eu nasci né? Eu nasci na agricultura. Meus pais eram os dois professores, ambos com os pais formados, mas que decidiram trabalhar na roça.

9) Como era o plantio? O que plantavam?

- Na época do meu pai e minha mãe era banana, no meio da leira se plantava milho, na borda do milho plantava abóbora. Com batata-doce eles plantavam milho, feijão no meio e quiabo também. Tudo misturado né?

Na época dos meus bisavôs, era parecido como meus pais faziam. No meio dos milhos em uma certa época plantava abóbora, melancia também... E depois o feijão, na “cana” do milho.

10) E como era a alimentação?

- Meus pais comiam muito o inhame do brejo, a “base” era de milho, faziam farinha e fubá no moinho. Arroz, batata-doce, banana cozida. Carne de porco, cará-do-mato, café eles colhiam, faziam açúcar mascavo, melado....

E sal, eles buscavam no Rio de Janeiro uma vez por ano, desciam em comboio....pra fazer charque...

11) Você chegou a trabalhar na lavoura de café? Se sim, o que plantavam junto?

- Chegue a ajudar o meu pai no cafezal, que não era grande, só para o consumo próprio, e vendia o excedente também. Mas não era só café não. Era tudo consorciado. No meio do café tinha milho, feijão, cará-moela. E o cará-roxo também... Trabalhei mais na roça consorciada. Até na lavoura de mandioca que é uma coisa mais junta, meu pai plantava maxixe, pepino, melancia, abóbora...e colhiam muita coisa.

12) E no que a senhora trabalhou na cidade?

- Trabalhei na fábrica Nada Consta, de jeans. E depois com moda íntima, sempre como costureira e modelista. A até dois anos atrás... Fui trabalhar na cidade depois que eu casei. Eu gostava mais do trabalho na roça. Mas meu marido não ligava muito pra trabalhar em roça. Então como eu tinha feito curso de costura, pra ser prendada pra me casar, eu comecei a trabalhar na cidade.

13) Como começou a história do “terreno”?

- A qui neste sítio, eu trabalhava na fábrica até sexta. Sábado eu lavava roupa e domingo eu plantava. Já colhi muito quiabo aí! Dava quiabo o ano todo. Até até quando ninguém tinha lá embaixo (Amparo e Barroso)..

14) Quantos anos já têm este plantio?

- Aqui neste sítio a trinta e poucos anos....

15) E como a senhora começou o plantio?

- O terreno não era bom. Comecei a plantar aipim e milho. Mas não era aprovado pelos agricultores do entorno porque aqui eles botavam fogo. Aí a mandioca deles dava doença. Ficava cheia de ferida vermelha na folha.

16) Esse plantio do terreno era diferente do plantio na “roça”?

- Não, sempre a mesma coisa.

17) Mas na roça também não “queimavam”?

- Não, não. Meu pai só queimava, até muito pouco, quando era capim gordura, pra plantar feijão. Eu acompanhei só duas ou três queimadas na vida do meu pai. E quando ele “encoivarava” ele chamava a vizinhança toda pra tomar conta e não deixar o fogo alastrar na mata. Mas ele não gostava não. Não tem necessidade de queimar nada né?

18) Porque a senhora começou a plantar no terreno?

- Porque eu gostava de comer verdura e pra preservar semente que meus pais me davam. Também pros meus filhos comerem bem, sem veneno. E cresceram bem! Estão bem alimentados!

19) Conheceu outras pessoas que fizeram plantio em um terreno na cidade como o senhor?

- Conheci sim. Meus tios e muitas pessoas que a gente convivia faziam esse sistema. Aqui no Schuenck e Bom Jardim também. No Ribeirão do Capitão, São José...

20) E como é a sua relação, e do terreno com o entorno?

- Me dou bem com todo mundo, conheço todo mundo. (atualmente, M.H.H. é Presidente da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Alto do Schuenck).

21) Você plantou tudo ou os animais ajudaram também?

- Aqui neste sítio muita coisa foi plantada por animais. Inclusive, têm abacateiro aqui que foi plantado por cachorro! Te mostro até ali. Eles vão na mata, e trazem o caroço pra enterrar... O Jacú planta muita ameixa também, muita amora.... O pinhão, também, muitos foram plantados por aves. Disseram que era gralha. Os palmitos também são plantados por Jacú.

22) Quais as ferramentas a senhora utiliza?

- Enxada, ciscador (gancho), machado, foice, enxadão...

23) O que a senhora leva em consideração para fazer um plantio?

- Procuro analisar o solo, sentir na mão, apertar ele, observar... a alua também... As datas, por exemplo, alho, cebola é no dia de São José, 19 de Março.

24) No “megaevento” de 2011, aconteceu alguma coisa com o terreno?

- Aqui nós tivemos deslizamentos de terra sem afetar residências. Ninguém perdeu nem galinha... Aqui no terreno, nada.

25) O que a senhora acha importante para a manutenção do terreno?

- Bastante árvore... floresta no topo, no “chapéu”, dos morros... Olhos d’água preservados com mata como sempre fizeram.. Hoje em dia é lei, mas antigamente a eles deixavam a mata pra não sujar a água da nascente...

26) Em relação ao plantio em Friburgo (qualidade das terras, clima) o que a senhora acha?

- O clima eu acho excelente pra qualquer tipo de cultura. Aqui você consegue colher tudo se plantar direito na época. Por exemplo, a uva aqui não dá na mesma época que no sul, mas ela dá...

27) O que a senhora mais colhe aqui?

- Colhi muito aqui, quiabo, inhame, aipim e abóbora-seca. Cará-de-chão, banana também...as frutas....

6.6.

Caso da Dona S.F. e a agricultura “caipira” em Macaé-de-Cima

Durante um trabalho de campo efetuado em maio de 2014, no qual moradores da localidade de Macaé-de-Cima, zona (cada vez menos) produtora de alimentos e (cada vez mais) de veraneio em Nova Friburgo-RJ dissertaram sobre a relação sociedade-natureza, sobretudo no último século, uma das entrevistadas, a Sra. S.F. contribuiu ricamente para as observações do campo, uma vez que apresentou peculiaridades em suas histórias, notadamente, devido à sua própria história de vida. A mesma reconhece que não lembra muito bem como era feito o plantio na roça quando nova, porém recorda que com 22 anos de idade, divorciou-se do marido e teve de criar três filhos, o mais velho com seis anos de idade, a partir e basicamente do que era cultivado em sua roça.

Diferentemente do modo como historicamente são produzidas as roças na região, a Sra. S.F. as fez sem o uso do fogo, produzindo o inhame para subsistência e para a venda, ainda, aipim, milho e feijão. A entrevistada diz que decidiu não usar o fogo devido à legislação ambiental, trabalhando portanto em capoeiras mais “finas”, “quebrando a palharia com o tempo”, e efetuando o plantio entre julho e outubro. O ponto que mais chamou atenção na entrevista, foi que, apesar de não utilizar o fogo, suas roças produziam a mesma coisa que as roças caipiras do entorno. Sra. S.F. até mesmo diz que o tempo de pousio em suas roças era menor que o tempo de pousio nas roças caipiras.

S.F. também fez boas considerações sobre as luas indicadas para o plantio de aipim, inhame e coleta de madeira, assim como em relação à “ruegas”, que segundo a mesma, são mais suscetíveis à geadas, e as “soalheiras” que são mais quentes e melhores para o plantio.

Em detrimento disto, exemplos como o da Sra. S.F. nos faz pensar de como fugir do óbvio pode nos impressionar. Mesmo sem utilizar o fogo, instrumento visto como tão necessário na região, a mesma atingiu interessante nível de sucesso em seu tipo de manejo (haja vista a criação de seus três filhos), apesar de que, talvez à época, já dispunha de melhores ferramentas para efetuar seu trabalho. Portanto, a questão do uso do fogo (ou não) na produção das roças na região, para mim, parece ter importância fundamental nas questões observadas em campo,

refletindo ainda a importância do relativizar, (re) observar e (re) formular aquilo que está tão incrustado nas percepções e no imaginário.